



Protocolo

REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — N.º 7

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 26 DE JANEIRO DE 1968

MENSAGEM N.º 3, DE 1968 (C.N.)

N.º 39-68 (NA ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Na forma do § 3º do artigo 54 da Constituição do Brasil, tenho a honra de submeter à deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Exército, o anexo projeto de lei que fixa os efetivos dos Quadros de Oficiais Gerais Combatentes e de Oficiais do Quadro das Armas e Material Bélico do Exército.

Brasília, D. F., em 25 de janeiro de 1968. — A. Costa e Silva.

Rio de Janeiro, GB, em 20 de outubro de 1967.

N.º 158

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

A Lei n.º 2.391, de 7 de janeiro de 1955, foi o último diploma legal que fixou os efetivos das Forças Terrestres em tempo de paz atendendo, obviamente, às necessidades e disponibilidades de recursos da época.

Ocorre que, justamente a partir daquele ano, estabilizada a situação mundial de após guerra e definidas as tendências do desenvolvimento nacional, algumas alterações de profundidade foram observadas na evolução brasileira, cumprindo destacar, por sua maior amplitude, a interiorização da capital, a progressiva recuperação do Nordeste e a revalorização da Amazônia. Esses episódios, somados ao crescimento vegetativo da população brasileira, importaram na vivificação das áreas devolutas ou escassamente povoadas, aumentando os encargos de segurança e formação de reservas afetos ao Exército.

Tais fatos, de grande ressonância nacional, foram apoiados por medidas legislativas e tiveram seus naturais reflexos na organização das Forças Terrestres. Dentre os mais importantes podem ser citados:

— criação da 11ª Região Militar e de várias unidades e estabelecimentos militares na área da nova capital — Decreto n.º 48.132, de 25 de abril de 1960;

— criação do Comando Militar da Amazônia — Decreto n.º 40.179, de 2º de outubro de 1956 — e de unidades de fronteira e colonização, destacando-se, recentemente, o 5º Batalhão

CONGRESSO NACIONAL

de Engenharia de Construção — Decreto n.º 56.629, de 30 de julho de 1965.

— criação do 1º Grupamento de Engenharia de Construção, no Nordeste; constituído por 4 Batalhões de Engenharia de Construção.

Numerosas outras alterações sobre a estrutura do Exército, impostas umas pela evolução acelerada da doutrina militar, outras pelo progressivo aperfeiçoamento da organização de suas próprias Unidades e Grandes Unidades. Em sua grande maioria, essas alterações foram feitas por reajustamento de unidades existentes mas, em alguns casos, houve necessidade de criação de novas unidades e quadros. Entre essas últimas, incluem-se:

— a criação de 4 Batalhões de Comunicações, atendendo a imposição que, vinha sendo postergada há vários anos e indispensável à eficiência operacional do Exército;

— organização do Quadro de Material Bélico, com a finalidade de disciplinar a pesquisa e a provisão do material bélico necessário ao Exército com vistas, principalmente, ao intensivo aproveitamento da indústria nacional e à absorção da tecnologia moderna.

Todas essas realizações administrativas, de grande magnitude, foram concretizadas sem aumento dos quadros das armas do Exército, forçando-os a uma distensão que tem prejudicado o andamento normal das atividades militares. Presentemente, há claros de oficiais em quase todas as unidades, estabelecimentos e Quartéis-Generais, tendo como causa determinante a insuficiência numérica do pessoal em confronto com as necessidades a atender.

E' conveniente, pois, que sejam restabelecidos os níveis normais dos efetivos, atualizando-os face aos novos encargos atribuídos ao Exército, sobretudo quando se trata de imprimir ritmo mais rápido aos problemas de desenvolvimento nacional e de consolidação da nova capital.

Os quadros anexos, de números 1 a 4, especificam os efetivos de oficiais que constituem os acréscimos necessários em cada posto.

O quadro n.º 1 refere-se ao Comando Militar da Amazônia — 8ª Região

Militar que é, em síntese, constituído de:

— 1 General de Divisão, Comandante Militar da Amazônia e 8ª Região Militar;

— 1 General de Brigada, Comandante do Grupamento de Elementos de Fronteira (GSF) e oficiais integrantes do seu Estado-Maior;

— Oficiais para o 5º Batalhão de Engenharia de Construção, com sede em Porto Velho, com a missão de construir a BR-364 (trecho Cuiabá — Acre) e substituir por rodovia a atual Estrada de Ferro Madeira-Mamoré;

— Oficiais para o Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIOS), com sede em Manaus, que tem por incumbência o adestramento de pessoal para o combate na região Amazônica;

— Oficiais para a Companhia Especial de Engenharia, com sede em Manaus, com a finalidade de atender às necessidades de construção de aquedutos e residências para as unidades de fronteira;

— Oficiais para a subunidades e pelotões de fronteira discriminados no Quadro.

O Quadro n.º 2 refere-se à 11ª Região Militar (11ª RM), com sede em Brasília, e pode ser assim resumido:

— 1 General de Divisão, Comandante da 11ª RM e oficiais integrantes do seu Estado-Maior;

— Oficiais das demais organizações militares constantes do Quadro n.º 2, que compõem a 11ª Região Militar e que satisfazem às exigências atuais da presença do Exército na Capital Federal.

O Quadro n.º 3 refere-se ao 1º Grupamento de Engenharia de Construção (1º Gpt E Cnst), constituído essencialmente por:

— 1 General de Brigada, Comandante do 1º Gpt E Cnst, com sede em João Pessoa, (Paraíba) e oficiais do seu Estado-Maior;

— Oficiais para os 1º, 2º e 4º Batalhões de Engenharia de Construção, com sede, respectivamente, em Caico (Rio Grande do Norte), Teresina (Piauí), Natal (Rio Grande do Norte) e Crateús (Ceará), e que têm por missão construir rodovias, ferrovias, açudes e outras obras públicas integradas nos planos de desenvolvimento

da região, elaborados pelo Ministério do Interior e pela Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

O Quadro n.º 4 refere-se aos 1º, 3º e 4º Batalhões de Comunicações do Exército, com sedes provisórias em Vila Militar (Guarabara), Rio Negro (Paraná) e Recife (Pernambuco) e ao 1º Batalhão de Comunicações Divisionário, organizado em Deodoro (Guanabara). Dos efetivos propostos deduziram-se os efetivos anteriormente existentes nas Companhias de Comunicações, que foram extintas e substituídas por essas novas unidades.

Além dos acréscimos dos efetivos mencionados nos Quadros anexos, do n.º 1 a 4, há ainda a considerar, o de 1 General de Brigada, que exerce o cargo de Chefe de Gabinete do Estado-Maior do Exército.

O Quadro n.º 5 é um resumo dos acréscimos propostos, comparando-os com os efetivos atualmente existentes.

Quanto ao Quadro de Material Bélico, criado pela Lei n.º 3.634 de 4 de novembro de 1959, e aos Quadros de Oficiais dos Serviços, deixa de ser proposto qualquer acréscimo, sendo o preenchimento de suas vagas atendido sem aumento de efetivo, por adequado reajustamento dos quadros de distribuição de pessoal já existentes.

Deixam, também, de ser propostos aumentos nos efetivos de praças, por ter sido possível atender às necessidades de criação das novas unidades sem alteração dos limites anteriormente fixados pelo Congresso.

Tenho, pois, a honra de submeter a Vossa Excelência o Anteprojeto de lei anexo, solicitando que o Congresso Nacional, com a fixação de novos limites para os quadros de Oficiais do Exército, homologue os reflexos sobre o Exército de medidas legislativas anteriores, em proveito do desenvolvimento nacional.

Ainda que proporcionalmente pequeno o aumento ora proposto, é conveniente que os novos limites sejam alcançados progressivamente, em função das disponibilidades orçamentárias, assunto que poderá ser regulado pelo Poder Executivo.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos de meu mais profundo respeito.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIROCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impressão nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

ANEXO A EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 158, DE 20-10-67

QUADRO Nº 1

Comando Militar da Amazônia — 8ª R. A

Posição	Gen	Gen	QUADRO DAS ARMAS E DE MATERIAL BÉLICO				
			Cel	Ten Cel	Maj	Cap	1º Ten
O M	Div	Bda					
CMA/8	1						
QG/GEF		1	1	5	8	7	
8º BE Cnst			1	1	3	13	17
CIGS				1	3	4	7
Cia C Sr						1	10
Cia Esp					1	2	8
Eng Cnst							
4ª Cia Fron						1	7
7ª Cia Fron						1	7
8ª Cia Fron						1	6
9ª Cia Fron						1	6
9ª Pel Fron							3
9ª Pel Fron							3
10ª Pel Fron							3
11ª Pel Fron							3
GO/GEF				1	1	8	
SOMA	1	1	2	8	15	40	80

QUADRO Nº 2

11ª Região Militar

Postos O M	Gen Div.	QUADRO DAS ARMAS E DE MATERIAL BELICO				
		Cel	Ten Cel	Maj	Cap	1º Ten
QG/RM	1	4	11	17	10	
Nu Cia QG						1
B Gd P		1	1	4	9	34
4º Pel Ap MB						1
11º Pel Rmlo						3
1ª Bia Ind Can 40 Au AAe				1	3	9
B P Ex			1	5	7	20
CEO nº 1		1	2	4	4	
H Gu/DP				1		
SOMA	1	6	15	32	33	68

QUADRO Nº 3

1º Grupamento de Engenharia de Construção

Postos O M	Gen Div.	QUADRO DAS ARMAS E DE MATERIAL BELICO				
		Cel	Ten Cel	Maj	Cap	1º Ten
QG	1	1	4	7	6	
Cia C Sv					1	2
1º BE Cnst		1	1	3	10	15
2º BE Cnst		1	1	3	10	15
3º BE Cnst		1	1	3	10	15
4º BE Cnst		1	1	3	10	15
SOMA	1	5	8	19	47	62

QUADRO Nº 4
Batalhões de Comunicação

Postos O M	QUADRO DAS ARMAS E DE MATERIAL BÉLICO			
	Ten Cel	Maj	Cap	1º Ten
1º B Com Ex	1	3	4	5
2º B Com Ex	1	3	4	5
4º B Com Ex	1	3	4	5
1º B Com Div	1	3	4	5
SOMA	4	12	16	15

QUADRO Nº 5

Resumo

QUADROS POSTOS	Oficiais Gerais			Oficiais do Quadro das Armas e do Quadro de MB		
	(a)	Acréscimo (c)	Soma (d)	(b)	Acréscimo (c)	Soma (d)
Gen Div	23	2	25			
Gen Bda	48	3	51			
Cel				340	13	353
Ten Cel				665	35	700
Maj				1.345	78	1.423
Cap				2.345	136	2.481
1º Ten				1.463	225	1.688

- (a) Efetivo de Generais-de-Brigada pela Lei nº 1.632-52 e Dec-lei nº 317, de 13.3.67.
 (b) Efetivo de Oficiais dos Quadros das Armas fixado pela Lei nº 1.376, de 1951 e alterado pela Lei nº 2.247-54
 (c) Acréscimo consolidado dos Quadros 1, 2 e 3
 (d) Efetivo reajustado proposto.

PROJETO DE LEI Nº 3 DE 1968
(C. N.)

Fixa os efetivos dos Quadros de Oficiais Gerais Combatentes e de Oficiais do Quadro das Armas e Material Bélico do Exército.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º O Quadro de Oficiais Gerais Combatentes do Exército, em tempo de paz, fica constituído de:

— Generais-de-Exército 8
 — Generais-de-Divisão 25
 — Generais-de-Brigada 51

Art. 2º Os efetivos globais de Oficiais dos Quadros das Armas e Material Bélico, por postos, são fixados em:

— Coronéis 353
 — Tenentes-Coronéis 700
 — Maiores 1.423
 — Capitães 2.481
 — Primeiros-Tenentes 1.688

Parágrafo único. O efetivo de Segundos-Tenentes é variável, em função da formação dos cursos respectivos.

Art. 3º O reajustamento dos Quadros decorrentes da aplicação desta lei será regulado pelo Poder Executivo, devendo efetuar-se em função das disponibilidades orçamentárias.

Art. 4º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em ... de de 1968.

Legislação Citada

1. LEI Nº 1.376, DE 6 DE JUNHO DE 1951

Fixa os efetivos dos Quadros de Oficiais das Armas e dos Serviços do Exército.

Art. 1º Os quadros de oficiais das Armas e dos Serviços de Intendência e Veterinária do Exército passam a ter a seguinte constituição:

A — QUADRO DE OFICIAIS DAS ARMAS

Infantaria

130 Coronéis;
 260 Tenentes-Coronéis;
 520 Maiores;
 910 Capitães;
 585 Primeiros-Tenentes;
 325 Segundos-Tenentes.

Cavalaria

56 Coronéis;
 112 Tenentes-Coronéis;

224 Majores;
392 Capitães;
252 Primeiros-Tenentes;
140 Segundos-Tenentes.

Artilharia

97 Coronéis;

194 Tenentes-Coronéis;

388 Majores;

679 Capitães;

437 Primeiros-Tenentes;

243 Segundos-Tenentes.

Engenharia

42 Coronéis;

84 Tenentes-Coronéis;

168 Majores;

294 Capitães;

189 Primeiros-Tenentes;

105 Segundos-Tenentes.

B — QUADRO DE OFICIAIS DOS SERVIÇOS*Intendência*

24 Coronéis;

72 Tenentes-Coronéis;

124 Majores;

322 Capitães;

288 Primeiros-Tenentes;

144 Segundos-Tenentes.

Veterinária

6 Coronéis;

24 Tenentes-Coronéis;

48 Majores;

144 Capitães;

96 Primeiros-Tenentes;

48 Segundos-Tenentes.

Art. 2º O complemento dos Quadros de Oficiais das Armas e dos Serviços resultantes dos efetivos previstos no art. 1º, será realizado progressivamente, num prazo de 5 (cinco) anos, a partir de 1951, de acordo com o seguinte Plano de Execução:

A — QUADRO DE OFICIAIS DAS ARMAS

Discriminação	CORONEL					TENENTE-CORONEL				
	Inf	Cav	Art	Eng	Soma	Inf	Cav	Art	Eng	Soma
1951	22	10	17	4	53	34	37	16	8	95
1952	21	10	17	4	52	35	1	17	8	63
1953	21	6	17	5	49	36	—	17	8	61
1954	—	—	—	5	5	—	—	31	8	42
1955	—	—	—	5	5	—	—	—	8	8
TOTAL	61	26	51	23	164	105	40	51	40	269

Discriminação	MAJOR					CAPITAO				
	Inf	Cav	Art	Eng	Soma	Inf	Cav	Art	Eng	Soma
1951	63	—	24	15	102	47	12	27	16	102
1952	63	34	24	15	136	47	12	27	16	102
1953	62	37	24	15	138	48	14	27	15	104
1954	—	—	24	15	39	—	—	27	15	42
1955	—	—	53	15	73	—	—	27	15	42
TOTAL	133	71	154	75	438	142	33	135	77	392

B — QUADRO DE OFICIAIS DOS SERVIÇOS

Discriminação	INTENDÊNCIA				VETERINARIA					
	Cel.	Ten. Cel.	Major	Cap.	Cel.	Ten. Cel.	Major	Cap.	1º Ten.	2º Ten.
1951	—	—	—	—	1	4	1	9	29	27
1952	1	6	6	10	1	4	1	10	—	—
1953	1	5	6	10	1	4	2	9	—	—
1954	1	5	5	10	1	4	2	9	—	—
1955	1	5	5	10	1	4	2	9	—	—
TOTAL (5 anos)	4	21	22	40	5	20	8	46	29	27

Parágrafo único. As promoções decorrentes dos aumentos previstos para cada ano nos quadros acima serão realizadas, em partes iguais, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro.

Art. 3º Os atuais oficiais pertencentes aos Q.A., Q.B. e Q.T. (Lei número 231, de 6 de fevereiro de 1948), permanecerão na situação em que se acham, regulando-se o seu acesso e aproveitamento de acordo com a legislação privativa atualmente em vigor.

Art. 4º Além do número de oficiais subalternos constantes do artigo 1º, é facultado ao Ministro da Guerra para atender às necessidades de serviço e atividades em tempo de paz, a convocação de oficiais subalternos da Reserva (R-2), para estágio de acordo com a legislação em vigor, até o limite de 1/3 (um terço) dos respectivos efetivos de subalternos da ativa das Armas e Serviços.

Art. 5º Os novos cargos e funções que serão ajustados para atender às exigências da organização militar e ao complemento dos efetivos constantes do art. 1º serão indicados e publicados, anualmente, pelo Ministério da Guerra por proposta do E.M.E. até o preenchimento completo dos Corpos de Tropas, Estabelecimentos Repartições e demais órgãos do Exército, no tempo de paz.

Art. 6º A distribuição pormenorizada dos oficiais pelos Quadros de funções (Q.O., Q.S.G., Q.S.P. e Q.E.M.A.) é de competência do Ministro da Guerra.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Legislação Crida

1. LEI Nº 1.632, DE 30 DE JUNHO DE 1952

Art. 1º O Quadro normal dos oficiais-generais do Exército em tempo de paz fica constituído de:

a) Generais das Armas:

6 (seis) Generais de Exército;
23 (vinte e três) Generais de Divisão;
47 (quarenta e sete) Generais de Brigada;

b) Generais de Serviços:

1 (um) General de Divisão Médico;
2 (dois) Generais de Brigada Médicos;
1 (um) General de Divisão Intendente;
2 (dois) Generais de Brigada Intendentes;
1 (um) General de Brigada Veterinário;

c) Generais Técnicos:

1 (um) General de Divisão Técnico;
6 (seis) Generais de Brigada Técnicos.

Art. 2º As promoções para o preenchimento das vagas decorrentes de nova organização constante do artigo 1º far-se-ão, progressivamente, a medida que forem sendo criados os órgãos e as funções correspondentes, de acordo com o artigo 3º.

Art. 3º As funções privativas de oficiais-generais, efetivos ou graduados, serão fixadas em Decreto, mediante proposta do Ministro da Guerra, até que em 1953, sejam atingidas os efetivos desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

1. LEI Nº 2.247, DE 26 DE JUNHO DE 1954

Aumenta o efetivo do Quadro de Oficiais do Exército das armas de Infantaria e Cavalaria.

Art. 1º O Quadro de Oficiais do Exército das armas de Infantaria e Cavalaria passa a ser constituído da seguinte forma:

a) Infantaria:

Coronéis 137
Tenentes-Coronéis 263
Majores 240
Capitães 950

b) Cavalaria:

Coronéis 64
Tenentes-Coronéis 119
Majores 249
Capitães 422

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM

Nº 4, DE 1968 (C.N.)

Nº 40-68 (NA ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional

Na forma do § 3º do artigo 54 da Constituição do Brasil, tenho a honra de submeter à deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Exército, o anexo projeto de lei que dispõe sobre as condições de ingresso no Instituto Militar de Engenharia de Oficiais da Ativa das Armas e do Quadro de Material Bélico, e acrescenta parágrafo único ao artigo 2º do Decreto-lei nº 132, de 1º de fevereiro de 1967.

Brasília, em 25 de janeiro de 1968.

— A. Costa e Silva.
Rio de Janeiro, GE — Em 20 de outubro de 1967.

Nº 157

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

O aprestamento das unidades de tropa do Exército tem sido afetado, há alguns anos, pela deficiência numérica de oficiais subalternos. Causas complexas, concorrem para o fenômeno, avultando-se a diminuição crescente de matrícula na Academia Militar das Agulhas Negras.

A essa deficiência, de caráter geral, se somam peculiaridades das armas de Engenharia e Comunicações e do Quadro de Material Bélico, decorrentes da obrigatoriedade de matrícula no Instituto Militar de Engenharia de todos os seus oficiais subalternos, afastando-os da tropa por um período de três anos.

O assunto mereceu a atenção da anterior administração do Exército, levando à expedição do Decreto-lei nº 132, de 1º de fevereiro de 1967, que limitou o ingresso obrigatório naquele Instituto apenas até a turma de 1937.

Estudos posteriores realizados no Estado-Maior do Exército conduziram à conclusão de que essa limitação não atende ainda aos interesses do Exército, pois além de permitir que continue a agravar-se a crise de oficiais subalternos, levará à formação de um número exagerado de engenheiros militares, superior às necessidades, com todos os inconvenientes óbvios decorrentes.

Por essas razões, impõe-se modificar a legislação em vigor, suspendendo-se a obrigatoriedade de matrícula para a totalidade das turmas, a qual passaria a processar-se apenas nas condições impostas pelas reais necessidades do Exército.

Considerando-se, por outro lado, que o assunto diz respeito à organização pormenorizada do Exército, é

previsto ainda no anteprojeto-de-lei que tenho a honra de submeter a Vossa Excelência que a matrícula dos oficiais da ativa no Instituto Militar de Engenharia, por força do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, passe a ser regulada pelo Poder Executivo, revogadas as disposições em contrário.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito. — Gen Ex Aurelio de Lyra Tavares, Ministro do Exército.

PROJETO DE LEI Nº 4 DE 1968 (C.N.)

Acrescenta parágrafo único ao artigo 2º do Decreto-lei nº 132, de 1º de fevereiro de 1967, e dispõe sobre as condições de ingresso no Instituto Militar de Engenharia de Oficiais da Ativa das Armas e do Quadro de Material Bélico.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º É acrescentado ao artigo 2º do Decreto-lei nº 132, de 1º de fevereiro de 1967, um parágrafo, com a seguinte redação:

“Parágrafo único. A matrícula desses oficiais será regulada pelo Poder Executivo, que considerará, na oportunidade, as necessidades das organizações militares em oficiais subalternos”.

Art. 2º As condições de ingresso no Instituto Militar de Engenharia dos Oficiais das Armas e do Quadro de Material Bélico, não amparados pelo artigo 2º do Decreto-lei nº 132, de 1º de fevereiro de 1967, serão reguladas pelo Poder Executivo, consideradas as necessidades e interesses do Exército.

Art. 3º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em .. de de 1968.

2. DECRETO-LEI Nº 132 DE 1º DE FEVEREIRO DE 1967

Art. 2º É assegurada a matrícula no Instituto Militar de Engenharia, na forma prevista nos dispositivos revogados pelo artigo anterior, os Oficiais da Ativa do Quadro de Material Bélico e das Armas de Comunicações e Engenharia das turmas de formação de 1960 a 1965, bem como aos Cadetes que, em 1967, venham a ser declarados Aspirantes-a-Oficial pela Academia Militar das Agulhas Negras.

Legislação Citada

1. LEI Nº 3.854, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1959

Art. 6º É criado o Instituto Militar de Engenharia (IME), subordinado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Tecnológicas, abrangendo a Escola Técnica do Exército e o Instituto Militar de Tecnologia.

Art. 9º O oficial subalterno de material bélico será chamado com toda a sua turma de formação da Academia Militar das Agulhas Negras para cursar, no Instituto Militar de Engenharia, uma das especialidades industriais.

Art. 25. O oficial subalterno de comunicações será chamado, com toda a sua turma de formação da Academia Militar das Agulhas Negras, para fazer o curso de engenheiro de comunicações no Instituto Militar de Engenharia.

Art. 41. O oficial subalterno de engenharia será chamado, com toda a sua turma de formação da Academia Militar das Agulhas Negras, para fazer, no Instituto Militar de Engenharia, um curso de engenheiro construtor ou de engenheiro geógrafo.

MENSAGE.

Nº 5, DE 1968 (C.N.)

Nº 481-68 (NA ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Na forma do § 3º do artigo 54 da Constituição do Brasil, tenho a honra de submeter à deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Exército, o incluso projeto de lei que altera a Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964 — Lei de Promoções dos Oficiais do Exército.

Brasília, DF, em 25 de janeiro de 1968. — A. Costa e Silva.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Nº 180

Em 21 de dezembro de 1967.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

1. O expediente que ora tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência versa sobre modificações a serem introduzidas na atual Lei de Promoções dos Oficiais do Exército, na parte referente ao acesso dos Capitães e oficiais superiores pelo princípio de merecimento e de escolha, visando a dilatar a faixa da proposta, em que serão selecionados os oficiais para preenchimento de vagas.

2. O atual texto da Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1965, do meu ponto de vista, restringe a participação presidencial nas promoções quer por merecimento, quer por escolha. Determinei, portanto, o reexame dos dispositivos daquela Lei, a fim de que tal restrição fosse definitivamente abolida.

3. Os trabalhos executados levaram às seguintes conclusões.

a) Os Artigos 13 e 31 da Lei de Promoções dos Oficiais do Exército impõem limitações às atribuições presidenciais, nas promoções pelo critério de merecimento;

b) O Artigo 15 da mesma Lei restringe as possibilidades de opção, por parte do Presidente, para o preenchimento dos claros nos Quadros de Generais Engenheiros Militares e dos Serviços pelo princípio de escolha;

c) Os dispositivos mencionados chocam-se com os preceitos do Artigo 5º da referida Lei, visto que a competência, neste último aludido, não pode ser interpretada como uma simples homologação.

4. Foi elaborado, em consonância com as mencionadas conclusões, um anteprojeto de lei, modificando os citados Artigos 13, 15 e 31 da Lei número 4.448-64.

5. Pelo anteprojeto apresentado o Presidente da República terá consideravelmente ampliada sua participação nas promoções pelo critério de merecimento, que passarão a ser realizadas na forma que, sucintamente, passo a expor a V. Exª:

a) A Comissão de Promoções de Oficiais organizará listas contendo o dobro de oficiais em relação ao número de vagas a preencher, em cada posto;

b) O Presidente da República apreciará os oficiais constantes de cada lista em escolhas sucessivas, concorrendo à vaga inicial os dois primeiros arrolados na respectiva relação; e às demais, sucessivamente, os que restarem da seleção parcial anterior e os dois seguintes da mesma lista, até que sejam preenchidas todas as vagas.

c) No caso dos oficiais do Quadro de Engenheiros Militares por opção, e do Quadro Técnico da Ativa, em extinção, serão promovidos, em princípio, 50% dos possuidores de número de pontos superior aos do último oficial (numerado no Almanaque) da respectiva Arma ou Quadro de Material Bélico que, na mesma data, concorrer à promoção pelo mesmo critério.

6. O anteprojeto de lei supramencionado acentuará a participação presidencial na escolha dos candidatos a Generais-de-Brigada, nos Quadros de Engenheiros Militares e dos Serviços, levando-a à mesma amplitude que o atual Artigo 15 da Lei de Promoções dos Oficiais confere ao Chefe da Nação no preenchimento dos claros dos Quadros de Generais das Armas e de Material Bélico.

Haverá exceção para o caso do Quadro do Serviço de Veterinária, que conta apenas 1 (um) General-de-Brigada e 6 (seis) Coronéis, não oferecendo, assim, possibilidades para qualquer ampliação das atuais condições de escolha.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exª, Sr. Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito. — A. de Lyra Tavares.

PROJETO DE LEI Nº 5, DE 1968 (C.N.)

Altera a Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964 — Lei de Promoções dos Oficiais do Exército.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Passam a ter a seguinte redação as disposições abaixo mencionadas da Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964, alterada pelas Leis números 4.720, de 8 de julho de 1965, nº 5.074, de 22 de agosto de 1966 e nº 5.302, de 3 de julho de 1967 e pelo Decreto-lei nº 309, de 28 de fevereiro de 1967, que regula as promoções dos oficiais do Exército:

“Art. 13. A promoção por merecimento é feita pelo Presidente da República tendo por base o Quadro

de Acesso por merecimento. Constitui merecimento para promoção o conjunto de qualidades profissionais reveladas e aperfeiçoadas pelo oficial durante o desempenho de suas atividades militares, que o tornam distinguido no âmbito da classe pelo seu valor.

Essas qualidades são estimadas e examinadas sob os seguintes aspectos:

- 1)
- 2)
- 3)
- 4)
- 5)
- 6)
- 7)
- 8)
- 9)
- 10)

§ 1º Na promoção por merecimento deverá ser obedecido, rigorosamente, o seguinte critério:

— para a primeira vaga, será escolhido um entre os dois oficiais que ocupam as duas primeiras classificações no Quadro de Acesso por Merecimento;

— para a segunda vaga, será escolhido um oficial entre a sobra dos concorrentes à primeira vaga e mais os dois que ocupam as duas classificações que vêm imediatamente a seguir no Quadro de Acesso por Merecimento;

— para a terceira vaga, será escolhido um oficial entre a sobra dos concorrentes à segunda vaga e mais os dois que ocupam as duas classificações que vêm imediatamente a seguir no Quadro de Acesso por Merecimento;

— e assim por diante.

§ 2º Nenhuma redução poderá ocorrer no número de promoções por merecimento por efeito do respectivo Quadro de Acesso possuir número de oficiais menor que o dobro das vagas previstas para serem preenchidas pelo princípio de merecimento.

§ 3º Na promoção por merecimento dos oficiais do Quadro de Engenheiros Militares por opção, e do Quadro Técnico da Ativa, em extinção, deverá ser obedecido o critério estabelecido no § 1º do art. 31”.

“Art. 15

1) Promoções a General-de-Brigada

1ª Fase

a)

b) Nos Quadros de Engenheiro Militar e dos Serviços de Saúde e Intendência 5 (cinco) Coronéis dos respectivos Quadros para a 1ª vaga e mais 2 (dois) para cada vaga subsequente.

c) No Quadro do Serviço de Veterinária — 3 (três) Coronéis.

2ª Fase

a) Nas Armas e nos Quadros de Material Bélico, Engenheiros Militares, Serviço de Saúde e Serviço de Intendência — 3 (três) Coronéis para a 1ª vaga e mais 2 (dois) para cada vaga subsequente;

b) No Quadro do Serviço de Veterinária — 2 (dois) Coronéis.”

§ 1º Por merecimento, serão promovidos, em princípio, 50% (cinquenta por cento) dos oficiais do Quadro de Engenheiros Militares, por opção, e do Quadro Técnico da Ativa, em extinção, incluídos no Quadro de Acesso e possuidores de igual ou maior número de pontos do que o último dos oficiais numerados da respectiva Arma ou Quadro de Material Bélico que na mesma data, concorrer à promoção por merecimento, na forma prevista pelo § 1º do art. 13.

§ 2º

“Art. 34.

1)

2) as de merecimento, obedecendo, em princípio, à ordem do respectivo Quadro de Acesso.

- § 1º
- § 2º
- § 3º
- § 4º

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em .. de de 1968.

Legislação Citada

1. LEI Nº 4.448, DE 29 DE OUTUBRO DE 1964

Art. 13. A promoção por merecimento compete ao oficial que atingir o número 1 (um) do Quadro de Acesso por merecimento. Constitui merecimento para promoção o conjunto de qualidades profissionais reveladas e aperfeiçoadas pelo oficial durante o desempenho de suas atividades militares, que o tornam distinguido no âmbito da classe pelo seu valor.

Essas qualidades são estimadas e examinadas sob os seguintes aspectos:

- 1) caráter;
- 2) inteligência;
- 3) espírito de conduta militar;
- 4) cultura profissional e geral;
- 5) conduta civil;
- 6) capacidade como Comandante ou Diretor e Chefe;
- 7) capacidade como Instrutor;
- 8) capacidade como Administrador;
- 9) capacidade física;
- 10) capacidade como técnico, exclusivamente para os Oficiais dos Serviços, dos Quadros de Engenheiros Militares e Quadro Técnico da Ativa, em extinção.

Art. 15.

1) As listas para promoção a General-de-Brigada serão organizadas em duas fases:

1ª Fase:

a)

b) Engenheiro-Militar — 3 (três) Generais-de-Brigada Engenheiros Militares para a primeira vaga e mais 1 (um) para cada vaga subsequente;

c) Serviços — todos os Generais-de-Brigada dos respectivos Quadros.

2ª Fase:

a) Combatente — 3 (três) Generais-de-Brigada para a primeira vaga e mais 1 (um) para cada vaga subsequente;

b) Engenheiro-Militar — 2 (dois) Generais-de-Brigada Engenheiros Militares para a primeira vaga e mais 1 (um) para cada vaga subsequente;

c)

Art. 31.

§ 1º. Por merecimento, serão promovidos os oficiais do Quadro de Engenheiros Militares, por opção, e os do Quadro Técnico da Ativa, em extinção, incluídos no Quadro de Acesso e possuidores de maior número de pontos do que o último a ser promovido na respectiva Arma ou Quadro de Material Bélico, pelo mesmo princípio. Em caso de igualdade de número de pontos o acesso de oficiais do Quadro de Engenheiros Militares, por opção, e do Quadro Técnico da Ativa, em extinção, só se efetivará se forem mais antigos que o último a ser promovido no Quadro da Arma ou Quadro de Material Bélico.

§ 2º

Art. 34.

1)

2) as de merecimento, obedecendo à ordem do respectivo Quadro de Acesso.

§ 1º

2. LEI Nº 4.720, DE 8 DE JULHO DE 1963

Altera a Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964 — Lei de Promoções dos Oficiais do Exército.

Art. 15.

- 1)
2)

1ª Fase:

a) nas Armas e Quadro de Material Bélico, 8 (oito) Coronéis para a primeira vaga e mais 2 (dois) para cada vaga subsequente. O número de Coronéis de cada Arma e do Quadro de Material Bélico, a figurar na lista, e o número total de vagas a preencher deverão guardar, sempre que possível, proporcionalidade entre o número de Coronéis com o Curso de Comando e Estado-Maior do Exército, de cada Arma e do Quadro de Material Bélico, e o total de Coronéis, com aquele curso, existente na respectiva relação.

2ª Fase:

Parágrafo único. As listas organizadas na 2ª fase serão imediatamente publicadas em Boletim Reservado do Exército.

Art. 31.

§ 1º. Por merecimento, serão promovidos os oficiais do Quadro de Engenheiros Militares, por opção, e do Quadro Técnico da Ativa, em extinção, incluídos no Quadro de Acesso e possuidores de maior número de pontos do que o último a ser promovido na respectiva Arma ou Quadro de Material Bélico, pelo mesmo princípio.

Em caso de igualdade de número de pontos, o acesso de oficiais do Quadro de Engenheiros Militares, por opção, e do Quadro Técnico da Ativa em extinção, só se efetivará se forem mais antigos que o último a ser promovido no Quadro da Arma ou Quadro de Material Bélico.

§ 2º.**3. LEI Nº 5.074, DE 22 DE AGOSTO DE 1966**

Altera a Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964 — Lei de Promoções dos Oficiais do Exército.

Art. 1º. Passam a ter a seguinte redação as disposições abaixo mencionadas da Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964 — Lei de Promoções dos Oficiais do Exército:

*Art. 20.
3) ter atingido a primeira 1/2 (metade) do respectivo Quadro, se o efetivo deste for superior a 10 (dez)."

*Art. 54. A Comissão de Promoções de Oficiais (CPO) constitui-se do Chefe do Estado-Maior do Exército e dos seguintes membros, nomeados por Decreto do Poder Executivo, substituíveis anualmente:

- 4 (quatro) Generais-de-Divisão, devendo ser, em princípio, 1 (um) originário de cada uma das Armas;
- 4 (quatro) Generais-de-Brigada, originários de cada uma das Armas;
- 1 (um) General Engenheiro Militar;
- 1 (um) General de cada um dos Serviços.

§ 1º.**§ 2º.**

§ 3º Na organização dos quadros de acesso para promoção a General-de-Divisão os Generais-de-Brigada membros da Comissão de Promoções de Oficiais não participam do escrutínio para a classificação a que se refere o Art. 42."

Art. 2º. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

4. DECRETO-LEI Nº 309, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Altera as Leis nºs 4.448, de 29 de outubro de 1964, e 5.074, de 22 de agosto de 1966, que regulam as promoções dos Oficiais do Exército.

Art. 1º O artigo 17 da Lei número 4.448, de 29 de outubro de 1964, fica alterado para o seguinte:

"Art. 17. Para promoção a Oficial-General-Combatente, são exigidos mais os seguintes requisitos:

- 1)
2) exercício de função arremetida, como Tenente-Coronel ou Coronel, por 2 (dois) anos, consecutivos ou não, sendo pelo menos 1 (um) ano no comando de Corpo de Tropa ou Estabelecimento de Ensino Militar autônomo, em qualquer daqueles postos;
- 3)
4)

Parágrafo único. O Poder Executivo regulará, para efeito deste artigo, as condições de arremetida para os Coronéis das Armas e do Quadro de Material Bélico, tendo em vista as possibilidades e interesses do Exército."

Art. 2º. Fica acrescido um parágrafo único ao artigo 42 da Lei número 4.448, de 29 de outubro de 1964, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. A forma de realização da votação, de que trata este artigo, será prescrita no Regulamento desta Lei."

Art. 3º. O artigo 54 da Lei número 4.448, de 29 de outubro de 1964, alterado pela Lei nº 5.074, de 22 de agosto de 1966, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 54. A Comissão de Promoções de Oficiais (CPO) constitui-se do Chefe do Estado-Maior do Exército e dos seguintes membros, nomeados por Decreto do Poder Executivo, substituíveis anualmente:

- 6 (seis) Generais-de-Divisão;
- 4 (quatro) Generais-de-Brigada;
- 1 (um) General Engenheiro Militar;
- 1 (um) General de cada um dos Serviços, devendo ser, em princípio, no total de Oficiais-Generais Combatentes, 2 (dois) originários de cada uma das Armas."

Art. 4º. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

5. LEI Nº 5.302, DE 3 DE JULHO DE 1967

Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964 — Lei de Promoções dos Oficiais do Exército.

Art. 1º. Passam a ter a seguinte redação as disposições abaixo mencionadas da Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964, alterada pelas Leis números 4.720, de 8 de julho de 1963, 5.074, de 22 de agosto de 1966, e pelo Decreto-lei nº 309, de 28 de fevereiro de 1967, que regula as promoções dos Oficiais do Exército:

"Art. 15. A promoção aos postos de General-de-Brigada e General-de-Divisão é feita por escolha do Presidente da República, em listas organizadas de acordo com o critério estabelecido a seguir:

- 1) Promoção a General-de-Brigada

1ª Fase:

A cargo da Comissão de Promoções de Oficiais, que extrairá dos Quadros de Acesso, na ordem em que foram relacionados, e apresentará ao Alto Comando do Exército, os Coronéis a incluir nas listas para promoção, as quais conterão:

- a) nas Armas e Quadro de Material Bélico, — 8 (oito) Coronéis para a primeira vaga e mais 2 (dois) para cada vaga subsequente. A relação entre o número de Coronéis de cada Arma e do Quadro de Material Bélico a figurar na lista e o total da

mesma deve ser, sempre que possível, igual à existente entre o número de Coronéis de cada Arma e Quadro de Material Bélico e o total de Coronéis existentes na relação única de Coronéis dos Quadros das Armas e do Quadro de Material Bélico com o Curso de Comando e Estado-Maior do Exército, compreendidos no limite fixado para estudo e organização dos Quadros de Acesso;

b) Engenheiro Militar e dos Serviços — 3 (três) Coronéis dos respectivos quadros para a 1ª vaga e mais 1 (um) para cada vaga subsequente.

2ª Fase:

A cargo do Alto Comando do Exército, que escolherá, por votação secreta, com base nas listas apresentadas pela Comissão de Promoções de Oficiais, e submeterá ao Presidente da República, para escolha, em ordem decrescente, os Coronéis incluídos nas listas para promoção, as quais conterão:

- a) nas Armas e no Quadro de Material Bélico — 3 (três) Coronéis para a primeira vaga e mais 2 (dois) para cada vaga subsequente;

2) Promoção a General-de-Divisão**1ª Fase:**

A cargo da Comissão de Promoções de Oficiais, que escolherá, por votação secreta, e apresentará ao Alto Comando do Exército, em ordem de antiguidade, os Generais-de-Brigada a incluir nas listas para promoção, as quais conterão:

- a) Combatente — 9 (nove) Generais-de-Brigada para a primeira vaga

e mais 1 (um) para cada vaga subsequente;

b) Engenheiro Militar — 3 (três), Generais-de-Brigada, Engenheiros Militares para a primeira vaga e mais 1 (um) para cada vaga subsequente;

c) Serviços — todos os Generais-de-Brigada dos respectivos quadros.

2ª Fase:

A cargo do Alto Comando do Exército, que escolherá, por votação secreta, com base nas listas apresentadas pela Comissão de Promoções de Oficiais, e submeterá ao Presidente da República, para escolha, em ordem decrescente, os Generais-de-Brigada incluídos nas listas para promoção, as quais conterão:

a) Combatente — 3 (três) Generais-de-Brigada para a primeira vaga e mais 1 (um) para cada vaga subsequente;

b) Engenheiro Militar — 2 (dois), Generais-de-Brigada Engenheiros Militares para a primeira vaga e mais 1 (um) para cada vaga subsequente;

c) Serviços — todos os Generais-de-Brigada dos respectivos quadros.

Parágrafo único. As listas organizadas na 2ª Fase serão imediatamente publicadas em Boletim Reservado do Exército."

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu, Auro Moura Andrade, Presidente, nos termos do art. 47, nº 16, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1968

Aposentia Laura Bandeira Accioli, Taquígrafa Revisora, PL-2, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Artigo único. É aposentada, de acordo com o § 1º do art. 177, da Constituição Federal, combinado com os artigos 346 e 345, item II, da Resolução nº 6, de 1960, a Taquígrafa Revisora, PL-2, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Laura Bandeira Accioli.

Senado Federal, 25 de janeiro de 1968.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

ATA DA 8ª SESSÃO, EM 25 DE JANEIRO DE 1968**1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 6ª LEGISLATURA****PRESIDÊNCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE, GILBERTO MARINHO, EDMUNDO LEVI E GUIDO MONDIN**

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Senhores

Senadores:
Adalberto Sena
Alvaro Maia
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Milton Trindade
Lobão da Silveira
José Cândido
Menezes Pimentel
Duarte Filho
Manoel Villaga
Argemiro de Figueiredo
José Ermírio
Rui Palmeira
Leandro Maciel
Júlio Leite
Aloysio de Carvalho
Carlos Lindemberg
Raul Giuberti
Aurélio Vianna
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
Moura Andrade
Pedro Ludovico
Fernando Corrêa
Flinto Müller

Bezerra Neto
Ney Braga
Adolpho Franco
Guido Mondin
Daniel Krieger

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Há número regimental, declarado aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE OFÍCIO

Do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado, autógrafo do seguinte projeto:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 1968

(Nº 35-B-67, NA CÂMARA).

Aprova o Acordo de Cooperação Técnica e Científica assinado entre o Brasil e a República Francesa, em Paris, a 16 de janeiro de 1967.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º É aprovado o Acordo de Cooperação Técnica e Científica as-

sinado entre o Brasil e a República Francesa, em Paris, a 16 de janeiro de 1967.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Relações Exteriores e de Educação e Cultura.

PARECERES

Parecer nº 21, de 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça, ao Projeto de Lei do Senado número 60, de 1967, que dispõe sobre a aposentadoria por tempo de contribuição no desemprego.

Relator: Senador Antônio Balbino.

O ilustre Senador Catete Pinheiro, com o projeto nº 60, pretende garantir ao contribuinte da previdência social que tenha mantido a qualidade do segurado, mediante o recolhimento de contribuições durante o período de desemprego, o direito à aposentadoria por tempo de contribuição.

2. Justificando a proposição, o ilustre representante do Pará salienta que "nos termos da Lei nº 3.807, de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), só terá direito à aposentadoria por tempo de serviço aquele que, na condição de segurado, tenha completado 30 anos de serviço realmente prestado. Isto é que tenha mantido a relação de emprego por todo o referido período. Ou mais claramente: embora contribuindo durante o período de desemprego, o segurado que deixa de prestar serviço a determinado empregador, perde o direito de auferir o benefício da aposentadoria por tempo de serviço, devendo, portanto, para fazer jus à obtenção da aposentadoria não apenas conservar a condição de contribuinte da previdência social, e sim a ela acrescentar (embora isso nada tenha a ver com os cálculos atuariais que justificam o sistema previdenciário) a qualificação de trabalhador ativo.

3. A interpretação literal da legislação vigente, em realidade (e isso tem acontecido), poderá conduzir ao entendimento expresso na fundamentação do projeto em exame, que, quanto ao mérito, embora a matéria deva ser mais pertinentemente apreciada pela Comissão de Legislação Social, parece de alto sentido de justiça e com incontestáveis características humanitárias.

Não se trata, na hipótese, em verdade, de proposição que colida com a vedação constitucional, constante do § 1º do artigo 158 da Constituição Federal vigente, quando proíbe a criação, majoração ou extensão de qualquer prestação de serviço de caráter assistencial ou de benefício compreendido na previdência social sem a fixação da "correspondente fonte de custeio total".

Muito ao revés, o de que se cogita é de suprimir uma exigência de atividade, que nada tem a ver com a mecânica do sistema previdenciário, e que acaba por se transformar em motivo de excluir um contribuinte da participação num benefício (a aposentadoria) para cuja fruição ele se habilita com a "contribuição" que paga, durante um determinado período de tempo e não com a circunstância de efetivá-la e, ao mesmo tempo, estar em serviço ativo. O custeio do benefício já é representado pela contribuição, e não porque constituiria verdadeiro enriquecimento sem causa — seria receber a contribuição e, por fundamento a ela estranho — (no caso uma relação de emprego) — deixar de tornar efetiva a prestação do benefício. Principalmente se se

considera que, durante o desemprego, o contribuinte ou segurado paga a parte que lhe toca e a do empregador.

E' de irretorquível procedência a consideração de que se "o segurado continua a contribuir, ou melhor, a pagar o prêmio do seguro, como se de fato estivesse em condições de efetiva atividade laborativa, justo será que se lhe assegure a percepção de todos os benefícios, inclusive, portanto, o da aposentadoria por tempo de serviço" — e, na hipótese, portanto não se cogita de criar um benefício novo no sistema previdenciário, para o que seria necessário indicar os recursos de custeio, e sim, exclusivamente, de tornar explícito que o sistema previdenciário não pode deixar de oferecer a contrapartida do benefício ao segurado que, dentro dos cálculos atuariais pré-existentes, continua pagando a prestação, que representa o custeio total do serviço. E, sobretudo, por força de argumentos estranhos ao plano do seguro, que outra coisa não é o sistema previdenciário.

4. Pelas razões acima não podemos apresentar qualquer óbice de natureza jurídica ou constitucional à tramitação do projeto do Senador Catete Pinheiro, cujo mérito, no seu entrosamento com outras disposições que integram o sistema do Fundo de Garantia das relações de emprego, será, com mais propriedade regimental, examinado pela Comissão de Legislação Social.

Sala das Comissões, 8 de novembro de 1967 — Milton Campos, Presidente — Antônio Balbino, Relator — Antônio Carlos — Wilson Gonçalves — Carlos Lindenberg — Josaphat Mariano — Rui Palmeira.

Parecer nº 22, de 1968

Da Comissão de Legislação Social, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 60, de 1967, que dispõe sobre a aposentadoria por tempo de contribuição no desemprego.

Relator: Senador Ruy Carneiro.

De iniciativa do ilustre Senador Catete Pinheiro, o presente projeto garante aposentadoria por tempo de contribuição, após o pagamento de 30 (trinta e três) contribuições mensais sucessivas, com 80% (oitenta por cento) do "salário de benefício", no primeiro caso, e, integralmente, no segundo, ao contribuinte da previdência social que tenha mantido a qualidade de segurado, mediante o recolhimento de contribuições no desemprego — art. 1º.

2. O Autor, em sua justificativa ao projeto, após esclarecer que, nos termos da Lei nº 3.807, de 1960, só terá direito à aposentadoria por tempo de serviço aquele que, na condição de segurado, tenha completado 30 anos de serviço realmente prestado, comprovada a relação de emprego por todo o período, e afirmar que o segurado, embora contribuindo no desemprego, ao deixar de prestar serviço a determinado empregador, perde o direito de auferir o benefício da aposentadoria por tempo de serviço, não sendo, no caso, suficiente a sua condição de segurado, conclui no sentido de que:

"Se examinado o assunto à luz da letra da legislação vigente, a interpretação não poderá ser outra, senão a que nega, ao segurado em regime de contribuição no desemprego, o direito de aposentadoria por tempo de serviço, à vista mesmo da forma explícita desse instituto. O que deve ter-se em conta, porém, no exame da matéria, são, sobretudo, os elementos intrínsecos do problema, isto é, os que

informam a natureza da medida. Assim, tratando-se de seguro, onde há sempre um prêmio a pagar em função de contraprestações futuras, previamente ajustadas ou legalmente especificadas, não nos parece lícito subtrair do plano de benefícios vinculados ao seguro, qualquer modalidade de risco, coberto pelo valor do prêmio, ainda mais quando este é majorado, pelo dobro, como acontece na hipótese de contribuição de desemprego. A simples nomenclatura do benefício não é bastante para infirmar o conteúdo do seguro, o qual, de resto, para integralizar-se, depende unicamente do cumprimento da condição preestabelecida como risco. Se, pois, o segurado continua a contribuir, ou melhor, a pagar o prêmio do seguro, como se, de fato, estivesse em condições de efetiva atividade laborativa, justo será que se lhe assegure a percepção de todos os benefícios, inclusive, portanto, o da aposentadoria por tempo de serviço".

3. A Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, ao apreciar a matéria, aprovou o parecer do Relator, o ilustre Senador Antônio Balbino, pela juridicidade e constitucionalidade do projeto.

Aquela Comissão, entendendo que a proposição contém medida de alto senso de justiça e incontáveis características humanitárias, esclarece que a mesma não colide com o § 1º do art. 158 da Constituição Federal, pois, no seu entender, não cria, majora ou estende qualquer benefício previdenciário sem fixar a correspondente fonte de custeio, e afirma, também, que:

"Muito ao revés, o de que se cogita é de suprimir uma exigência de atividade, que nada tem a ver com a mecânica do sistema previdenciário, e que acaba por se transformar em motivo de excluir um contribuinte da participação num benefício (a aposentadoria) para cuja fruição ele se habilita com a "contribuição" que paga, durante um determinado período de tempo, e não com a circunstância de efetivá-la e, ao mesmo tempo, estar em serviço ativo. O custeio do benefício já é representado pela contribuição, e não porque constituiria verdadeiro enriquecimento sem causa — seria receber a contribuição e, por fundamento a ela estranho — (no caso uma relação de emprego) — deixar de tornar efetiva a prestação do benefício. Principalmente se se considera que, durante o desemprego, o contribuinte ou segurado paga a parte que lhe toca e a do empregador".

E esclarece, ainda, o referido parecer, que, na hipótese, "não se cogita de criar um benefício novo no sistema previdenciário" e, sim, "de tornar explícito que o sistema previdenciário não pode deixar de oferecer a contrapartida do benefício ao segurado que, dentro dos cálculos atuariais pré-existentes, continua pagando a prestação, que representa o custeio total do serviço. E, sobretudo, por força de argumentos estranhos ao plano do seguro, que outra coisa não é o sistema previdenciário".

4. A matéria, como se vê, já foi perfeita e judiciosamente tratada tanto na justificativa do projeto como no parecer da ilustre Comissão de Constituição e Justiça, a cujos argumentos nada temos a acrescentar.

5. Diante do exposto, a Comissão de Legislação Social, acompanhando o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça, opina pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, 24 de janeiro de 1968. — Petrólio Portela, Presidente. — Ruy Carneiro, Relator. — Bezerra Neto. — Alvaro Maia. — Duarte Filho. — Adalberto Sene.

Parecer nº 23, de 1968

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 1967 (nº 3-A-B-67 na Casa de origem), que concede reforma a militares asilados e dá outras providências.

Relator: Senador José Ernirio.

Na forma do art. 54, §§ 1º e 2º, da Constituição do Brasil, o Sr. Presidente da República encaminha ao Congresso Nacional, acompanhado da Exposição de Motivos do Ministro do Estado da Marinha, projeto de lei que concede reforma a militares asilados e dá outras providências.

A proposição é justificada pelas seguintes razões constantes da referida exposição ministerial:

"Este Ministério vinha de há muito reformando militares asilados, ora submetendo-os a exames de saúde, ora louvando-se em pareceres da Consultoria Jurídica da Marinha.

Entretanto, embora completamente militares, consoante o que estabelecem os Decretos nºs 2.774 e 2.547, de 1938, não têm os asilados sua situação inserida entre as várias formas de incapacidade, quer na recente Lei nº 4.902, de 1965, quer na anterior Lei nº 2.370, de 1954, ran o assim que ultimamente o Tribunal de Contas da União tem negado o registro daquelas concessões de reforma.

A Diretoria do Pessoal da Marinha, a Consultoria Jurídica da Marinha e o Estado-Maior da Armada, em pronunciamento unânime, são acordes em julgar que, servindo militares que se invalidaram a serviço da Pátria, devem os asilados ser amparados através da reforma, instrumento adequado ao reconhecimento que cumpre à Nação para com aqueles que a serviram.

Atualmente, pela Lei nº 4.902, de 1965, só podem os asilados ser amparados na forma do seu art. 50, que não resulta em modificações da proteção que o Estado lhes dá no momento.

Cabe, pois, seguir no tratamento do caso a terapêutica de uma lei própria que, sem atribuir ao asilado demasiados benefícios, não o prive de obter do Estado uma compensação mínima pelo serviço ao qual se invalidou".

Do exposto, verifica-se que a previdência inserida no projeto sob exame visa a resolver problemas ligados ao campo da interpretação das leis relativas à espécie, esclarecendo, de modo definitivo, a situação de militares asilados, concedendo-lhes o amparo da reforma, como medida justa e adequada a tal fim.

Assim, julgando o projeto quanto ao mérito, nas partes relativas ao estudo desta Comissão, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 24 de janeiro de 1968. — Carlos Lindenberg, Presidente. — José Ernirio, Relator. — Adolfo Franco. — Petrólio Portela. — Antônio Carlos.

Parecer nº 24, de 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 1964 (nº 2.496-C-57, na Casa de origem), que dispõe sobre o salário-mínimo a jornada de trabalho e as férias anuais remuneradas, dos advogados, e dá outras providências.

Relator: Senador Antônio Carlos.

Volta a esta Comissão o Projeto de Lei nº 130-64 (nº 2.496-C-57 na Câmara dos Deputados) que dispõe so-

bre o salário mínimo, a jornada de trabalho e as férias anuais remuneradas dos advogados e das outras providências.

2. Após reconstituição que se deu através de ofício aprovado em 16 de agosto do corrente ano, pelo Plenário, foi a proposição a mim distribuída a 27 do mesmo mês.

3. Por equívoco, a reconstituição não juntou ao projeto as emendas que lhe foram apresentadas em Plenário, em número de quatro, e sobre as quais deveria esta Comissão manifestar-se. Daí o engano que cometi, apresentando, na sessão desta Comissão de 20 de setembro, parecer sobre a proposição principal.

4. Chamado à atenção, adverti-me do equívoco. A eficiente Secretaria desse órgão técnico sanou, de pronto, a omissão. Cabe-me, pois, agora opinar sobre as quatro emendas de autoria do Sr. Jefferson de Aguiar.

5. A primeira delas altera o artigo 1º, mandando substituir no "caput" a expressão "empresas de capital" por "entidades de patrimônio ou capital" e acrescentando-lhe o seguinte parágrafo único:

"Parágrafo único. O salário profissional estabelecido neste artigo não exclui o direito do advogado à percepção de aumentos ou vantagens que forem atribuídos pela entidade empregadora aos seus assalariados, ou em consequência de quaisquer acordos ou decisões."

Sob o ponto de vista da constitucionalidade, nada há a objetar. A alteração do "caput" parece-nos até aconselhável, sob o prisma da técnica legislativa, uma vez que a expressão "entidades de patrimônio ou capital" tem sentido mais amplo e evitará, na aplicação da lei, interpretações restritivas.

Já o parágrafo único que se pretende acrescentar ao art. 1º é excessivo. O que o projeto regula é o salário-mínimo do advogado, sem excluir, direta ou indiretamente, o direito à percepção de aumento ou vantagens que lhe forem atribuídos em consequência de quaisquer acordos ou decisões.

6. As emendas nºs 2 e 3 mandam substituir nos arts. 5º e 7º a expressão "empresa" e "empresa industrial" por "entidade empregadora". A expressão proposta é mais ampla e conforme à boa técnica mas, como o projeto não pode — sob pena de ferir o art. 67 da Constituição do Brasil — dispor sobre o salário de advogado quando a entidade empregadora for órgão público, opinamos pela aprovação das emendas com subemendas desta Comissão que vai enunciadas no final deste parecer.

7. A emenda nº 4 manda incluir o seguinte artigo:

"Art. ... São nulos os contratos de trabalho que contrariem a presente lei, respeitados os direitos adquiridos pelo advogado, na entidade empregadora."

Sob o aspecto constitucional nada há a observar. É outrossim medida acatadora que merece acolhida.

Ante o exposto, a Comissão de Constituição e Justiça opina:

a) pela aprovação da seguinte subemenda nº 1, desta Comissão, à emenda nº 1 de Plenário:

SUBEMENDA Nº 1 — CCJ:

Substitua-se no art. 1º a expressão "empresas de capital" pela seguinte "entidade particulares de patrimônio ou capital".

b) pela aprovação da seguinte subemenda nº 2, desta Comissão, à emenda de Plenário nº 2:

SUBEMENDA Nº 2 — CCJ

Onde se lê, nos arts. 5º e 7º do Projeto "empresa" e "empresa industrial".

Leia-se:

"entidade empregadora particular".

c) pela rejeição da emenda de Plenário nº 3, já que está prejudicada pelo contexto da Subemenda nº 2 — CCJ;

d) pela aprovação a emenda nº 4 de Plenário.

Sala das Comissões, em 16 de novembro de 1967. — Milton Campos, Presidente. — Antônio Carlos Relator. — Aloysio de Carvalho. — Bezerra Neto. — Eurico Rezende. — Wilson Gonçalves. — Josephat Marinho.

Parecer nº 25, de 1968

Da Comissão de Legislação Social sobre as emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 139-64 (nº 2.488-C-57, na origem), que dispõe sobre o salário mínimo, a jornada de trabalho e as férias anuais remuneradas dos advogados e das outras providências.

Relator: Senador Bezerra Neto.

Ao presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Lopo Coelho, em 22 de abril de 1957, e reconstituído em 1967 no Senado, que dispõe sobre o salário-mínimo, a jornada de trabalho e as férias anuais remuneradas dos advogados, e das outras providências, foram oferecidas em plenário quatro emendas, de autoria do eminente Senador Jefferson de Aguiar.

2. São emendas que infletem mais sobre a redação do projeto, conduzindo-o a melhor técnica legislativa, sendo que a emenda nº 1, além de refundir o art. 1º, acrescenta-lhe um parágrafo único. Este acréscimo transborda dos objetivos da proposição, e, no particular, a Comissão de Constituição e Justiça, aprovando o parecer do eminente Senador Antônio Carlos, opinou pela sua supressão.

3. As demais emendas foram substancialmente aceitas por aquela douta Comissão, cujo parecer termina por concluir na forma de subemendas aceitas, na essência, as alterações do Ilustre Senador Jefferson de Aguiar.

Nosso parecer, concluindo, na mesma linha adotada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, é no sentido seguinte:

a) pela aprovação da subemenda número 1, da Comissão de Constituição e Justiça, à emenda nº 1 de plenário;

b) pela aprovação da subemenda número 2, da Comissão de Constituição e Justiça, à emenda nº 2, de plenário;

c) pela rejeição da emenda de plenário nº 3, já que está prejudicada pelo contexto da subemenda nº 2, da Comissão de Constituição e Justiça; e

d) pela aprovação da emenda número 4 de plenário.

Sala das Comissões, 24 de janeiro de 1967. — Petrólio Portela, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Adalberto Sena. — Alvaro Mata. — Duarte Filho. — Ruy Carneiro.

Parecer nº 26, de 1968

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 1967 (nº 743-C, de 1961, na Câmara), que regulamenta o "trabalho de bloco".

Relator: Senador Carlos Lindenberg.

O Sr. Presidente da República, na forma do art. 54, parágrafo 1º e 2º da Constituição do Brasil, encaminhou à

apreciação do Congresso Nacional (Mensagem nº 721, de 1967) projeto de lei regulamentando o "trabalho de bloco", o qual, segundo dispõe o art. 1º do projeto, "são os serviços de limpeza e conservação de embarcações mercantes, inclusive os de limpeza e conservação de tanques, os de batimentos de remos de pequena monta", "dentro da área, em sua Exposição de Motivos anexa à Mensagem Presidencial, esclarece tratar-se de matéria delicada que, há longa data, vem sendo gasta técnicos competentes. Os "trabalhos de bloco", segundo as dependências da mesma Exposição, envolvem serviços que devem ser feitos por empresas especializadas. Devido, entretanto, à situação de sua notória eventualidade, ao número restrito de empresas especializadas, e ainda, ao problema de aproveitamento dos marítimos desempregados o assunto tem gerado muitas controvérsias, especialmente em torno da relação empregatícia, tornando-se necessária "uma definição clara e precisa em relação ao emprego do pessoal utilizado" e indispensável encontrar-se um meio termo para a sua solução.

3. Segundo a mesma fonte de informação, a Comissão Permanente de Direito Social, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, — órgão composto de técnicos altamente capacitados — opinou pelo acolhimento do entendimento, resolve os dois problemas básicos da matéria.

4. A Câmara dos Deputados, examinando a proposição, houve por bem introduzir algumas modificações, com o objetivo de melhorá-la sem, contudo, alterar a sua substância e as principais soluções dadas ao problema.

5. Assim, os serviços de bloco, consoante dispõe o art. 2º, podem ser efetuados pelos próprios armadores, utilizando seus empregados ou trabalhadores avulsos, ou mediante contrato de empreitada.

6. Examinada devidamente a matéria, verifica-se ter sido a mesma colocada em seus devidos termos, dando-se solução dentro de um meio termo justo e correto, conforme os preceitos que devem preponderar no campo do Direito Social.

7. Diante do exposto, nada havendo no âmbito desta Comissão que possa ser arguido contra o projeto e, ainda, tendo em vista tratar-se de assunto amplamente discutido e debatido pelos órgãos técnicos competentes, a Comissão de Projetos do Executivo opina pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 24 de janeiro de 1968. — José Ermírio, Presidente. — Carlos Lindenberg, Relator. — Adolpho Franco. — Petrólio Portela. — Antônio Carlos.

Parecer nº 27, de 1968

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 1967 (nº 743-C-67, na Câmara), que regulamenta o "trabalho de bloco".

Relator: Senador Bezerra Neto.

Atendendo à exposição de motivos do Ministério do Trabalho, o Senhor Presidente da República em mensagem ao Congresso Nacional, de 24 de outubro de 1967, enviou projeto de lei que regulamenta o chamado "trabalho de bloco", que são os serviços de limpeza e conservação de embarcações mercantes, inclusive os de limpeza e conservação de tanques, os de pintura e os reparos de pequena monta.

2. A proposição converteu-se num substitutivo adotado pela Câmara dos Deputados. Prevê a contratação por empreitada e o controle como já vinha ocorrendo, inclusive para efeito de interposição de recurso, cabe precipuamente às Delegacias do Trabalho Marítimo. Entendemos, um tanto curioso, uma lei regulamentar determinada matéria, quando sua destinação tem sido a de regular, cabendo a

regulamentação aos decretos. Mas isso foge ao âmbito desta Comissão.

O parecer é pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, 24 de janeiro de 1968. — Argemiro de Figueiredo, Presidente. — Bezerra Neto, Relator. — Mello Braga. — José Ermírio. — Manoel Villaga. — Mem de Sá, pela audiência prévia da Comissão de Constituição e Justiça. — Adolpho Franco. — Fernando Corrêa. — Aurélio Viana.

Parecer nº 28, de 1968

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 1967 (668-B-67, na Câmara), que concede estímulos fiscais à indústria de artefatos têxteis e das outras providências.

Relator: Senador Eurico Rezende. O projeto em exame de iniciativa do Poder Executivo, visa a conceder estímulos fiscais à indústria de artefatos têxteis, consubstanciados na isenção do imposto de importação a taxa de despacho aduaneiro e do imposto sobre produtos industrializados, até 1972, inclusive, para importação de equipamentos máquinas, aparelhos, instrumentos com os respectivos acessórios, sobressalentes e ferramentas, sem similar nacional.

A medida, como se faz evidente, tem por objetivo possibilitar o reequipamento da indústria de artefatos têxteis; concessão que, como sabemos, não está sendo feita por primeira vez.

Nada havendo que possa obstaculizar a que se propõe, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 24 de janeiro de 1968. — Carlos Lindenberg, Presidente. — Eurico Rezende, Relator. — José Ermírio. — Adolpho Franco. — Antônio Balbino.

Parecer nº 29, de 1968

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei nº 133, de 1967 (número 668-B-67, na Câmara), que concede estímulos à indústria de Artefatos Têxteis e das outras providências.

Relator: Senador Lino de Matos.

Com a Mensagem nº 676, de 1937 o Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei que concede estímulos à indústria de artefatos têxteis de capitais predominantemente nacionais.

Na forma do que dispõe o art. 1º do projeto, tais estímulos são representados pela isenção, até 1972, inclusive, do imposto de importação e taxa de despacho aduaneiro e do imposto sobre produtos industrializados, para importação de equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos, com os respectivos acessórios, sobressalentes e ferramentas, sem similar nacional, destinados especificamente à indústria de artefatos têxteis.

A Exposição de Motivos do Senhor Ministro da Indústria e do Comércio nos dá as razões que determinaram e justificam a adoção da medida.

A concessão de favores, da natureza do que, agora, pretende atribuir-se à indústria de artefatos têxteis, tem sido normalmente aceita pelo Congresso Nacional uma vez que seja no regime da Carta de 1946, seja no da Constituição de 1967, nenhuma disposição constitucional a impede ou desaconselha.

Assim sendo, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, 28 de novembro de 1967. — Argemiro de Figueiredo, Presidente. — Lino de Matos, Relator. — Fernando Corrêa. — Bezerra Neto. — Teotônio Vilela. — Leonardo Maciel. — José Ermírio. — Sígnir do Figueiredo. — Clodomir Allet.

Parecer nº 30, de 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Ofício nº 22-67 — P/MC, de 16.11.67, do Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia autenticada do acórdão proferido nos autos do Recurso Extraordinário número 54.712 do Estado do Rio Grande do Sul, que declarou a inconstitucionalidade parcial das Leis ns. 651, de 13.9.56, e 657, de 17 de setembro de 1956, do município de Pelotas.

Relator: Senador Bezerra Neto.

RELATÓRIO

1. Para os fins do art. 45, IV, da Constituição do Brasil, veio ao Senado o presente processo extratos da tramitação e julgamento do Recurso Extraordinário nº 54.712, do Estado do Rio Grande do Sul, cujo acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade parcial das Leis ns. 651, de 13 de setembro de 1956 e 657, de 17.9.56, do município de Pelotas.

2. O acórdão foi publicado no Diário da Justiça de 18 de outubro de 1967. Foi relator o Senhor Ministro Cândido Mota Filho, sendo o recurso interposto da decisão do Egregio Tribunal de Justiça daquele Estado, que quanto ao imposto de licença para abate de gado e taxa de balança, o município não tinha competência para exercer e fiscalização na espécie em consequência para tributar, porque era de se ter em conta a Lei Federal nº 1.283, de 18.12.50 e arts. 5º inciso XV, letra b, 3º e 200 da Constituição Federal. O recurso fôra interposto pela Prefeitura de Pelotas e subiu desamparado pelo Parecer do Procurador-Geral.

2. Como se tratava de matéria constitucional, foi a matéria submetida ao plenário da Suprema Corte, a qual por unanimidade, reconheceu que a espécie era da competência federal e a lei municipal em exame, nos artigos impugnados, invadira área da competência federal. Participaram do julgamento os Senhores Ministros Luiz Galfetti, Sândido Mota Filho, Raphael de Barros Monteiro, Alvaro Cardoso Dias, Pacheco, Alomar Baleeiro, Prado Kelly, Agnelo Nogueira Evandro Lins, Hermes Lima, Victor Nunes Gonçalves de Oliveira e Lafayette de Andrada, impedido o Ministro Eloy da Rocha e licenciados os Ministros Oswaldo Trigueiro e Hannemann Guimarães.

3. Estando cumpridas as normas da lei, inclusive as do regimento, opinamos pelo acolhimento da matéria, através do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 3, DE 1968

Suspende, em parte, nos termos do art. 45, inciso IV, da Constituição Federal, a execução das Leis ns. 651 e 657, de 1956, do município de Pelotas.

Art. 1º É suspensa a execução parcial das Leis ns. 651, de 13.9.56 e 657, de 17.9.56, do município de Pelotas, julgada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária de 15.9.67, no Recurso Extraordinário nº 54.712, do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões 24 de janeiro de 1968. — Antônio Carlos, Presidente em exercício. — Bezerra Neto, Relator. — Antônio Balbino. — Alvaro Maia. — Carlos Lindenberg. — Menezes Pimentel.

Parecer nº 31, de 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 72, de 1967, que renova, por cinco anos, o prazo legal para fruição, pelos herdeiros, dos direitos autorais das obras do Maestro Antonio Carlos Gomes.

Relator: Senador Antônio Carlos.

O nobre Senador Auro Moura Andrade, em 17 de novembro de 1967, submeteu à consideração do Senado o presente projeto de lei que visa renovar, por cinco anos, o prazo legal para fruição, pelos herdeiros, dos direitos autorais das obras do Maestro Antonio Carlos Gomes.

2) Esclarece o ilustre autor da proposição, na sua justificação, que o prazo que se deseja renovar, expirado em 1956 nos termos do art. 649, § 1º do Código Civil, foi dilatado, em virtude da Lei nº 3.126, de 18 de abril de 1957, por dez anos o qual, por sua vez, se venceu a 16.9.68.

3) Ainda a justificação, em termos convincentes, patenteia os méritos do projeto, valendo transcrever o seu final:

“No momento todos os herdeiros do Carlos Gomes já alcançaram 70 anos de idade. Assim, o presente Projeto é para o efeito de assegurar-lhes a percepção desses direitos autorais por mais cinco anos, quando mais lhes são necessários, na avançada idade em que se acham.”

4) A Constituição do Brasil dispõe sobre a matéria no § 25 do art. 159 que reza:

“Aos autores das obras literárias, artísticas e científicas pertence o direito exclusivo de utilizá-las. Esse direito é transmissível por herança, pelo tempo que a lei fixar.”

5) Ante o exposto, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela constitucionalidade do projeto 3, no mérito, recomendando sua aprovação.

Sala das Comissões 24 de janeiro de 1968. — Menezes Pimentel, Presidente eventual. — Antônio Carlos, Relator. — Carlos Lindenberg. — Alvaro Maia. — Antônio Balbino. — Bezerra Neto.

Parecer nº 32, de 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Ofício nº 18-P/MC, de 3.10.67, do Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópia autenticada do acórdão proferido nos autos do Recurso de Mandado de Segurança número 14.511 do Estado de São Paulo, que declarou inconstitucional o art. 8º do § 3º da Lei número 2.081, de 27.12.52.

Relator: Senador Aloysio de Carvalho.

Por ofício nº 18-P/MC, de 3 de outubro último, o Sr. Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminha ao Senado para os fins previstos no art. 45, IV da Constituição Federal cópia autenticada do acórdão proferido, em sessão plena de 31 de maio de 1967, nos autos do Recurso de Mandado de Segurança nº 14.511, do Estado de São Paulo, declarando a inconstitucionalidade do § 3º do art. 8º da lei paulista número 2.081, de 27 de dezembro de 1952 que deu nova redação ao título I da Lei Orgânica dos Municípios (Lei nº 1, de 18.9.47).

O caso foi o de plebiscito realizado, na forma da Constituição Federal e da Estadual de São Paulo para a criação do Município de “Vargem”, por desmembramento do de “Bragança Paulista”. O resultado da consulta popular foi um empate de 247 votos. A Assembleia Legislativa do Estado de-

cidu-se pela criação do Município, rejeitando o veto aposto pelo Senhor Governador à Lei nº 8.092, de 28 de fevereiro de 1964, que consumava essa criação, tomando por favorável o empate verificado. Firmava-se a Assembleia para isso, no disposto no § 2º do art. 8º da citada Lei número 2.081, que reformulando o preceito correspondente da lei orgânica dos Municípios, dispusera que por maioria de votos dos deputados presentes poderia a Assembleia contrariar o resultado do plebiscito.

Decidindo no recurso de segurança do Prefeito de Bragança, assentou o Supremo Tribunal, por unanimidade de votos em sessão plenária ser inconstitucional tal faculdade, isso porque, em se tratando de criação de Municípios, a manifestação da maioria dos eleitores prevalece sobre o pronunciamento da Assembleia Estadual; sob pena de perder qualquer significado a consulta plebiscitária. Frisou, por sua vez, o Ministro Vitor Nunes que a nova Constituição estabeleceu, em seu art. 14, que lei complementar fixará os requisitos mínimos de população e renda pública e “a forma de consulta prévia às populações locais”, para a criação de novos Municípios, nada dispõe em contrário a esse entendimento.

Em face do exposto, concluímos pela suspensão da execução da disposição incriminada, nos termos deste Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 3, DE 1968

Suspende a execução do § 3º do artigo 8º da Lei nº 2.081, de 27 de dezembro de 1952, do Estado de São Paulo.

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida, em sessão plenária de 31 de maio de 1967, no Recurso de Mandado de Segurança nº 14.511, a execução do § 3º do art. 8º da Lei nº 2.081, de 27 de dezembro de 1952 do Estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Comissões, 24 de janeiro de 1968. — Antônio Carlos, Presidente em exercício. — Aloysio de Carvalho, Relator. — Alvaro Maia. — Rui Palmeira. — Menezes Pimentel. — Bezerra Neto. — Carlos Lindenberg.

Parecer nº 33, de 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 67, de 1967, que dispõe sobre direitos autorais e as outras providências.

Relator: Senador Bezerra Neto.

1) Dispendo sobre direitos autorais, o projeto em exame, da parte do eminente Senador Vazconcelos Torres, trata de parte dos direitos do autor, tal seja criando obrigações à empresa editora de livros, ao receber originais de uma obra para estudo e orçamento, de fornecer recibo ao autor. Isto no artigo primeiro, sendo que nos dois seguintes e últimos a tratar da espécie, estabelece percentagens de pagamento.

2) Ocorre, e tem sido noticiado à sociedade que o Governo instituiu uma comissão especial para codificar e atualizar as leis sobre o direito do autor, já havendo anteprojeto elaborado e que será remetido ao Congresso Nacional.

3) Pelo exposto, o nosso parecer é que a proposição seja sobrestada, para ser objeto de exame e deliberação juntamente ao anteprojeto referido e para o qual, sem dúvida, se constituirá em valioso subsídio.

Sala das Comissões, 24 de janeiro de 1968. — Antônio Carlos, Presidente

em exercício. — Bezerra Neto, Relator. — Antônio Balbino. — Alvaro Maia. — Menezes Pimentel. — Carlos Lindenberg.

Parecer nº 34, de 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei número 53, de 1957, que dispõe sobre incentivos fiscais.

Relator: Senador Bezerra Neto.

1) Pelo que dispõe o artigo primeiro do Projeto ora em exame, de autoria do eminente Senador Desiré Guarani as deduções do imposto sobre a renda previstas na Lei número 5.106, de 2 de setembro de 1956, e nos decretos-leis nºs. 55, de 18 de novembro de 1936 e 221, de 23 de fevereiro de 1967, poderão no mesmo exercício, a critério do contribuinte, ser divididas, desde que não ultrapassem, no total os seguintes limites: a) cinquenta por cento do imposto devido, quando as deduções incluírem a aplicação máxima de cinco e cinco por cento nas áreas da SUDAM ou da SUDENE, isolada ou conjuntamente; b) vinte por cento do imposto devido quando as deduções se destinarem unicamente a aplicação fora das áreas da SUDAM ou de SUDENE.

PARER DO RELATOR

2) São evidentes os úteis objetivos da proposição. Os incentivos para o reforestamento e para a SUDIT, sem dúvida, com outros de sua natureza, serão de grande importância para o seu caráter de fomento e iniciativa.

Todavia, o projeto oferece, toda a vez, ao tratar de recursos fiscais do Estado, matéria eminentemente financeira. Proposições assim são da iniciativa exclusiva do Presidente da República, de vi do art. 60, I da Constituição do Brasil. Nesse parecer a lei rejeita, por inconstitucionalidade.

PARER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça apreciando o parecer do Relator, opina pela inconstitucionalidade e rejeição do PLS nº 58-1967 que dispõe sobre incentivos fiscais.

Sala das Comissões 24 de janeiro de 1968. — Antônio Carlos, Presidente em exercício. — Bezerra Neto, Relator. — Alvaro Maia. — Menezes Pimentel. — Aloysio de Carvalho. — Antônio Balbino. — Carlos Lindenberg.

Parecer nº 35, de 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Regulamento nº 1.123 de 1967, que scheta a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da Ordem do Dia baixada pelo Ministro do Exército, sobre os lutozcos acontecimentos de 27 de novembro de 1965.

Relator: Senador Rui Palmeira.

O presente requerimento, apresentado pelo ilustre Senador Paulo Torres, visa a transcrição nos Anais do Senado Federal, da Ordem do Dia baixada pelo General Azeite de Lira Tavares, Ministro do Exército, por ocasião do 32º aniversário da intenção comunista.

Sob o ângulo da competência regimental desta Comissão, nada há que contraindique a aprovação do requerimento em apreço.

Sala das Comissões, em 24 de janeiro de 1968. — Antônio Carlos, Presidente em exercício. — Rui Palmeira, Relator. — Aloysio de Carvalho. — Carlos Lindenberg. — Bezerra Neto. — Alvaro Maia. — Menezes Pimentel.

Parecer nº 35, de 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Requerimento nº 1.122, de 1967, do Senhor Senador Aarão Steinbruch, solicitando transcrição nos Anais do Senado, do discurso inaugural, como Presidente do Instituto de Direito Internacional da 53ª Sessão, em Nice, em 7-9-67, proferido pelo Prof. Haroldo Valladão e publicado no Jornal do Brasil de 26-11-67.

Relator: Senador Aloysio de Carvalho.

O nobre Senador Aarão Steinbruch apresentou requerimento, que recebeu o número 1.122, para inserção nos Anais do Senado, nos termos do artigo 212, letra y, do Regimento Interno, da íntegra do discurso pronunciado, como 1º Vice-Presidente do "Instituto de Direito Internacional", exercendo a Presidência na reunião inaugural da 53ª sessão, em Nice, aos sete de setembro do ano p. passado, de 1967, pelo nosso eminente compatriota Professor Haroldo Valladão, então Procurador Geral da República.

A indicação regimental feita no requerimento deve entender-se como artigo 212, inciso IV, letra y, porque nesse inciso IV é que se insere a providência em apreço. Por sua vez, a referência é à publicação no Diário do Congresso Nacional e transcrição nos Anais do Senado, sendo esta, evidentemente, consequência daquela. O requerimento, todavia, só se reporta a "transcrição nos Anais", o que, a nosso ver, poderia ser deferido, independentemente da publicação no Diário do Congresso, se a disposição regimental houvesse usado da conjunção alternativa ao invés da aditiva.

O Professor Haroldo Valladão é dos nossos juristas de nomeada internacional, granjeada, quer por seu comprometimento e eficiente atuação em numerosos congressos de direito no estrangeiro, quer por seus importantes trabalhos na área do direito internacional, público ou privado. Tal renome sobremodo cresceu com a honra que lhe foi conferida, em 1965, da eleição para 1º Vice-Presidente do citado Instituto, uma das mais prestigiosas instituições do mundo, por sua vida quase centenária, desdobrada em serviços da maior valia para a cultura jurídica, notadamente para o entendimento entre os povos, na base dos princípios que regem o direito das gentes.

Seu discurso abrindo a reunião de Nice, vazado em estilo sóbrio, digno de uma assentada científica, expõe, com precisão, a evolução do direito internacional público, enaltecendo a ação do Instituto, pela consolidação, das suas normas, dentre as quais a da "arbitragem", que já o Brasil-Imperio sustentara e até praticou, através da participação de delegados seu o visconde de Itajubá, na decisão arbitral da famosa questão do Alabama entre a Inglaterra e os Estados Unidos, e que a nossa primeira Constituição republicana solenemente consagrou como recurso obrigatório para o encaminhamento das nossas divergências de caráter internacional.

Ainda o orador salienta o grande momento que para a comunidade universal foi a II Conferência da Paz, reunida em Haia, em 1907, e quando se deu, como assinala, o encontro histórico dos dois direitos internacionais o europeu e o americano, este, pela palavra oracular de Rui Barbosa, defendendo, inepidicamente, a igualdade jurídica de todas as nações.

O discurso, que, em sua publicação na imprensa nacional tomou o título de "As novas dimensões do Direito Internacional", aborda, enfim, o amplo estuário a que a doutrina moderna conduziu o direito internacional, instituindo-lhe uma nova dimensão, qual a da solidariedade social, expressa na ajuda dos povos fortes aos

povos fracos, e em virtude do que, apesar de as características tradicionais de "um direito de abstenção-de-anumeração de direitos absolutos das soberanias agressivas", em suma, "direito neutro, destinado à simples solução dos conflitos e da guerra", para traduzir-se num "direito de cooperação obrigatória, positivo, de deveres explícitos para o trabalho em comum, com vistas ao bem-estar dos povos, com a criação de numerosas instituições e organizações internacionais".

Pela pálidez amostra acima, vê-se o alto teor dessa peça oratória, que merece, por isso, figurar no "Diário do Congresso" e em nossos Anais, pelo muito que nos pode orientar, deferido, pois, o requerimento a que, de início, se fez menção.

Sala das Comissões, em 24 de janeiro de 1968. — Antônio Carlos, Presidente em exercício. — Aloysio de Carvalho, Relator. — Alvaro Maia. — Bezerra Neto. — Carlos Lindenberg. — Menezes Pimentel.

Parecer nº 37, de 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Requerimento nº 949, de 1967, do Sr. Senador Aurélio Vianna, solicitando transcrição, nos Anais do Senado, do artigo publicado em "Última Hora", edição de 26-10-67, sob o título "Cartas aos moços de minha terra" de autoria do Pe. Helder Câmara.

Relator: Senador Carlos Lindenberg.

Em requerimento de 26 de outubro de 1967, o Sr. Senador Aurélio Vianna solicita transcrição, nos anais do Senado, de artigo publicado em edição de 26-10-67, do jornal "Última Hora", de autoria do Padre Helder Câmara.

O requerimento está formalizado nos termos da letra y, do art. 212, do Regimento Interno, que prevê e autoriza a espécie, nada havendo, portanto, que possa obstaculizar sua normal tramitação.

O documento que se pretende fazer constar dos anais desta Casa constitui, inegavelmente, página de palpitante atualidade, pois retrata com vigor e precisão, a verdadeira missão que compete aos moços de nossa terra.

Somos, assim, pelo encaminhamento do requerimento.

Sala das Comissões, 24 de janeiro de 1968. — Antônio Carlos, Presidente em exercício. — Carlos Lindenberg, Relator. — Alvaro Maia. — Aloysio de Carvalho. — Menezes Pimentel. — Bezerra Neto.

Parecer nº 38, de 1968

Da Comissão de Economia sobre o Requerimento nº 999, de 1967, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Poder Executivo — Banco Central — informações sobre convênio firmado com bancos particulares destinado a investimentos rurais no Estado do Rio de Janeiro.

Relator: Senador Paulo Torres.

O requerimento sobre o qual somos chamados a opinar é da lavra do Senador Vasconcelos Torres e tem por objeto solicitar informações do Banco Central, sobre convênio, firmado com bancos particulares, destinado a investimentos rurais.

Objetiva, através do expediente sob exame, o ilustre representante fluminense um pronunciamento do Banco Central, referente ao estímulo de atividades rurais no seu Estado, procedimento esse que estaria sendo adotado com relação ao Estado do Rio Grande do Sul.

Trata-se, como se vê, de matéria cujo conhecimento é de interesse público e que, por isso, e por estar em

termos regimentais, deve ter encaminhamento.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 1967. — Carvalho Pinto, Presidente. — Paulo Torres, Relator. — João Leite. — Leandro Maciel. — Carlos Lindenberg.

Parecer nº 39, de 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Requerimento número 999, de 1967, que solicita ao Poder Executivo — Banco Central — informações sobre convênio firmado com bancos particulares destinado a investimentos rurais no Estado do Rio de Janeiro.

Relator: Senador Bezerra Neto

RELATÓRIO

1) De autoria do eminente Senador Vasconcelos Torres, o presente requerimento limita-se ao seguinte, sem qualquer argumentação a título de justificativa:

"Na forma da precitação regimental vigente, requero informe o Poder Executivo, através do Banco Central da República do Brasil, se foi firmado convênio com bancos particulares destinado a investimentos rurais no Estado do Rio de Janeiro, beneficiando ruralistas, a exemplo do que foi feito no Estado do Rio Grande do Sul?"

PARECER

2) No artigo 213 do Regimento Interno do Senado achando-se estabelecidas normas, sem cuja observância, não merecem tramitação os requerimentos de informações, ultimamente lacônicos, torrenciais, pletóricos.

Para a espécie basta destacar um dos itens daquelas normas, ou seja o determinar o art. 213, letra c in fine, que o requerimento não poderá conter "interrogação sobre propósitos da autoridade a quem se dirige."

3) A nosso ver caberia à Presidência, face aos termos peremptórios do art. 213, decidir liminarmente da admissibilidade de requerimentos como o presente, e não remetê-los a esta Comissão. A não ser que, dada a atual torrente dos mesmos, muitas vezes indagando sobre matéria já exaustivamente estampada no Diário Oficial, fosse alterado o Regimento Interno no propósito de se instituir uma comissão permanente, como existe no Parlamento hindu, para receber e liminarmente apreciar os requerimentos de informações.

4) Pela leitura atenta que se faça do parágrafo primeiro do citado artigo 213, requerimentos como o presente somente vêm à Comissão se indeferidos liminarmente, não publicação do despacho nas 72 horas de sua formulação e for renovado, para deliberação do plenário. Af, sim, para a decisão dos Senhores senadores cu-vida previamente a Comissão de Constituição e Justiça.

Com estas observações, embora reconhecendo ser caso de arquivamento, a Comissão remete a matéria à dita Presidência, para que a decida de plano, como é previsto no artigo 47, números 7 e 8, parágrafo primeiro do art. 213, do Regimento Interno.

PARECER DA COMISSÃO

Acolhendo o parecer do Senhor Relator a Comissão decide pela remessa do processado à dita Presidência do Senado Federal.

Sala das Comissões, em 24 de janeiro de 1968. — Antônio Carlos, Presidente em exercício. — Bezerra Neto, Relator. — Menezes Pimentel. — Antônio Balbino. — Alvaro Maia. — Carlos Lindenberg.

Parecer nº 40, de 1968

Da Comissão de Educação e Cultura, ao Projeto de Lei da Câmara número 15, de 1966 (nº 2.542-B-65, na Câmara), que disciplina a cobrança de anuidades escolares e de outras providências.

Relator: Senador Josaphat Marinho

RELATÓRIO

Originário da Câmara dos Deputados, este projeto disciplina a cobrança de anuidades escolares e de outras providências.

Prescreve que:

a) os reajustamentos das anuidades e taxas cobradas pelos estabelecimentos particulares de ensino, em todo o território nacional, serão permitidos somente após cada período de doze (12) meses, e não poderão ser superiores aos índices de correção monetária apurados até 31 de dezembro de cada ano, pelo Conselho Nacional de Economia (art. 1º);

b) até trinta (30) dias antes do início do ano letivo, os reajustamentos serão comunicados aos Conselhos Estaduais de Educação quanto aos estabelecimentos de ensino primário e médio, e ao Conselho Federal de Educação quanto aos estabelecimentos de ensino superior (art. 2º);

c) os índices de reajustamento só serão ultrapassados quando o estabelecimento de ensino tiver realizado obras substanciais que possibilitem a seus alunos conforto e melhor atendimento, a juízo das autoridades competentes (art. 3º).

2) Esse texto corresponde ao substitutivo adotado pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados no exame do projeto inicial de autoria do nobre deputado Aurino Valois. Resultou o substitutivo de ponderação do Poder Executivo, à vista de parecer do Conselho Federal de Educação, de 1965, que considerou o projeto não condizente "com a estrutura constitucional do país" e "ainda pouco amadurecido para merecer aprovação."

3) Diante dessa última observação do Conselho, e dada a delicadeza da medida legislativa, solicitamos fosse ouvido, de novo, esse Órgão, para que opinasse sobre a fórmula substitutiva.

A resposta, através do Ministério da Educação e Cultura, declarou que o Conselho já havia emitido "parecer desaconselhando a iniciativa" e apenas acrescentou: "o substitutivo não altera o entendimento".

Em consequência, propusemos, ainda uma vez, diligência, em agosto de 1966, para que o Ministério da Educação e Cultura, diretamente ou por intermédio do Conselho Federal de Educação, esclarecesse:

a) qual o sistema ou critério vigente de fixação e aumento das anuidades escolares, pelos estabelecimentos particulares de ensino?

b) o percentual de aumento, que tem prevalecido, é, mesmo aproximadamente, inferior ou superior ao que decorrerá da aplicação do projeto, se convertido em lei?

c) como interferem as autoridades na fixação e no aumento das anuidades?

d) quais as particularidades apreciáveis no caso, tendo em vista as diferenças dos três graus de ensino?

4) Por ofício de junho do corrente ano, o Sr. Ministro da Educação encaminhou a esta Comissão, sem juízo pessoal emitido, "os pareceres dos órgãos técnicos" em torno da matéria.

Resumindo os pronunciamentos oferecidos e opinando sobre o assunto, a Assessoria Parlamentar do Ministério salienta, em essência, que:

a) o Conselho Federal de Educação, a par de arguir que lhe cumpris "apreciar a questão de seu ângulo

pedagógico, como já fizera", declarou "não possuir elementos objetivos para responder aos quesitos propostos, o que melhor competiria às Diretorias de ensino esclarecer";

b) a Diretoria do Ensino Superior informou que "no plano daquele ensino não há interferência quanto à fixação de anuidades nos estabelecimentos particulares";

c) a Diretoria do Ensino Secundário explicou os critérios adotados pelo Ministério "para coibir os abusos nos aumentos das anuidades pelos colégios particulares", e juntou cópia da Portaria baixada em 1966, que limitou a 25% a taxa de majoração;

d) o Consultor Jurídico do Ministério assinou "a relação existente entre a anuidade cobrada aos alunos e a remuneração devida aos professores", aspecto que influi na fixação do "custo módico do ensino", mas "sobre o qual o projeto é omissivo";

e) parece impossível estabelecer comparação, "como elemento geral para apreciação da matéria", entre as normas em vigor e as que decorreriam do projeto, se convertido em lei.

"Apenas para exemplificar — adianta — poder-se-ia fazer o cálculo desejado pelo Sr. Relator, fazendo-se incidir sobre as anuidades que vigoraram em 1965, a taxa de 25% de majoração tolerada pelo M.E.C. para 1966 e o índice de correção monetária que tiver sido divulgado pelo C.N.E. em 31 de dezembro de 1965, dados esses que não possui esta Assessoria. Dissemos apenas para exemplificar, porque as anuidades são extremamente variáveis no território nacional e inúmeros os estabelecimentos de ensino";

f) "o custo do ensino não pode ser calculado pelos mesmos critérios usados pelo C.N.E. para fixar os valores dos aluguéis, das obrigações reajustáveis ou dos gêneros alimentícios. Conforme bem salientou o Dr. Consultor Jurídico, o assunto é muito mais complexo, envolvendo, entre outros, o problema da remuneração do professor";

g) "nessas condições e uma vez que o Ministério da Educação não tem discutido o assunto", cre, em conclusão, a Assessora, Dr^a Sylvia Bastos Tigre, "que deva ser adotado, sobre a matéria em pauta, o pensamento do egregio Conselho Federal de Educação, de que o "projeto está pouco amadurecido para merecer aprovação";

5) Não é essa, entretanto, a conclusão do Diretor do Ensino Secundário, Sr. Gildásio Amado.

Em fundamentada informação dirigida ao Ministro, elucida que:

a) pareceres da Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado e da Consultoria Geral da República "reafirmaram a competência" do Ministério "para a fixação das anuidades escolares que devam cobrar os estabelecimentos particulares de ensino secundário", eliminando, assim, as dúvidas suscitadas com a vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

b) "para o estudo do problema, foi solicitada a colaboração do Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, através de seu setor de Educação e Cultura, considerando-se a relação do preço do ensino com a situação econômico-financeira do país e a política deflacionária do governo";

b) a Comissão de Anuidades Escolares, designada em dezembro de 1965, considerando a proximidade de novo ano letivo, "limitou-se ao estudo dos valores das anuidades para 1966, tendo chegado à conclusão, em vista dos subsídios oferecidos pelo Ministério do Planejamento e das Associações de pais de alunos, de que o aumento das anuidades para o próximo ano não poderia exceder de 25% dos valores co-

brados em 1965. Aprovada essa conclusão, foi baixada a Portaria Ministerial nº 3, de 4 de janeiro de 1966, fixando aquele limite";

c) "a Comissão, entretanto, opinou no sentido de que, devendo ser considerados no problema das anuidades os diversos fatores que influem sobre o custo do ensino, sempre condicionando os aumentos às possibilidades econômicas dos alunos, seria necessário proceder-se a estudo mais completo das condições dos estabelecimentos particulares de ensino";

d) criado Grupo de Trabalho, para pesquisa pormenorizada da questão, sugeriu minuta de Portaria através da qual ficaria regulada, de 1967 em diante, a orientação a ser seguida na cobrança das anuidades. "Não chegou, entretanto, a ser baixada, pelo Ministério, a Portaria";

e) lembrou que fossem oferecidos ao Senado os estudos realizados pelo Grupo de Trabalho", assim como "sugestões que pudessem contribuir para a regulamentação, em nova lei, do problema das anuidades, de modo mais completo do que o é na atual legislação";

Destarte, o Diretor do Ensino Secundário julga conveniente nova e mais ampla disciplina da matéria.

6) Não é somente essa sua contribuição. Concretamente propõe:

"1) A lei aplicar-se-ia a todos os ramos do ensino médio. A atual legislação aplica-se apenas ao ensino secundário, deixando de lado os ensinados comercial, industrial, normal e agrícola. Não se justifica, realmente, que o poder público tenha competência para controlar o preço do ensino médio em um de seus ramos e não nos outros. Isso ocorre atualmente porque só a Lei Orgânica do Ensino Secundário determinava a competência. Nas leis referentes aos demais ramos, não era feita referência ao problema das anuidades.

2) A competência para o controle das anuidades deveria ser das administrações estaduais e não do Ministério da Educação e Cultura. Os problemas do ensino médio tornam-se, cada vez mais, problemas diferenciados nas diversas unidades da Federação. Inclui-se, entre esses problemas, o que nos parece, o do custo e preço do ensino.

3) Anualmente, o percentual básico de aumento das anuidades escolares seria idêntico ao do reajustamento salarial de professor, fixado pelo Departamento Nacional de Salário do Ministério do Trabalho e Previdência ou por decisão judicial.

4) Poderia ser prevista a possibilidade de aumentos adicionais, nos casos de obras substanciais, assim como nos de manutenção pelos estabelecimentos de ensino de serviços eficientes de orientação educativa, de bibliotecas e outros a serem definidos na regulamentação, e ainda no de equipamento de oficinas ou salas ambiente especializadas, destinadas à iniciação profissional, nos cursos ginasiais.

5) Deveria ser prevista, quando se tratasse de cursos técnicos profissionais, que exijam instalações especiais, a possibilidade de aumentos que permitam cobrir as despesas com o custo desse tipo de ensino";

7) Essas informações e sugestões foram completadas por entendimento pessoal do titular do Ministério, deputado Tarso Dutra, reconhecendo-se a necessidade de um substituto ao projeto.

PARECER DO RELATOR

8) Em verdade, o projeto já não poderia ser mantido, nos termos em que foi aprovado na Câmara dos Deputados, dada a extinção do Conselho Nacional de Economia (art. 181 da Const. de 1967), a que se refere de modo expresse (art. 1º).

Nem seria conveniente estipular a aplicação de índices gerais de correção monetária à situação especial de estabelecimentos particulares de ensino. As necessidades desses estabelecimentos são variáveis nas diferentes regiões do país, e devem subordinar-se, singularmente, ao objetivo principal de facilitar as oportunidades de educação ao maior número.

9) A diversidade de situações verificadas nos Estados e Territórios e no Distrito Federal, em função do fator econômico e social, recomenda a adoção de critério descentralizador das soluções e sem fórmulas matemáticas, de valor nem de tempo, para que a estimativa das anuidades atenda às peculiaridades regionais.

Observar essas diferenciações é forma de assegurar a educação como "direito de todos", e, em consequência, de inspirar-se "no princípio da unidade nacional", segundo recomenda a Constituição (art. 168). Não se justifica implantação de critérios rígidos e uniformes a situações intensamente diversificadas por fatores sociais e econômicos.

10) Demais, a Constituição, além de declarar a educação direito de todos e de a proclamar dever essencial do Estado (art. 168 e § 2º), estabelece que "o ensino oficial ulterior ao primário será, igualmente, gratuito para quantos, demonstrando, efetivo aproveitamento, provarem falta ou insuficiência de recursos" (art. 168, § 3º, III). Ora, se tem essa amplitude a função do Estado, assim como o direito dos educandos, é claro que compete ao governo, através do Executivo e do Legislador, instituir as medidas adequadas para disciplina de anuidades nos estabelecimentos particulares de ensino. Tanto mais há de ser assim quanto o poder público, sobre não ter condições de assegurar, em termos gerais, o regime de gratuidade, pela deficiência da rede escolar oficial, também não dispõe de recursos para estender, satisfatoriamente, o regime de concessão de bolsas, por igual previsto na Constituição (art. 168, § 3º, III). No domínio oficial como no particular, o ensino não deve nem pode ser fonte de enriquecimento.

Depois, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei número 4.024, de 20-12-61) — que não foi superada pela Constituição — é seguramente afirmativa da autoridade do poder público no particular. Em seu art. 6º, a lei estatui que "o Ministério da Educação e Cultura exercerá as atribuições do Poder Público Federal em matéria de educação";

11) É certo que a Constituição, no art. 169, reconheceu aos Estados e ao Distrito Federal o direito de organizar "seus sistemas de ensino". Mas o texto constitucional reserva à União — como o regime anterior — legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional" (art. 8º, XVII, "g"). E a Lei de Diretrizes e Bases, já referida, além do disposto no citado art. 6º, confere ao Conselho Federal de Educação amplas atribuições de disciplina e fiscalização do ensino nos seus três graus (art. 8º, § 4º, art. 9º, "a", "g", "l", "m", art. 35, § 1º).

Bem de ver que cumpre, respeitar a competência específica dos conselhos estaduais de educação (arts. 10, § 3º, 35, § 1º, 43, 94, § 3º, 96), que se conjuga, afinal, com a autonomia constitucional das unidades federadas na forma do art. 13 da Carta de 1967.

Mas, se a própria Lei de Diretrizes e Bases prevê a existência dos conselhos estaduais de educação e lhes defere atribuições, inclusive, evidentemente, com o propósito de articular o funcionamento deles com as atividades do Conselho Federal, nada obsta que um diploma especial sobre a

fixação de anuidade escolar os inclua no sistema disciplinar da matéria. Ao contrário: essa incorporação representa um desdobramento lógico do regime estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases. Alarga-se a competência dos conselhos estaduais, já prevista em lei básica, e dentro dos mesmos fins de garantir a disciplina geral da educação fundada em normas coerentes.

Também não há impedimento para que se faculte aos Estados a opção de decidir por outro órgão, desde que fique assegurada, inclusive pelo recurso ao Conselho Federal de Educação, a correção de anomalias apuradas.

12) O substitutivo anexo tenta dar forma a esse entendimento, e prevê recurso dos dirigentes dos estabelecimentos interessados, bem como de associações, devidamente registradas, de alunos ou de pais de alunos, para o Conselho Federal de Educação, da decisão que apurar os encargos ou estimar as anuidades, taxas e contribuições. Estipula, ainda, que, julgado o recurso, o Conselho Federal estabelecerá, quando necessário, a forma e o prazo de regularização dos pagamentos discutidos, a fim de evitar perturbação no regime escolar.

A apreciação do substitutivo permitirá corrigir-lhe as lacunas, ou os enganos, porventura existentes.

Substitutivo

AO PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 15, DE 1966

Dispõe sobre fixação e reajustamento de anuidade, taxas e contribuições de serviço educacional em estabelecimentos particulares de ensino.

Art. 1º Além das atribuições que lhes foram consignadas na Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), caberá aos Conselhos Estaduais de Educação e ao Conselho de Educação do Distrito Federal fixar e reajustar anuidades, taxas e contribuições correspondentes aos serviços educacionais prestados pelos estabelecimentos particulares de ensino primário, médio e superior, situados nas áreas de sua respectiva jurisdição, observadas as normas desta lei.

Parágrafo único. Os estabelecimentos situados no Território do Amapá ficarão sujeitos à jurisdição do Conselho Estadual de Educação do Pará; os dos Territórios de Roraima e Rondônia, ao do Amazonas; e os de Fernando de Noronha, ao de Pernambuco.

Art. 2º A fixação do custo dos encargos educacionais será feita simultaneamente com a autorização de funcionamento dos estabelecimentos de ensino, e seu reajustamento, nos dois meses anteriores à realização das matrículas.

Art. 3º A fixação e o reajustamento de anuidades, taxas ou contribuições deverão atender aos encargos de remuneração dos professores e de manutenção regular dos estabelecimentos.

§ 1º Os encargos previstos neste artigo serão apurados pelos órgãos incumbidos da estimativa das anuidades, taxas e contribuições.

§ 2º É assegurado recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias, para o Conselho Federal de Educação, aos dirigentes dos estabelecimentos interessados e às associações devidamente registradas, de alunos ou de pais de alunos, contra a apuração dos encargos e a estimativa das anuidades, taxas e contribuições previstas nesta lei.

§ 3º Na decisão do recurso referido no parágrafo anterior, o Conselho Federal de Educação estabelecerá, quando necessário, a forma e o prazo de regularização dos pagamentos discutidos.

Art. 4º E' facultado aos Estados proceder à fixação e ao reajustamento das anuidades, taxas e contribuições por outro órgão que não seja o Conselho Estadual de Educação, obedecendo as demais regras desta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer da Comissão de Educação e Cultura

A Comissão de Educação e Cultura, apreciando o parecer do Relator e as sugestões feitas, adota o substitutivo por ele apresentado ao projeto de lei da Câmara nº 15, de 1968:

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1967. — *Menezes Pimentel*, Presidente — *Josaphat Marinho*, Relator — *Aloysio de Carvalho* — *Adalberto Sena*.

Parecer nº 41, de 1968

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei nº 15, de 1968 (nº 2.542-B-65 na Câmara), que disciplina a cobrança de anuidades escolares e de outras providências.

Relator: Senador Bezerra Neto.

RELATÓRIO

Tem por objetivo a proposição em exame, de iniciativa do ilustre deputado Aurino Valois, disciplinar os reajustamentos das anuidades e taxas cobradas pelos estabelecimentos particulares de ensino, em todo o território nacional. Somente serão permitidos — firma o artigo 1º do substitutivo adotado na Câmara dos Deputados — após cada período de doze meses e não poderão ser superiores aos índices de correção monetária apurados até 31 de dezembro de cada ano, pelo Conselho Nacional de Economia. Outras inclusões do substitutivo: até trinta dias antes do início do ano letivo, os reajustamentos serão comunicados aos Conselhos Estaduais de Educação quanto aos estabelecimentos de ensino primário e médio, e ao Conselho Federal de Educação quanto aos estabelecimentos de ensino superior. Os índices só poderão ser ultrapassados no caso de obras materiais de vulto no estabelecimento, a depender de aprovação das autoridades competentes.

2) Na Comissão de Educação e Cultura do Senado, o projeto foi objeto de três diligências, promovidas pelo eminente relator, Senador Josaphat Marinho.

O atendimento à primeira diligência consubstanciou-se numa suscinta manifestação do Conselho Federal de Educação, nestes termos conclusivos: "A ingerência legislativa federal na área de competência dos Estados e Municípios não parece harmonizar-se com a estrutura constitucional do país e quanto à vigência do dispositivo nas escolas médias federais é de alcance muito restrito, sabendo-se como é reduzida a rede federal de escolas desse tipo. O projeto parece ainda pouco amadurecido para merecer aprovação."

Reiterada a diligência, foi contestada em lacônica ratificação do parecer anterior. Face a tais insuficientes pronunciamentos, o relator propôs nova solicitação, já então traduzida, em quatro minuciosos itens de um questionário.

3) Com melhor exploração manifestaram-se, na resposta aos itens aprovados na Comissão de Educação e Cultura, alguns órgãos do Ministério, entre estes a Consultoria Jurídica, a Diretoria do Ensino Secundário e a Assessoria Parlamentar. No pronunciamento do Senhor Diretor do Ensino Secundário, aceita a iniciativa do projeto, sugestões foram formuladas para atender a princípios nele expostos.

4) Pelo parecer do relator da Comissão de Educação e Cultura, o projeto, nos termos em que o aprovou a Câmara, não é de ser acolhido, dada a extinção do Conselho Nacional de Economia (art. 121 da Constituição de 1967). Órgão que no artigo 1º da proposição aparece com função precípua. Também o parecer é sensível ao fato das variações geográficas e econômicas do país, não sendo aconselhável o sistema de correção monetária único. Concluiu por um substitutivo, cuja defesa, num confronto à Lei de Diretrizes e Bases (Lei 4.024, de 20.12.61) e aos dispositivos da nova Constituição, desenvolve, para salientar que é possível coordenar o poder da União, nas suas atribuições de legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, com as da competência específica dos Conselhos Estaduais de Educação, previstas na citada Lei 4.024.

5) O substitutivo do relator da Comissão de Educação e Cultura do Senado, traz à cena as disposições da vigente Lei de Diretrizes e Bases, um tanto marginalizada na tramitação da Câmara, como que no propósito da nova lei ser uma natural projeção, para casos objetivos, da legislação especializada vigente, e isto é que se retrata no seu artigo 1º: "Além das atribuições que lhes foram consignadas na Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), caberá aos Conselhos Estaduais de Educação e ao Conselho de Educação do Distrito Federal fixar e reajustar anuidades, taxas e contribuições correspondentes aos serviços educacionais prestados pelos estabelecimentos particulares de ensino primário, médio e superior, situados nas áreas de sua respectiva jurisdição, observadas as normas desta lei."

PARECER

Entendemos que o presente projeto, na forma do substitutivo elaborado pelo relator na Comissão de Educação e Cultura, atende aos preceitos constitucionais, razão por que opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24 de janeiro de 1968 — *Antônio Carlos*, Presidente em exercício — *Bezerra Neto*, Relator — *Aloysio de Carvalho* — *Carlos Lindenberg* — *Menezes Pimentel* — *Alvaro Maia*.

PARECER

Nº 42, DE 1968

Da Comissão de Economia, sobre o Requerimento nº 762, de 1967 do Sr. Senador Desiré Guarani, solicitando ao Poder Executivo — Ministério da Fazenda — informações sobre o volume total da receita tributária da União durante o exercício de 1966 e outras indagações a respeito.

Relator: Senador Pedro Ludovico.

Em requerimento datado de 4 de setembro do corrente, o Senador Desiré Guarani solicita informações ao Poder Executivo — Ministério da Fazenda — vazando nas seguintes termos:

"a) o volume total da receita tributária da União durante o exercício de 1966;

b) o volume total da despesa feita pelo Ministério da Fazenda durante o exercício de 1966, com:

I — a arrecadação tributária da União; e

II — a fiscalização federal de tributos da União;

c) o volume total da arrecadação com a venda de obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional, em 1966;

d) a percentagem da comissão paga aos bancos ou corretores para a venda ou colocação das obrigações re-

ajustáveis do Tesouro Nacional, em 1966;

e) o volume total da despesa feita no exercício de 1966 para a colocação ou venda das obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional; e

f) a discriminação, pelos bancos beneficiários da despesa a que se refere o item anterior."

Como se faz evidente, trata-se de matéria que escapa à competência da Comissão, razão por que deixamos de manifestar o nosso pronunciamento, solicitando seja o assunto submetido à Comissão de Finanças.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1967. — *Carvalho Pinto*, Presidente — *Pedro Ludovico*, Relator — *Carlos Lindenberg* — *Leandro Magal* — *Tecônio Vilela*.

PARECER

Nº 43, DE 1968

Da Comissão de Finanças, sobre o Requerimento nº 762 de 1967, do Senador Desiré Guarani, solicitando ao Poder Executivo — Ministério da Fazenda — informações sobre o volume total da receita tributária da União durante o exercício de 1966, e outras indagações a respeito.

Relator: Senador Aurélio Vianna.

O Requerimento em apêço, de autoria do ilustre Senador Desiré Guarani, solicita informações ao Ministério da Fazenda, sobre várias das suas atividades no exercício de 1966. Tais indagações objetivam saber em quanto montou o total da arrecadação dos tributos da União bem como, quanto foi gasto com a sua execução e fiscalização. Inquire, ainda, sobre a arrecadação proveniente da venda das obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional e sobre o volume total das comissões pagas aos bancos e corretores para a sua colocação.

A Comissão opina pela remessa do presente requerimento à Presidência na forma do parágrafo 1º do artigo 213 do Regimento Interno.

Sala das Comissões, em 24 de janeiro de 1968. — *Argemiro de Figueiredo*, Presidente — *Aurélio Vianna*, Relator — *José Ermirio* — *Julio Leite* — *Adolpho Franco* — *Manoel Vilela* — *Meilo Braga* — *Bezerra Neto* — *Fernando Corrêa*.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O expediente não há a publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moura Andrade) — O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura de Projeto de Resolução.

E lido o seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 6, DE 1968

Prorroga, por um ano, a licença concedida a Sebastião Ruy Rollo Maciel, Oficial Legislativo, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único — E' prorrogada, por 1 (um) ano, a partir de 9 de fevereiro do corrente ano, a licença concedida pela Resolução nº 26, de 1967, que pôs à disposição do Banco Nacional de Habitação, no Estado da Guanabara, nos termos dos artigos 92 e 309, da Resolução nº 6, de 1960, sem vencimentos, o Oficial Legislativo, PL-6, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Sebastião Ruy Rollo Maciel.

Justificação

O Presidente do Banco Nacional de Habitação solicita a prorrogação da licença de Sebastião Ruy Rollo Maciel, a fim de que possa o mesmo continuar na Chefia de seu Gabinete.

Considerando a relevância dos misteres cometidos ao servidor em lide,

encarece o Senhor Presidente do órgão em apêço a permissão para que o mesmo continue a emprestar sua colaboração ao Banco Nacional de Habitação. Ademais, o Banco ainda não possui um Quadro de pessoal perfeitamente organizado.

Assim justificado, submetemos à consideração do Plenário o presente Projeto de Resolução.

Sala das Sessões, em 25 de janeiro de 1968. — *Auro Moura Andrade* — *Camilo Nogueira da Gama* — *Gilberto Marinho* — *Victorino Freire* — *Edmundo Levi* — *Raul Giuberti* — *Guido Mondim*.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Outro Projeto de Resolução será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido o seguinte.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 7, DE 1968

Prorroga, por um ano, a licença concedida a Moema Fernandes Távora, Oficial Legislativo, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único — E' prorrogada, por 1 (um) ano, a partir de 1º de maio, a licença concedida pela Resolução nº 28, de 1967, que pôs à disposição do Governo do Estado do Ceará, sem vencimentos nos termos do art. 300, item I, do Regulamento da Secretaria do Senado Federal, a Oficial Legislativo, PL-6, Moema Fernandes Távora.

Justificação

Visa o presente Projeto de Resolução a atender uma solicitação de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado do Ceará, a fim de que a funcionária em apêço possa continuar seu trabalho de ação social junto às comunidades proletárias daquele Estado.

Assim justificado, submetemos o Projeto à apreciação do Plenário.

Sala das Sessões, em 25 de janeiro de 1968. — *Auro Moura Andrade* — *Camilo Nogueira da Gama* — *Edmundo Levi* — *Raul Giuberti* — *Guido Mondim*.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Ambos os Projetos serão publicados e, em seguida, incluídos em Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Presidência recebeu resposta aos seguintes Requerimentos de Informações:

Nº 886-67, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, enviada pelo Ministério da Educação e Cultura;

Nº 1.023-67, do Sr. Senador Lino de Mattos, enviada pela Prefeitura do Distrito Federal;

Nº 1.110-67, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, enviada pelo Ministério das Minas e Energia;

Nº 1.036-67, do Sr. Senador José Ermirio, enviada pelo Ministério das Minas e Energia (Aviso número GM-25-68);

Nº 1.041-67, do Sr. Senador Aarão Steinhilber, enviada pelo Ministério das Comunicações (Aviso número GM-318-68);

Nº 1.162-67, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, enviada pelo Ministério da Indústria e Comércio (Aviso nº AP/13/63);

Nº 1.184, do Sr. Senador Julio Leite, enviada pelo Ministério das Minas e Energia (Aviso nº GM-23-68).

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. Senador Ney Braga enviou à Mesa requerimento de informações dirigido ao Sr. Ministro das Minas e Energia.

Após despacho pela Presidência, será publicado.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Senhor 1º Secretário.

E' lido o seguinte

**REQUERIMENTO
Nº 30, DE 1968**

Sr. Presidente:

Nos termos regimentais, requeremos a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do ex-Chanceler Raul Fernandes, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, no dia 5 do mês em curso. Figura das mais representativas de nossa vida pública, o Doutor Raul Fernandes desempenhou, em sua longa e edificante carreira de jurista, político e diplomata, um relevante papel em prol de seu país, em todas as posições por eles ocupadas, todas as vezes em que atendeu ao chamamento do dever projetando-se no campo das relações internacionais, como um dos mais lúcidos representantes brasileiros. O seu falecimento enche de consternação o país, justificando-se o voto ora proposto de cujo teor solicitamos seja dado conhecimento à sua família, ao Ministério das Relações Exteriores e ao Governo do Estado do Rio.

Sala das Sessões, 25 de janeiro de 1968. — Benedito Valladares. — Júlio Leite. — Edmundo Levi. — Aloysio de Carvalho. — Alberto Senna. — José Ermirio. — Alvaro Maia. — Argemiro de Figueiredo. — Fernando Corrêa. — Filinto Müller. — Raul Guberli. — Sebastião Archer. — Noqueira da Gama. — Guido Mondin. — Aarão Steinbruch. — Arnão de Melo. — Celso Ramos. — Duarte Filho. — Rui Palmeira. — Carlos Lindenberg. — José Guimard. — Josephat Marinho. — Ray Carneiro. — Pedro Ludovico. — Mello Braga. — Eurico Rezende. — Ney Braga. — Aurelio Vianna. — Moura Andrade. — Teófilo Vilela. — Bezerra Neto. — Antônio Carlos. — Peirônio Parlela. — Antônio Balbino. — Adolpho Franco. — Lobão de Silveira. — Mem de Sá. — Manoel Villaca.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra para encaminhar a votação o Sr. Senador Júlio Leite.

O SR. JÚLIO LEITE:

(Para encaminhar a votação) — (Lê o seguinte discurso):

Senhor Presidente, Senhores Senadores, cercado do respeito, da admiração e do reconhecimento de seus concidadãos, faleceu no Rio de Janeiro, a 5 do corrente, o ex-Chanceler Raul Fernandes. Como assinalou o ex-Senador Afonso Arinos, uma biografia como a do insigne brasileiro, "que encerra quase um século de existência e setenta anos de atividade política, não pode ser resumida em discurso de três quartos de hora", o que "seria, de resto, trabalho escusado depois do estado definitivo de Antônio Góulijo de Carvalho".

Se, no entanto, de sua vida recamada de edificantes exemplos nada há de ser acrescentado, de sua morte pode-se afirmar, como Eça de Queiroz em seu "Fradique Mendes", que "não acaba mais docemente um belo dia de verão".

Esse político que viveu longe das turbulências ruidosas da política; esse diplomata que se manteve afastado do mundanismo envolvente da diplomacia; esse jurista que sobrepujou a agitação polêmica dos tribunais foi em verdade uma das personalidades mais dignas de sua era, pois se constituiu num exemplo permanente de entusiasmo, consagração e devotamento à Pátria. Apesar disso, Raul Fernandes foi em vida uma daquelas homens cujo valor — por circunstân-

cias várias — se fez mais reconhecido no exterior do que em seu próprio país.

A homenagem que lhe foi tributada ao ensejo do seu monagéstimo aniversário — que seria o último de sua vida — teve portanto, na unanimidade com que foi comemorado em todo o país, e no exterior por instituições as mais representativas, o sentido de um preito de gratidão à seus inextinguíveis méritos e a seus inestimáveis serviços à causa da justiça, da paz e do entendimento entre as Nações. Foi um episódio de tal relevo que nem ele, de natural modesto e retraído pôde furtar-se a reconhecer que não tinha o direito de dizer que viveu em vão.

Reparada essa injustiça por uma geração que não foi a sua — mas que ele serviu tanto quanto à sua — não há de ter sido tormentosa para a consciência lúcida que se extinguiu, a morte que docemente a colheu. Sim, porque para os que conseguem chegar à idade provecta de Raul Fernandes, com o respeito ecumênico que a sua personalidade inspirava, a morte não pode ser amarga.

No discurso que aqui pronunciou em sua homenagem no dia 24 de outubro, disse o eminente Senador Filinto Müller que Raul Fernandes foi um homem a quem se poderia chamar de "representativo". Esta foi, inegavelmente, uma qualificação feliz, pois poucos terão sido, em sua época, mais representativo do que ele, na busca ansiosa pelo entendimento e a concórdia; como assinalou com propriedade o Presidente do Conselho da Organização dos Estados Americanos, Embaixador Eduardo Rífter Aislán, poucos terão representado melhor a consciência jurídica de seu país, como poucos caracterizaram melhor do que ele as virtudes civis dos políticos provectos da República Velha.

E, se a figura do jurista ultrapassou os limites da Pátria, a sua dedicação à sua terra e à sua gente, no decorrer de sua existência, de sua longa e profícua existência, há de situar-se no futuro, sem nenhum favor, como uma das personalidades mais lúcidas, de quantas militaram na vida pública brasileira. Raul Fernandes pertenceu Senhor Presidente, àquela estirpe dos que fazem a grandeza das gerações e que marcam com a sua atuação os contornos de uma época.

A sua trajetória na vida pública é um exemplo de constância e autenticidade. É um caminho pontilhado de virtudes e marcado pela fidelidade a seus inquebrantáveis princípios morais: alicerçado nas bases sólidas e duradouras de seu próprio valor. Nasceu em Vassouras, no Estado do Rio, foi Vereador em sua cidade natal, Deputado Estadual, Deputado Federal e Governador eleito: por duas vezes, Ministro de Estado. Voltando-se para o campo das relações internacionais, serviu ao Brasil com os mesmos ideais que sempre acalentaram sua carreira na política interna.

Delegado plenipotenciário à Conferência da Paz, em 1919, representou o Brasil nas Assembleias da Liga das Nações em 1920, 1921, 1924 e 1925. Foi membro do Comitê encarregado de organizar o Estatuto Permanente da Corte de Justiça Internacional, tendo servido como Embaixador em Bruxelas em 1925. Dois anos depois, chefou a Delegação Brasileira à VI Conferência Internacional Americana, que se reuniu em Havana.

Voltou a militar na política interna como deputado e relator-geral na Constituinte de 1934, afastando-se da vida pública durante o período de efervescência. Com a reconstitucionalização do país, volta o governo a servir-se de seu grande internacionalista para representar-nos em 1946, 1947, e 1948, sucessivamente como Delegado à Conferência da Paz, como chefe da Delegação à Conferência Interna-

mericana para Manutenção da Paz e da Segurança no Continente e como Delegado à III Assembleia das Nações Unidas em Paris.

Ministro das Relações Exteriores nos Governos do Marechal Eurico Dutra e do Presidente Café Filho, voltou às fileiras da política exterior, para servir como Presidente da Comissão Jurídica Internacional, durante onze anos.

Laureado pela Faculdade de Direito do São Paulo onde se diplomou em 1898, Raul Fernandes recebeu em vida as condecorações mais expressivas. Foi um dos quatro membros honorários do "Institut de Droit International", e o único brasileiro a que se concedeu este título, tendo sido indicado pelo Instituto de Direito Internacional do Uruguai, candidato ao Prêmio Nobel. Presidiu a Sociedade Brasileira de Direito Internacional e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados.

Convidado pelo Presidente Getúlio Vargas para ocupar a vaga de Philadelpho de Azevedo na Corte Internacional de Haia, recusou-se pela primeira vez a um encargo. Esse gesto, recusando honraria por tantos desejada, para atender ao imperativo de sua consciência, dá idéia de sua estrutura moral, de inteireza de seu caráter.

No entanto, Senhor Presidente, é esse homem que, publicando sua autobiografia, dizia-se possuidor de uma "cultura desordenada" e julgava-se "incapaz de dar lições". Ele, que tantas lições deu de retidão e dignidade.

Creio, Senhores Senadores, que ao associar-se o Senado da República ao pesar que desceu sobre o país com o seu desaparecimento, estaremos testemunhando, perante sua impercível memória, a gratidão do Brasil ao magnífico exemplo de sua vida, que se constituiu num penhor de inigualável bravura cívica, já incorporado ao patrimônio moral da Nação. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Tem a palavra o Sr. Senador Aloysio de Carvalho.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Para encaminhar a votação) (Não foi reatado pelo orador) — Sr. Presidente, a Comissão de Relações Exteriores, por honrosa designação do seu nobre Presidente, Senador Benedito Valladares, associa-se, pela minha palavra, à homenagem que está sendo prestada à memória do Embaixador Raul Fernandes, cuja ação, no plano internacional, tem sido comprada, e com razão, aos serviços prestados ao Brasil pelo Barão do Rio Branco e pelo Conselheiro Rui Barbosa.

Raul Fernandes morreu suave e tranquilamente, aos 90 anos completos de idade. Falar de um homem que morre nessa idade provecta não é chorar-lhe a morte como uma esperança que se houvesse malogrado para o serviço da Pátria. O que nos cumpre, neste instante, é exaltar, louvar, bendizer a sua vida, uma vida cheia a quem Deus reservou a ventura de demorar além dos limites biológicos a quem muitas vitórias foram asseguradas, tanto na política nacional como internacional, e em quem também duras adversidades políticas revelaram um homem forte, de ânimo inquebrantável.

Intérprete do pensamento da Comissão de Relações Exteriores, devendo demorar-me, de preferência, no internacionalista. Mas, Raul Fernandes foi um homem cuja atuação política não pode ser esquecida, e talvez que a sua vocação tivesse sido tanto a política como a ação internacional. Escrevendo no centenário de nascimento do grande Herculano de Freitas, um dos maiores oradores de seu tem-

po, disse Raul Fernandes, que sendo estudante da Faculdade de Direito de São Paulo, quando deixava a escola, passava na Assembleia Legislativa para ouvir os discursos empolgantes de Herculano. Acentuava, então, que era um curioso da política e dos discursos.

Curioso, Sr. Presidente, parece-me pouco, porque, realmente, mais do que um curioso da política foi um servidor dela, com uma força idealística e, ao mesmo tempo, realista que constituiu uma das suas maiores virtudes. Basta dizer que fez a política em todo o tirocinio em que ela deve ser feita.

Vereador da sua terra natal, o Município fluminense de Vassouras, logo depois de formado, em 1899, pela gloriosa Faculdade de Direito paulista, pouco depois recebia, dos seus patriotes, um mandato de deputado estadual que, oito anos mais tarde, seria renovado mas, já agora, para a Câmara Federal.

Começa em 1909 a ação de Raul Fernandes no plano nacional e em seu favor, deve ser arguido que, podendo já nesse momento, ser candidato do seu Partido ao Governo do Estado do Rio, sofreu uma preterição, evidentemente injusta, do seu chefe político Nilo Peçanha, que escolheu para governador outro candidato.

Não serviu isto para que Raul Fernandes fugisse à política. Não serviu isto para que Raul Fernandes esquecesse o seu chefe. Não serviu isto para que Raul Fernandes deixasse de acompanhar Nilo Peçanha, na memorável campanha da reação republicana, e se fizesse pelo seu Partido, o candidato ao Governo do Estado do Rio, em 1922. Não serviu aquela preterição para que Raul Fernandes deixasse de fazer, durante toda a vida, o louvor da personalidade de Nilo Peçanha.

Ainda há pouco tempo, comparando ao Programa da Imagem, do Som e da Palavra, teve ocasião de dizer que um dos maiores políticos que conhecera e, sob certos aspectos, o maior político com quem convivera, fora o seu velho chefe Nilo Peçanha. A campanha da reação republicana, em 1922, teve o desfecho que todos nós conhecemos.

Nilo Peçanha foi varrido da política do Estado do Rio por uma das fórmulas, tão comuns na República velha — a intervenção federal decretada, naquela terra, pelo Governo federal. O homem, eleito governador, empossado, com o *habeas corpus* preventivo que lhe foi concedido pelo Supremo Tribunal Federal, num dos gestos mais corajosos da nossa alta Corte, teve o seu mandato cortado, dez dias depois, por um ato de força do Governo Bernardes, que não se vingava de Raul Fernandes, porém do seu chefe Nilo Peçanha, que, pouco depois, não resistindo a esta prova amarga, desaparecia do cenário político.

Em 1934, voltou Raul Fernandes, numa eleição em que, já chefe da facção nilista, conseguiu fazer a maioria dos deputados do Estado Rio à Constituinte Federal. Sua ação foi memorável, na feitura e elaboração da Constituição de 1934. Relator geral na Comissão constitucional, de que era presidente Carlos Maximiliano, e de que era vice-presidente Levy Carneiro, Raul Fernandes, com a serenidade do seu temperamento, com o seu espírito jurídico, com a sua ciência e sabedoria política, foi como que um remanso onde chegavam e onde morriam todas as paixões tumultuosas que encandesceram aquela Assembleia.

Fui testemunha da sua ação, da sua eloquência sóbria, um tanto cética, lembrando, no primor da sua linguagem e do seu pensamento, uma nota anatólica. Fui testemunha da sua presença, em todos os instantes, na Constituinte, do apuro com que

acompanhou a redação final da Constituição, como seu Reitor Geral, e quero deixar, aqui, um depoimento pessoal que o enobrece.

Tornado eu Relator de um projeto que concedia média aos estudantes, tal como, em 1918, o Projeto Jerônimo Monteiro, depois da gripe espanhola, fui voto vencido na Comissão de Educação e Cultura — voto contrário às médias dos estudantes.

Sofri, ali, os primeiros contratempos da minha vida política, inclusive um enterro feito pelos estudantes do Colégio Pedro II, levando ao saguão do Palácio Tiradentes um pequeno esquife em que, realmente, não caberia o meu corpo.

Raul Fernandes, Líder do Governo, teve que acompanhar o pensamento deste que era pela aprovação do projeto.

Nunca me faltou, todavia, com a sua assistência pessoal, com o seu conforto, naqueles dias realmente tormentosos do exercício do meu mandato.

Encerra-se, nessa Constituinte de 1934, a sua vida de atividade legislativa. Virá a ser depois Ministro do Exterior, no Governo do Marechal Dutra, e, finalmente, Ministro do Exterior, no Governo Café Filho, em 1954.

O internacionalista, começou também cedo. Em 1919, era nosso Delegado na Embaixada que o Brasil mandou para o Tratado de Paz, chefiada por esse grande paraibano que foi Epitácio Pessoa.

Sua atuação discreta, modesta, foi, entretanto, notável. E tão o distinguia na representação e teve o apoio e a confiança de todos os que naquela Conferência figuravam, que entrava, pouco depois, para a Comissão de onze membros, que ia organizar o Estatuto da Corte Permanente de Justiça Internacional.

Seu nome figura, hoje, na bibliografia universal; seu nome é um nome de projeção mundial. Seu pensamento está traduzido em livros de Direito Internacional sob o nome de "A Cláusula Fernandes". Simplesmente, Sr. Presidente, a sua inteligência fina, lúcida, resolveu um problema em que as grandes potências e os pequenos países não encontravam o caminho. A Corte Internacional de Justiça era desejada pelos pequenos países como uma Corte Permanente de Justiça, mas era difícil conseguir-se, em torno desse princípio, a unanimidade. Raul Fernandes, então, lembrou que houvesse a aceitação facultativa da jurisdição obrigatória da Corte de Justiça. Em alguma coisa que, a princípio, não poderia nem ser definida — como se transformava uma jurisdição compulsória de uma Corte de Justiça numa aceitação facultativa. Mas foi uma lembrança genial que, aprovada e apoiada imediatamente, se traduz, hoje, na atual Corte de Justiça, resultante do Tratado de Paz da Segunda Guerra Mundial no seu Art. 36. A Corte tem jurisdição obrigatória, mas o país pode, em determinados momentos, recusar essa jurisdição. Isto porque, muitas vezes, motivos políticos, motivos de direito interno, motivos de soberania podem aconselhar à Nação que recuse a decisão da Corte Superior de Justiça.

Esta iniciativa de Raul Fernandes, coroadada de tão pleno êxito naquela época, está, hoje, em plena aceitação, através do Estatuto que atualmente preside a Justiça Internacional.

Voltando ao Brasil é que ele entrou na campanha presidencial do seu Estado para o resultado a que já nos referimos. Mas, em 1923, o Presidente Arthur Bernardes, com uma grande nobreza, lhe renovava a delegação junto à Liga das Nações.

Lembro-me de que muita gente, naquela ocasião, estranhou que o nobilíssimo deposto do Governo do seu Estado aceitasse uma Delegação Inter-

nacional do Presidente que o havia deposto.

Era preciso, entretanto, compreender-se o sentimento de Raul Fernandes, entender que naquele instante grave em que tantas incompreensões rodearam e envolveram seu nome, ele pensou, acima de tudo, no Brasil, e deixou a presunção dos interesses políticos regionais de lado.

Durante quatro Assembléias da Liga das Nações ele funcionou com o mesmo brilho, com a mesma eloquência britânica, com a mesma educação e a mesma sobriedade de maneiras.

Os figurantes dessas Assembléias reconheciam nele um dos homens representativos da inteligência e da cultura brasileiras.

Quando Ministro do Exterior, voltam as oportunidades para se projetar, de novo, no plano internacional. E o inspirador, é o colaborador diligente, consoante, de todos os dias; é o chefe da Conferência Interamericana que se reuniu em Petrópolis, em 1947; é o Ministro do Exterior, é o Chanceler brasileiro que orienta o Tratado do Rio de Janeiro, em que, pela primeira vez, se estabeleceu o princípio da legítima defesa contra as agressões injustas de outro país.

Neste momento, em 1947, atinge ele a culminância da sua vida política, na esfera internacional. Bastaria, Sr. Presidente, o gesto de 1920, e a atuação de 1947 para que nós o tivéssemos inscrito no nosso coração e o considerássemos um brasileiro que, acima dos sofrimentos e das adversidades políticas, colocava sempre um ideal de justiça internacional.

Ainda há poucos meses, quando festejávamos o 90º aniversário do seu nascimento, teve ele ocasião de dizer, no seu discurso de agradecimento, que acreditava na paz internacional, que achava que a exaustão financeira das grandes potências conduziria finalmente o mundo à pacificação e que, através das cortinas de ferro ou de bambu, há de soar sempre a liberdade, ainda que tardiamente.

Sr. Presidente, não quero encerrar estas palavras, em que se consubstancia, além do mais, uma viva e grande admiração que sempre nutri por esse insigne brasileiro, sem recordar, para acrescentar, uma belíssima imagem, um perfil magnífico que dele fez, nessa celebração nonagenária, o nosso ex-colega, Senador Afonso Arinos.

Disse Arinos:

(Lê):

"Sua cultura, sua atuação, sua personalidade cresceu com a majestade natural das grandes árvores. Como elas, ele aprofundou as raízes no solo da vida; robusteceu o tronco; ergueu e estendeu a fronde; deu sombra e flor e fruto; tornou-se marco do caminhante, monumento da paisagem, vencedor do tempo, visível nas distâncias".

Agora que ele é morto, poderíamos acrescentar: luz perene nos céus do Brasil. (Muito bem. Muito bem. — Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

A Mesa associou-se à manifestação de profundo pesar que acaba de ser aprovada, pelo Senado Federal, e às palavras que aqui foram pronunciadas sobre a grande personalidade de Raul Fernandes pelos Senadores Júlio Leite e Aloysio de Carvalho.

Deseja esta Presidência ressaltar palavras do Senador Aloysio de Carvalho, tão definidoras da personalidade do Embaixador Raul Fernandes, exatamente no trecho em que Sua Excelência acentua que, em Raul Fer-

nandes, grandes vitórias e duas adversidades revelaram um homem forte, de ânimo inquebrantável. Em seguida, assinalou o Senador Aloysio de Carvalho uma virtude fundamental daquele grande brasileiro — a de servidor da política, com uma força patriótica e idealista que foi uma de suas maiores virtudes.

Realmente, as duas orações ilustraram bem a admiração que o povo brasileiro e, particularmente, os homens públicos deste País, e ainda mais particularmente, o Senado Federal, neste instante, sempre tiveram pelo grande vulto do jurista, do internacionalista, do homem de Governo, do homem que tão bem representava o pensamento da Nação, que tanto soube defender, no campo internacional, a soberania do Brasil e afirmar seu bom nome, dando continuidade e revelando aspectos na conquista do Direito Internacional, de termos novos para a vida dos povos que dependiam, fundamentalmente, da precificação desse direito para assegurar sua soberania e a independência de seus Estados.

O Senado Federal teve oportunidade de participar das grandes homenagens que foram prestadas a Raul Fernandes, por ocasião de seu 90º aniversário, quando se fez representar por uma das Comissões mais brilhantes que já se organizaram nesta Casa.

Naquela ocasião, esta Presidência determinou que fossem transcritos, nos Anais, todos os documentos relativos à vida de Raul Fernandes — referência internacional os atos dos Organismos Internacionais aos quais ele pertenceu e os altos elogios a que fez jus.

No dia de hoje, tivemos esta comovente manifestação, na qual os dois ilustres Senadores, através de sua palavra, puderam traduzir, efetivamente, o quanto admirávamos e o quanto sentíamos o desaparecimento do ilustre brasileiro.

A Mesa dará cumprimento ao voto que acaba de ser votado pelo Senado Federal, dando o necessário conhecimento à família do ilustre extinto, ao Ministério das Relações Exteriores e ao Governo do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. EURICO REZENDE:

Sr. Presidente, peço a palavra na qualidade de Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o Sr. Senador Eurico Rezende, como Líder do Governo.

O SR. EURICO REZENDE:

(Como Líder do Governo — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, apenas algumas palavras. O eminente Deputado Mário Covas, no discurso de ontem em que pensou criticar o Governo Federal, segundo o noticiário da imprensa, edição de hoje, deixou um trecho a mim dizendo o seguinte:

"O processo político está sendo cada vez mais embaralhado pelos líderes do Governo, enquanto o Senador Eurico Rezende, no Senado, afirma que a eleição indireta perdurará até para os Governadores, pelo menos até 1971".

E segue-se aqui o enfocamento da manifestação do Sr. Senador Dinarte Mariz.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, se todas as verdades constantes do pronunciamento do Sr. Deputado Mário Covas foram, vasadas no sentido da afirmativa que fez com relação à minha pessoa, devemos dizer, com absoluta tranquilidade, que o seu discurso foi um relevo de equívocos ou então, foi apenas passionalismo da má-vontade oposicionista. Sempre defendi o preceito constitucional da eleição direta nos Estados. Entendo que se

deva manter, em toda a sua integridade, o preceito da jovem Constituição brasileira que manda ouvir, não o eco nos Estados, mas a voz dos Estados, na escolha dos seus governadores.

O Sr. Deputado Mário Covas leu, naturalmente, noticiário da imprensa nacional a meu respeito. Recentemente, reporter de um grande jornal brasileiro me fez a seguinte pergunta: "Senador o que acha da eleição direta nos Estados?" Como a pergunta era apenas esta respondi de imediato: "Entendo que é um processo democrático". Se entendesse de outra maneira estaria injuriando os Deputados Estaduais, no sentido de dizer que S. Exas. são incapazes de escolher o mandatário do Poder Executivo. Mas, se a interlocução do jornalista prosseguisse e se me fosse feita a pergunta — o que acha da eleição direta — eu teria respondido simplesmente: é mais democrática e a prefiro ao primeiro processo.

O Sr. Arthur Virgílio — V. Exª permite um aparte? (Assentimento do orador) — Já agora V. Exª muda assim o tom do aparte que eu iria dar.

O SR. EURICO REZENDE — E porque a Oposição é, com honrosas exceções, sempre impaciente.

O Sr. Arthur Virgílio — A eleição indireta, realizada por uma minoria, é muito mais passível de corrupção do que a eleição feita pelo povo. A não ser que aqueles que defendem tese diferente não acreditem no povo. Mas a verdade é que as eleições indiretas fizeram, no Brasil, aquilo que o Senador Aloysio de Carvalho declarou aqui: governadores de primeira classe e governadores de segunda classe. Governadores de primeira classe, aqueles que foram eleitos pelo povo; e governadores de segunda classe, os que foram eleitos indiretamente, na base da corrupção e da coação. Foi isto o que houve, infelizmente, no Brasil.

O SR. EURICO REZENDE — Desejo ser muito rápido na Tribuna, porque está inscrito o Senador Arnon de Melo, que, segundo se anuncia, irá fazer um discurso importante, mas devo dizer ao Senador Arthur Virgílio que desde algum tempo a esta parte, através da eleição indireta, não houve nenhum larápio no governo, mas as eleições diretas deram vários.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Preciso repetir ao nobre Senador Arthur Virgílio que eu não usei a expressão governador de primeira classe e governador de segunda classe. Este esclarecimento já dei a S. Exa. aqui no recinto, em outra oportunidade. Quando se estava discutindo a possibilidade de as eleições seguintes serem indiretas, e não mais diretas, como o foram as anteriores, opinei no sentido de que, neste caso, criaríamos Estados de primeira classe e Estado de segunda classe. Vai uma pequena diferença entre Estado e governador...

O SR. EURICO REZENDE — Exato.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Na expressão governador de primeira classe e governador de segunda classe há muita malícia e não usei dessa malícia. Referi a Estado de primeira classe e Estado de segunda classe. Afirmei a S. Exa., e repito neste momento, que muitas vezes a eleição indireta dá melhor governador que o governador eleito por eleição direta.

O Sr. Antônio Balbino — Um governador de primeira classe num Estado de segunda classe.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Estou apenas repetindo o que tive ocasião de dizer ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. EURICO REZENDE — Não quero discutir, Sr. Presidente — e agradeço os apertes dos eminentes Senadores amazonense e baiano — a questão da eleição de governadores,

essa questão inseminação política ou não inseminação política.

O Sr. Arthur Virgílio — V. Excelência lembra muito bem: São governadores de inseminação artificial, esses de eleição indireta! ...

O SR. EURICO REZENDE — O que quero dizer, Sr. Presidente, é deixar bem claro e gravado nos Aais do Senado, para desfazer equívocos, proposições ou não, do eminente Líder, jovem *bâtonnier* emedebista, Mário Covas, é que sempre fui e serei a favor de eleições diretas para Governadores de Estado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Há oradores inscritos. Tem a palavra o Sr. Senador Arnon de Melo.

O SR. ARNON DE MELO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, venho de uma longa viagem por quatro continentes e doze países. Mas não foram os continentes nem os países que visitei, por mais diversos em raça, língua, religião, situação financeira e econômica, posição política ou ideológica que me marcaram a sensibilidade. Visitei o velho mundo mas o que profundamente me impressionou foi o novo mundo que surge dentro dele, com a generosidade e a grandeza, dos que desejam resolver os problemas que as estruturas obsoletas e injustas criaram para a humanidade e a civilização.

E' o mundo novo da ciência e da tecnologia, que no século passado, à época do artesanato, tirou o mundo velho, através da máquina a vapor, do nó cego da falta de produção, em que se debatia, para alimentar as populações que cresciam, incessantes, gerando situação de tal modo difícil que economistas pregavam a redução da natalidade. E' o mesmo mundo novo que depois de criar as máquinas que substituíram e aumentaram os braços do homem, os seus músculos, as suas energias físicas, agora também cria máquinas inteligentes que substituem o cérebro e o sistema nervoso do homem, sem os riscos da instabilidade emocional e da fadiga humana.

Vivemos a era da ciência e da tecnologia. Já hoje, a força das nações, o prestígio e o poder das nações, não se medem propriamente pelo volume e alcance das suas armas ou pela quantidade do dinheiro que elas possuem mas pelos avanços científicos e tecnológicos. Já hoje não existe desenvolvimento econômico sem que se lastreie na pesquisa científica, e a ciência e a tecnologia se dão as mãos, a cada instante reduzindo o *gap* entre a hora da descoberta e a hora da sua aplicação.

E é por isso que o desenvolvimento científico do mundo — levando-se em conta a produção científica, o número de pessoas mobilizadas para a ciência, os orçamentos e as verbas nela empregadas — é por isso que o desenvolvimento científico, que antes dobrava em cinquenta anos, como de 1900 a 1950, dobrou depois em dez anos, como de 1950 a 1960, e já agora dobrou nos últimos seis anos. A exploração das riquezas em tempo cada vez mais rápido, para atender as necessidades sempre crescentes e urgentes das populações que se multiplicam, impõe ao homem um inarredável compromisso com a ciência e a tecnologia, através das quais não somente se obtém o aumento da produção de alimentos mas o meios de conservá-los por mais tempo, de defendê-los das pragas, de transportá-los e de armazená-los. Para dar uma idéia da urgência que tem o mundo de alcançar esses objetivos, basta recorrer a um dado que o Sr. Mc. Queen, do Canadá, citou na sua palestra na Conferência Geral de Energia Atômica de Viena: 50% dos ali-

mentos no mundo são destruídos por insetos, micro-organismos e pestes. 55 milhões de africanos poderiam alimentar-se anualmente com os cereais deteriorados ou destruídos por micro-organismos durante a estocagem.

Se se dominassem a desilusão e o desespero ante os problemas angustiantes da fome e da miséria que amarguraram e alarmam o mundo e tanto erosam e bloqueiam o progresso deste continente e deste país, renasceriam em mim as esperanças mais fagueiras ante o espetáculo que tive o privilégio de descortinar nestas andanças pelo mundo a fóra.

Foi realmente um privilégio visitar terras estranhas semelhantes às nossas em desenvolvimento ou já vencedoras dos problemas que ainda nos angustiam, e ver por todo canto, aplicados com o melhor êxito, os remédios que curarão também, os nossos males, e estão, às nossas mãos, se nós nos dispusermos a usá-los.

Foi realmente um privilégio aprender tanto, entrar em contacto com realidades que não supunha existirem e só se impõem como vividas pelo contacto, pela visão direta e não pela simples leitura. Foi realmente um privilégio conhecer personalidades de escol, marcadas pelo idealismo e pelo grave senso de responsabilidade para com a sua época e a sua gente. Quanto vi e ouvi, ardente de curiosidade, sensibilidade à flor da pele, das nações mais pobres e das mais ricas, dos seus homens de governo e dos seus homens de ciência, como do homem comum das suas ruas. E quanto me ajudou a velha experiência dos meus verdes anos de repórter no expandir e aprofundar o conhecimento das coisas a que se liga hoje o destino dos povos.

Agradeço a V. Exa., Senhor Presidente, e a V. Exas. Senhores Senadores, o ensejo dessa viagem maravilhosa, e a Deus sobretudo, agradeço o me haver dado olhos para ver, ouvidos para ouvir e sensibilidade para sentir quanto trago a esta Casa do povo brasileiro. E o faço no cumprimento de um dever de cidadão, por um imperativo de consciência, cumprindo ao mesmo tempo o meu dever de Senador em dar conta da missão com que fui honrado.

Devo de antemão declarar, Senhor Presidente, que, para o desempenho da minha missão, contei com a assistência e a colaboração do Itamarati, cujo pessoal, com raras exceções, no Brasil como no Exterior, do Ministério de Estado e Embaixadores aos Ministros e Secretários, me emprestou sempre o melhor concurso, todos inflamados pelo amor ao Brasil, a cujo serviço se devotam.

Por igual encontrei a maior boa vontade da parte dos países que visitei, dos seus governos e dos seus cientistas e técnicos, que me franquearam quanto me interessou conhecer e me forneceram as informações que lhes pedi, tanto como tive a colaboração de Embaixadores seus aqui acreditados.

Pude, assim, recolher preciosos dados sobre o desenvolvimento científico e tecnológico de todos esses países, cuja experiência nos é sobramodo proveitosa.

Senhor Presidente:

Em setembro do ano passado, ocupei esta tribuna para referir-me às aplicações pacíficas da energia nuclear, que vem sendo desenvolvida por numerosos países e abriu infinitas possibilidades à solução dos graves problemas que assobrem e martirizam a humanidade.

Poucos dias, como observador do Senado, juntamente com os ilustres colegas, Senadores Júlio Leite, Pedro Ludovico e Sigefredo Pacheco, assisti à Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica, realizada em Viena, a qual reuniu 260 delegados de 75 países, além dos ob-

servadores parlamentares e observadores das Nações Unidas e de outras organizações internacionais. Os trabalhos da conferência já foram aqui relatados, em excelente discurso que pronunciou desta tribuna o eminente Senador Júlio Leite. Permito-me, entretanto, referir alguns aspectos do grande conclave, no decorrer do qual tivemos a medida da extrema importância da descoberta da fissão do átomo, através do conhecimento dos últimos resultados da utilização da energia nuclear nos mais variados campos da atividade humana.

A Agência Internacional de Energia Atômica, que foi fundada em 1956 quando ainda em carne viva o morticínio provocado pelas bombas de Hiroshima e Nagasaki, tem por finalidade, como se sabe, impedir o uso do átomo para fins bélicos e estimular-lhe as aplicações pacíficas. "Precisamos desmobilizar o átomo" — disse então o professor Emylianov. A esse trabalho de desmobilização do átomo dedicou o seu discurso de prestação de contas aos delegados à Conferência o Dr. Sigvard Eklund, Diretor-Geral da Agência, que desenhava e construiu o primeiro reator de eletricidade da Suécia. Disse ele que 65 reatores, com a capacidade total de 3.200.000 kw, instalados em 29 países, já estão submetidos à inspeção da Agência, dentro do sistema de salvaguardas, que proíbe a utilização bélica da energia nuclear. Citando o Tratado de desnuclearização da América Latina, sem, naturalmente, esquecer a proposta americano-soviética de não proliferação das armas nucleares, atualmente em discussão em Genebra, afirmou o Dr. Eklund que a Agência está "capacitada para a aplicação das salvaguardas em larga escala". Quanto à assistência técnica da Agência, de que o Brasil se tem beneficiado, não somente através de bolsas de estudos mas da vinda de professores e da obtenção de equipamento para pesquisa, lamentou o Dr. Eklund que, mercê da escassez de recursos, apenas 30% dos pedidos a ele chegados houvessem sido atendidos em 1966-67. E acentuou: "É trágico, no entanto, verificar que o progresso tecnológico dos países desenvolvidos cada vez mais se acelera, o que aumenta continuamente o desnível entre esses países e os menos desenvolvidos". Destacou, por fim, o Diretor-Geral da Agência a expansão do mundo da utilização da energia nuclear para fins pacíficos: a previsão de 170.000.000 kws para 1983 já aumentou em todo mundo para 300.000.000 kws.

Verdadeiramente fascinantes foram os aspectos das atividades de diferentes países, no campo nuclear, focalizados na Conferência por eminentes cientistas. Os representantes dos Estados Unidos, Dr. Glenn Seaborg, detentor de dois prêmios Nobel, aludiu ao aperfeiçoamento dos métodos de dessalinização da água e o seu barateamento, fato que permite visualizar, em futuro próximo, a criação de centros industriais e agrícolas em regiões costeiras áridas ou desérticas. Com efeito, disse ele, uma central atômica de grande porte poderá: 1) produzir água doce para consumo doméstico e do gado e para a irrigação de extensas áreas; 2) produzir eletricidade para consumo industrial; 3) proporcionar, através da indústria, a produção de amônia e outros adubos químicos que assegurarão a qualidade e regularidade das colheitas. Anunciou o Dr. Seaborg que será iniciada, dentro em pouco, em Los Angeles, na Califórnia, a construção da primeira central americana nuclear de dupla utilização — a dessalinização e produção de eletricidade, devendo produzir 150 milhões de galões de água doce por dia, e gerar simultaneamente um milhão e oitocentos mil kw de eletricidade.

Por seu lado, vale referir que a União Soviética já está finalizando a construção de uma central desse tipo — a primeira do mundo — na cidade de Shevchenko, no Mar Cáspio.

E' interessante destacar, Sr. Presidente, Senhores Senadores, a importância da dessalinização para o Brasil. Fortaleza, a segunda cidade do nosso Nordeste, com uma área de 340 km², uma população de 830 mil habitantes e um aumento demográfico de 6,7%, ao ano, terá em 1970, um milhão de habitantes e em 1980 1.500.000. Utilizando todas as suas reservas de água disponíveis, Fortaleza terá em 1930, de acordo com os cálculos dos técnicos, um "deficit" de água de 300.000 m³ por dia. Como supri-lo sem a dessalinização?

Entre as comunicações feitas à Conferência, releva notar a do representante do México, país, como o Brasil, latino-americano, cujo programa de reatores de duplo propósito bem nos chama a realidade para mostrar que esses prodígios não são reservados somente às grandes potências.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARNON DE MELO — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende — Este é o segundo pronunciamento que Vossa Excelência faz sobre a utilização, em termos reprodutivos, da energia nuclear. V. Exa., nessa segunda fase, fala com mais autoridade, porque já está imantado da vivência presencial do problema, de vez que perlongou com atenção os grandes centros de estudos sobre o assunto. De modo que me permito colocar diante de Vossa Excelência na postura de aluno. Venho submeter a um vestibular. O nome colega sabe que uma das grandes esperanças deste País de litoral imenso é a indústria pesqueira e Vossa Excelência se impressionou bem com a operação de dessalinização para o fornecimento de água potável e citou aí um caso aconselhável, que seria a hipótese de Fortaleza. Então, perguntaria ao nobre Senador se nesse aproveitamento da água do mar e sua transformação em água doce, como conciliar os dois problemas — o problema da dessalinização com o problema da pesca?

Porque, fatalmente, isto afetaria os cardumes, e acarretaria a morte ou a fuga — digamos assim — do rebanho pesqueiro. Então eu pediria a V. Exa. que desse à Casa algum esclarecimento a esse respeito.

O SR. ARNON DE MELO — Muito obrigado ao meu nobre Líder, Senador Eurico Rezende, pelo seu aparte, que me dá oportunidade de esclarecer um ponto realmente importante do assunto que aqui desejo debater.

Sr. Senador, dois eminentes brasileiros já me fizeram perguntas a esse respeito, as quais eu acredito teria feito, se há três meses atrás não houvesse estudado o assunto.

Em primeiro lugar, Sr. Senador, um dos eminentes brasileiros achou desinteressante a dessalinização, porque considerava que com ela as salinas do Rio Grande do Norte e do Estado do Rio acabariam. Um outro perguntou-me o que o Brasil faria das montanhas de sal tiradas do mar. Este segundo aludiu ao mal que se levaria aos peixes, com a dessalinização.

A esses brasileiros ilustres que me fizeram observação quanto às salinas do Rio Grande do Norte e do Estado do Rio de Janeiro, eu declarei que a fábrica de dessalinização não fabrica sal fabrica água doce.

Visitei uma fábrica de dessalinização em Farwall, na Inglaterra e outra em Eilat, em Israel, e vi como dois litros de água do mar se tira um litro de água doce, o outro litro retornando ao mar com maior teor de sal, então, não haveria o inconveniente da falência das companhias salineiras do

Rio Grande do Norte, nem do Estado do Rio de Janeiro, como não haveria o perigo das montanhas de sal, que um de meus eminentes interlocutores aludiu, antes da minha explicação.

Quanto aos peixes, o mar tem 97% de água do mundo, e a terra tem 3% — 2% de água-bom e 1% de água ruim. O teor de salinidade dos mares varia muito. O mar da África é extremamente salgado.

O Sr. Eurico Rezende — Por falta de chuvas.

O SR. ARNON DE MELO — Exatamente, mas o mar da Finlândia é mar bem mais salgado por causa das chuvas, nevasdas e rios. Assim, os peixes do Golfo de Akaba, do Mar Vermelho, suportam meio extremamente salinados, como os peixes dos mares do Norte. E se aclimataram em outro ambiente. Os peixes, como os animais, sabem como e quando mudar de temperatura e de ambiente.

Se o despejo das águas das fábricas de dessalinização incomodar os peixes, eles têm o mar imenso, uma camada imensa para onde se deslocarem e se livrarem do incômodo da salinização.

O Sr. Eurico Rezende — Perdô-me o nobre Senador mas então seria como o caso do petróleo, o peixe não seria nosso. O importante é fixá-lo na nossa Costa, na alca de mira da nossa pesca e da nossa industrialização.

O SR. ARNON DE MELO — Nobre Senador, os nossos peixes não precisam sair das nossas costas porque o despejo de água das fábricas de salinização é, em relação ao volume de água do mar, tão pequeno que o peixe pouco importância lhe dará.

O Sr. Júlio Leite — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. ARNON DE MELO — Com prazer.

O Sr. Júlio Leite — Estava ausente e não pude acompanhar como deveria e como gostaria o discurso de V. Exa. Era meu desejo prestar um esclarecimento a respeito do assunto ao Senado Federal.

Vossa Excelência há de permitir uma breve interrupção no brilhante pronunciamento que está fazendo. Fui companheiro de Vossa Excelência na Delegação Parlamentar de Observadores à XI Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica, e, tão logo soube que estava inscrito para falar sobre o assunto, decidi-me a trazer meu depoimento sobre a atuação de Vossa Excelência. Como não desejo omitir nenhum dos aspectos da contribuição que nessa oportunidade Vossa Excelência deu ao país, tive a preocupação de trazer meu testemunho por escrito. Em primeiro lugar permito-me dizer à Casa que Vossa Excelência não só desempenhou com zelo invulgar a missão de Observador Parlamentar em Viena, acompanhando o desenvolvimento de toda a conferência geral e a atuação da delegação brasileira, como também extrapolou, com um sentido altamente patriótico e objetivo, os limites da alta missão que lhe foi confiada. Os contactos que manteve com as representações mais importantes, presentes ao Conselho, os entendimentos que promoveu com as personalidades mais proeminentes do mundo científico que assistiam e participavam da Conferência, e o trabalho de promoção junto às autoridades executivas da Agência, levado a efeito por iniciativa de Vossa Excelência, são exemplos altamente elogiáveis do empenho patriótico de Vossa Excelência em elevar o conceito do Brasil, em favor do desenvolvimento dessa questão vital para o futuro do país, que é a da energia nuclear. Melhor do que as palavras, dizem do resultado dessa ação proeminente os inúmeros convites que Vossa Excelência recebeu, de governos e delegações ali representadas, para visitar instalações nucleares em diver-

sos países. Ainda sob esse aspecto, posso testemunhar como calou fundo no espírito de quase todos os cientistas presentes à Conferência, com os quais Vossa Excelência manteve contactos, o interesse com que o eminente Senador se inteirou dos múltiplos aspectos relacionados com o progresso da tecnologia nuclear, despertando uma desusada admiração, quando se conhecia a condição de político e de Observador Parlamentar de Vossa Excelência. Não posso omitir, por fim, o fato de que Vossa Excelência se transformou, depois da visita que fez a todos os países que estão se desenvolvendo em matéria de emprego e uso pacífico da energia atômica, num dos homens mais atualizados em nosso país, nesse setor. As possibilidades abertas ao Brasil com as visitas feitas por Vossa Excelência aos estabelecimentos industriais que se utilizam da energia nuclear, para fins pacíficos, são inmensuráveis. Resta esperar, agora, que o trabalho pioneiro de Vossa Excelência, não se perca, e que seja adequadamente aproveitado. Vossa Excelência, Senador Arnon de Melo, não se cingiu a essa missão que por si só lhe vale o reconhecimento do Senado e do país. Sei que as preocupações de Vossa Excelência ampliaram-se no decurso da viagem que fez, atingindo também o campo fértil da pesquisa científica, que está intimamente relacionado com o desenvolvimento da energia atômica, mas sobretudo com o aceleramento do processo desenvolvimentista econômico e social da nossa Pátria. E o papel que na concepção de Vossa Excelência, está reservado ao Brasil é, na verdade, o único que nos cabe. Vossa Excelência está tendo, nesse episódio, a mesma visão larga de pioneiro que sempre caracterizou a atuação política de Vossa Excelência, dentro e fora desta Casa. Exemplis como este que Vossa Excelência está dando, podem despertar a apatia e o indiferentismo das consciências amolecidas, e isto é sinal de que ainda há uma generosa vitalidade na conduta das elites políticas do país. Vitalidade que não pode se perder no ecodeste recinto, mas que precisa ser captada e transformada em iniciativas férteis e imaginosas, para proveito da Nação. Penso interpretar o sentimento dos demais companheiros de Vossa Excelência na Delegação de Observadores Parlamentares, ao dizer que a atuação de Vossa Excelência, sobre ser digna do reconhecimento do país, honra o Senado, elevando o conceito desta Casa, aquelas culminâncias em que todos queremos vê-lo.

O SR. ARNON DE MELO — Sr. Senador Júlio Leite, estou profundamente agradecido às palavras de V. Exa., extremamente generosas. V. Exa., com a sua autoridade e as suas expressões traz-me estímulo extraordinário. V. Exa. pode ficar certo de que a bandeira do desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil não será por mim abandonada. Considero o assunto de tal importância, de tal profundidade, de tal gravidade que transcende aos limites de um partido, aos limites do poder público, bem como os de uma Nação. É um problema que interessa à humanidade. Vi o mundo inteiro correndo a galope no campo da ciência e tecnologia e é com profunda tristeza — voltarei muitas vezes a esta tribuna para falar a este respeito — que vejo o meu país não o acompanhar.

O Sr. Arthur Virgílio — Permite V. Exa. uma intervenção?

O SR. ARNON DE MELO — Pois não.

O Sr. Arthur Virgílio — Senador Arnon de Melo, peço desculpas por interromper os discursos que o Senado está ouvindo. Mas gostaria de dizer-lhe que o nosso mar está-se extinguindo, está cada vez menor e sem reação do Governo. Ainda há pouco

tempo, um dos mais ilustres almirantes brasileiros lançou um protesto contra a determinação do ditadorzinho da Argentina, o chefe da ditadura militar da Argentina, general que usurpou o poder e está esmagando o povo argentino com o tacho da sua ditadura. Pois bem, o almirante brasileiro, em entrevista a uma das maiores revistas nacionais, protestou contra a indiferença do País, contra a má administração dos mares continentais, porque a Argentina ampliou a sua soberania sobre o mar com prejuízo de pescadores brasileiros, com prejuízo da indústria de pesca brasileira e sem qualquer reação, sem nenhum protesto, sem nenhuma atitude do governo brasileiro. Esse almirante — que não pode ser tachado de subversivo porque um dos maiores apologistas do golpe de abril, que não pode ser tachado de comunista porque anticomunista, convicção — esse almirante declarou que o Governo brasileiro não tem autoridade para se opor a esse ditadorzinho, que é um desses generais que ocupam várias ditaduras na América Latina e está, atualmente, ofendendo, com a sua presença no poder, o Povo Argentino.

O Sr. Eurico Rezende — O nobre orador vai me permitir: estamos discutindo, e numa interlocução isenta de caráter político, a questão do uso dos milagres e das maravilhas da energia nuclear. E vem o eminente Senador Arthur Virgílio, meu dileto amigo, em sua vocação amazônica, protestar contra o alargamento da plataforma submarina na Argentina! Não vejo relação nenhuma entre o assunto central do discurso de Vossa Excelência e do oportuno aparte do eminente colega de delegação, o Senador Júlio Leite, e o pronunciamento subsidiário daquele meu ilustre colega. De modo que faria um apelo a V. Exa. para que prosseguisse realizando em nós o encantamento da atenção para com o seu discurso. Quanto ao ponto de vista do Governo Federal no que diz respeito à atitude da Argentina, esse assunto já foi plenamente esclarecido. Então, vejo que o objetivo do aparte do meu eminente colega foi desviar V. Exa. da rota. Enquanto V. Exa. está na rota dos *sputniks*, o apartante ainda se situa na modestia da rota das caravelas.

Prossiga V. Exa. que o plenário é todo atenção para V. Exa.

O Sr. Arthur Virgílio — O meu aparte talvez tenha tido a intenção de criticar e condenar a ditadura militar, implantada na Argentina, que tem um ditadorzinho, como bem classificou o almirante, e me me referi. Esse general argentino está impondo a sua vontade, ou a do seu grupo, àquele povo. Talvez minha intenção tenha sido esta, porque estamos às vésperas de uma ditadura militar no Brasil.

O SR. ARNON DE MELO — Gostaria, Senador Eurico Rezende, meu líder, de desatender o seu apelo e dizer algumas palavras em referência ao aparte do eminente Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Eurico Rezende — Apenas por gentileza e não por obrigação.

O SR. ARNON DE MELO — Senador Arthur Virgílio, já fiz aqui um discurso em que declarei que solidiedade não é um assunto: é responsabilidade e, portanto, participação. Acho que é um dever dessa responsabilidade o debate das idéias e dos atos do Governo.

Já declarei também que esta tribuna não foi feita para ficar vazia, mas para o diálogo entre os Poderes Legislativo e Executivo, na presença do povo.

Com a autoridade de quem fez essa declaração, posso dizer a Vossa Excelência que ao Governo atual não pode ser debitado o atraso científico e tecnológico realmente deprimen-

te e revoltante em que se encontra o Brasil.

O Sr. Presidente da República, logo ao assumir o Governo, fez declarações taxativas a respeito do empenho dele, do seu Governo, em adotar um programa de desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil. Outras manifestações tivemos do Ministro das Relações Exteriores e do Secretário Geral do Itamarati, que chegou a ir a Washington e reunir quase todos os cientistas brasileiros que, lá, trabalham, para com eles discutir o problema do desenvolvimento tecnológico e científico do Brasil.

Creio que podemos ter esperanças em que este Governo preparará o Brasil para um amanhã científico e tecnológico.

O Sr. Eurico Rezende — Permite-me V. Exa., corroborando a sua afirmativa, que foi uma resposta assim: bem atômica à assacadiha política do eminente Colega pelo Amazonas? (Assentimento do Orador) — O Governo anterior criou uma Comissão de Energia Nuclear; o Governo Revolucionário, o Ministério da Ciência e da Tecnologia; vale dizer, governos anteriores trataram desse grande problema, em termos de um grupo de trabalho, e o Governo atual vai enfrentá-lo e estabelecer o seu desdobramento em termos ministeriais, isto é, num sentido de cúpula.

O SR. ARNON DE MELO — Posso dizer, ainda, a V. Exa., Senhor Senador Arthur Virgílio, que aqui estou a serviço da verdade; não tenho o menor interesse pessoal e, aqui, direito o que vi, o que ouvi e o que sei do mundo que visitei e do Brasil. (Retomando a leitura)

Em cooperação com os Estados Unidos e com o concurso técnico da Agência Internacional de Energia Atômica, o México já iniciou um programa de abastecimento de água doce, acompanhado de distribuição de energia a todo o Estado de Sonora, em zona árida vizinha da Baixa Califórnia. Os Estados Unidos estenderam os mesmos benefícios à Baixa Califórnia e a uma parte do Arizona e do Novo México. Quando concluída, a usina de Sonora, que se compõe de várias unidades, deverá atingir a potência de 15 a 20 milhões de KW, e produzir 200 m³ de água doce por segundo, ou seja, 20 milhões de m³ por dia. As cifras podem parecer astronômicas. Mas o fato é que o projeto já está aprovado, as obras se iniciam, e em consequência uma imensa região será daqui a poucos anos recuperada.

Importantes programas também realizam a Alemanha Ocidental e a Espanha, o primeiro desenvolvido e o segundo em desenvolvimento. A Alemanha decidiu construir duas grandes centrais nucleares: uma no rio Weser, com 600 mil KW; e outra na embocadura do Elba, com 640 mil KW. A Espanha, que, luta com o Brasil, com problemas de sub-desenvolvimento, inaugurou seu primeiro reator de pesquisas três anos depois de nós, mas já hoje tem um centro de pesquisas de 2.000 a 3.000 pessoas, e um reator de potência instalada de 230 a 300 mil KW. Acaba de assinar convênio com a França para o fornecimento de um reator de potência de 300.000 KW, com financiamento de 90%, prazo de 20 anos, juros de 4% a.a. e longa carência. Já iniciou, assim, a construção de grandes reatores, e deverá ter em 1980 — daqui a 12 anos apenas — um potencial de 8 milhões de KW de origem nuclear. Além disso, a Espanha, rica em urânio e com minas já abertas, deverá tornar-se dentro em breve o segundo produtor desse metal na Europa Ocidental, depois da França.

O professor Alvin M. Weinberg, diretor do Laboratório Nacional de Oak Ridge, nos Estados Unidos, referindo, em seu discurso, "a aproximação da era da energia nuclear", considerou, o baixo custo da energia

produzida pelos reatores rápidos (fast breeders), como será um fator tão importante quanto a descoberta da fissão nuclear. E destacou a seguir os progressos importantíssimos feitos no campo da agricultura, graças à tecnologia moderna. Novas e extraordinárias variedades de arroz e trigo — declarou ele — foram criadas no México graças a ajuda internacional e aos esforços do governo desse país, que de importador passou a exportador de trigo: produzia em 1947, 300 mil toneladas, importando para seu consumo mais 200, e em 1964 aumentava a sua produção para 2 milhões e 200 mil toneladas, o que lhe permitiu a condição de exportador. Desenvolveram-se também em outros países a técnica da produção de hidrogênio elétrico e amônia, com o sub-produto dos reatores de dupla finalidade, tornando-se assim como melhores fertilizantes. Além da produção de amônia, outros usos no terreno da indústria química resultaram da operação dos reatores: redução do minério de ferro por hidrogênio, produção de alumínio e a manufatura de plásticos do grupo cloreto de polivinil.

O Sr. Eurico Rezende — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. ARNON DE MELO — Pois não!

O Sr. Eurico Rezende — Desculpe-me interromper o discurso de Vossa Excelência. A mim particularmente interessa a implantação do sistema de aproveitamento da energia nuclear neste país, porque — como sabe Vossa Excelência — as maiores reservas de urânio do Brasil estão no meu Estado, a começar na faixa de Guarapari. Lembro em revistas técnicas — e não sei se interpreto bem, mas, colocando-me na posição de aluno, o meu colega poderia ajudar-me com sua experiência ou então com sua concordância — acerca da aplicação da energia nuclear no fomento agrícola e na conservação de alimentos. Por exemplo: ouvi falar que, aplicando-se no milho uma radiação atômica, a produção se dará em termos de duplicação da espiga e de duplicação do grão. Aplicando-se, por exemplo, — já na conservação dos alimentos: aplicando-se a radiação atômica num pedaço de carne, essa carne se conserva durante vários meses sem a menor possibilidade de deterioração. Entendo que são esses fatos concretos, esses resultados positivos que devem ser divulgados para o povo, porque não mobilizamos a opinião pública em termos de viagens à Lua, em termos de turismo à Marte, assim num inquietante de foguetes. O que interessa principalmente a Países não desenvolvidos como o da América Latina é esta questão de fomento e de produção agrícola, de conservação dos alimentos. Se assim conseguirmos interessar a opinião pública, nossos problemas de modo que gostaria de receber as lições e admoestações de V. Exa.

O SR. ARNON DE MELO — Felicito-me, nobre Senador Eurico Rezende, pelos conhecimentos que Vossa Excelência tem do assunto, e quase que me solto.

O Sr. Eurico Rezende — Apenas, leitura.

O SR. ARNON DE MELO — Minha intenção ao descer do meu discurso foi de dar ênfase à energia nuclear na agricultura, na indústria e na medicina. Peço a V. Exa. que aguardar um pouco, e será atendido na sua curiosidade.

(Lendo)

A produção de energia barata, através dos reatores rápidos (Fast Breeders) — acentuou o Professor Weinberg — será uma solução para os problemas políticos e sociais de amanhã, possibilitando a criação de complexos agro-industriais cuja agricultura seria praticada em parcela, de 1.400 hectares de zona desértica ir-

rigada. Um reator de dois milhões de Kws constituiria o centro desse complexo, e a produção de água doce necessária para a irrigação se elevaria a 500 milhões de galões por dia (2 bilhões de litros). O investimento seria da ordem de 900 milhões de dólares e o produto anual ficaria em torno de 330 milhões de dólares. O lucro líquido seria de cerca de 126 milhões de dólares.

O Professor A. Artsimovich, da União Soviética, falou do estado atual da pesquisa sobre fusão nuclear. Como se sabe, trata-se no momento de encontrar a fusão controlada. A fusão descontrolada é a bomba de hidrogênio, que difere completamente da bomba atômica, pois é proveniente da fissão descontrolada dos átomos. Nos reatores temos a fissão controlada. A pesquisa da fusão controlada é caríssima, e a União Soviética está na vanguarda nessa matéria. O Professor Artsimovich explicou que o processo poderá resultar na utilização da energia contida nos oceanos, pelo aproveitamento do excesso da energia dos isótopos de hidrogênio, o deutério e o trítio. O calor produzido pela liberação da energia desses isótopos seria várias vezes maior do que o produzido pela fissão do urânio.

Já o Senhor K. F. McQueen, do Canadá, aludiu aos usos de processos de radiação para a preservação de alimentos, o que pode concorrer para solucionar o problema da fome em diversas regiões do universo. As Nações Unidas calcularam que a população do mundo no ano 2.000 será de 6 a 7 bilhões, e que quatro quintos do aumento de população ocorrerá nas áreas menos desenvolvidas, onde já existe falta de alimentos. Em 1920 a quantidade de alimentos requerida pelas áreas sub-nutricionadas será igual à produção atual dos Estados Unidos e da Europa Ocidental somadas.

Examinando os possíveis métodos para elevar o suprimento de alimentos, destaca o Sr. McQueen o aumento do cultivo, a melhoria da sementes, o crescimento da produção de proteínas, e o aperfeiçoamento da conservação, da embalagem e da distribuição. Estes últimos três pontos merecendo consideração especial, porque, em algumas áreas do mundo, 50% dos alimentos são destruídos por insetos, micro-organismos e pestes, enquanto cinquenta e cinco milhões de africanos poderiam alimentar-se anualmente com os cereais deteriorados ou destruídos por micro-organismos durante a estocagem.

A radiação dos alimentos pode solucionar muita coisa: estacionar a vontade o processo de amadurecimento podemos ter uma laranja e conservá-la por longo tempo, se irradiada — esterilizar parasitas no gado e na carne — mosca varejeira criada em laboratório, pode ser exterminada através da esterilização dos machos.

O Sr. Eurico Rezende — Uma espécie de pilula para esses agentes da destruição.

O SR. ARNON DE MELO — Foi a laboratórios em Viena e nos Estados Unidos, e vi como se faziam-se moscas varejeiras que se reproduzem nos laboratórios; depois, irradiam-lhes os ovos, colocam-se as moscas irradiadas numa caixa e jogam-se, aos milhões, nos "reservos", como nós chamamos lá no Nordeste os campos de gado e nos laranjeiras. Essas moscas não reproduzem, e, não reproduzindo, extingue-se a espécie.

(Lendo)

... esterilizar parasitas no gado e na carne, destruir micro-organismos, como se faz na pasteurização do leite; preservar os cereais (abolição dos silos), os vegetais, as frutas, a carne e o peixe. Atualmente, pelo menos quatro países já receberam permissão de suas autoridades sanitárias, para praticar a irradiação dos

alimentos e vendê-los ao público, e esse número aumentará sempre, pois está provado que as irradiações não representam nenhum perigo à saúde ou à vida.

A margem da conferência do Sr. McQueen, vale a pena repetir a frase do Professor Robert Libby, da Universidade de Califórnia: "As aplicações pacíficas da energia nuclear só tem um limite: a imaginação dos perquisidores."

Vi em Israel e na Índia sementes de milho, amendoim, trigo e arroz produzindo, depois de irradiações, duas e três colheitas por ano, e ainda em maior quantidade e os grãos, bem maiores.

Vi batatas e celulas irradiadas em Israel, e, depois de meses uradas, apresentavam o mesmo frescor dos primeiros dias. Assim também as frutas, especialmente as frutas tropicais, que apodrecem tão rapidamente. Assim também o peixe e a carne.

Há quem imagine que é perigoso comer cereais, frutas e alimentos irradiados. Não ficaremos contaminados? Isso lembra o que sucedeu em nós no século passado quando se tratou de instalar a nossa primeira ferrovia. Discursos foram pronunciados no Parlamento com protestos contra a inovação, acusada de nos trazer sérios riscos de vida. — Não seria melhor que continuássemos a andar a cavalo? — perguntava-se, então?

Senhor Presidente depois de encerrada a Conferência, depois de ouvir tanto e tantos sobre a energia nuclear, fui à Suíça, Inglaterra, França, Israel, Índia, China Nacionalista, Japão, Canadá e Estados Unidos a fim de conhecer de perto as pesquisas e aplicações do átomo para fins pacíficos.

Ainda em Viena, visitei o laboratório de Seibersdorf, de propriedade da Agência Internacional de Energia Atômica, no qual se fazem experiências da mais alta importância para a utilização dos radioisótopos na agricultura, na medicina, e em vários outros campos da atividade humana. Vi ali como se cria e se esteriliza a chamada "mosca do Mediterrâneo" que causa o apodrecimento das laranjas. Os ovos são esterilizados e as moscas jogadas, depois, de novo, aos milhões sobre os laranjeiros. Enquanto as moscas esterilizadas em contacto com as já ali existentes, não há reprodução, extinguindo-se, assim a espécie. No mesmo laboratório os cientistas tentam fazer o mesmo com a mosca do Sono" que tanto males causa na África. E não poderíamos pelo mesmo processo, acabar com a saúva, antes que ela acabe com o Brasil, como diz frase conhecida? Ainda no campo da agricultura, realizam-se em Seibersdorf estudos e experimentos para a melhoria da produção de cereais, entre eles o milho, o arroz, o trigo, e também de palmeiras e árvores diversas, cujas sementes são plantadas em terreno do próprio laboratório fertilizado com super fosfato radioativo. As mutações operadas nas plantas e nos cereais pelo tratamento nuclear são impressionantes. Alegrou-me encontrar ali salas da Escola Superior de Agricultura Luis de Quirós, de Madrid, que, pelo seu diretor André Martins Loureiro, e pelo diretor do Instituto de Genética da mesma escola, Sr. Akimiko Ando, se vale dos serviços daquele laboratório, fundado exclusivamente para atender aos Estados-membros da Agência. Em seus estatutos está dito que o laboratório não apenas se destina a "encorajar e assistir" às pesquisas nucleares para fins pacíficos, mas também a "realizar qualquer operação ou serviço útil à pesquisa, desenvolvimento e aplicação prática da energia atômica para fins pacíficos".

De Viena, Sr. Presidente, viajei à Suíça, que tem na sua fronteira com a França, o Centro Europeu de Pesquisa Nuclear, o CERN, fundado em 1952 por treze nações, que o mantêm: a Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Itália, Noruega, Países Baixos, Alemanha, Inglaterra, Suécia e Suíça. Nos termos da convenção que o criou, assegura-se "a colaboração entre Estados Europeus para as pesquisas nucleares de caráter puramente científico e fundamental, assim como para outras pesquisas em relação essencial com essas, e "se existem de toda atividade para fins militares", sempre publicados os resultados dos seus trabalhos experimentais e teóricos.

Elevar o nível da física na Europa, para o que utiliza nos seus trabalhos cerca de 850 físicos europeus, gastando o CERN só em eletrônica 10 milhões de dólares por ano, o que incentiva as indústrias, assegurando-lhes o consumo. Com um acelerador de 28 bilhões de elétrons-volts, que acelera por minuto mil bilhões de prótons tirados do hidrogênio decomposto da água, constrói no momento o CERN, onde trabalham 3.000 pessoas, um novo acelerador com capacidade de 300 bilhões, de elétrons-volts. Os Estados Unidos têm um acelerador de 28 bilhões de elétrons-volts e se anuncia que vão construir outro de 300 bilhões. A Rússia terá em breve um acelerador de 170 bilhões. A França estuda a construção de um de 45 bilhões de elétrons-volts, e o mesmo faz a Alemanha.

Ainda na Suíça assisti a uma das reuniões da Comissão de Desarmamento da ONU, onde falaram os representantes do Canadá, dos Estados Unidos, e da Índia, os dois primeiros defendendo o projeto americano-soviético de não proliferação das armas nucleares, e o último combatendo-o, como o combate o Brasil, muito bem representado ali pelo embaixador Azeredo da Silveira. Mas a Índia quer que as superpotências também não proliferem suas armas, mantendo-se no mundo o statu-quo para todas as nações.

Inglaterra

Da Suíça, viajei à Inglaterra, onde existem atualmente em funcionamento 9 Centrais Nucleares para suprimento de energia elétrica, prevista a construção de mais 5 até 1975. Em 1953 cerca de 8% da eletricidade consumida na Inglaterra foi produzida pelas centrais nucleares existentes, esperando-se que esta percentagem aumente para 12% até 1959. Estão em funcionamento atualmente na Inglaterra 21 reatores de potência, e se prevê a instalação de mais 10 até 1959. Na Inglaterra hoje o país de maior potência nuclear do mundo, com 8 milhões de kilowatts. A energia nuclear é lá mais barata em 17% do que a produzida pelo carvão. De seus engenheiros ouvi que o país só não abandona o carvão como fonte de energia por causa do desmoroamento dos minérios. Vale, aliás, frisar que a produção de apenas uma grama de urânio produz tanto calor quanto a combustão de duas toneladas de carvão.

Harwell

Harwell é o mais antigo dos centros de pesquisa nuclear da Inglaterra. Foi constituído na década dos anos 30, depois da verificação da fissão do átomo por Otto Hahn e Lise Meitner. O grande organizador de Harwell e seu diretor por muitos anos foi o célebre Professor John Cockcroft.

Durante a guerra, quando a Inglaterra se viu seriamente ameaçada pela Alemanha, os cientistas e equipamentos de Harwell foram transferidos para o Canadá e os Estados Unidos, onde cooperaram no esforço para a produção da primeira bomba. Logo após a guerra, Harwell voltou a

organizar-se e se transformou no mais completo centro de estudos e pesquisas na Europa. O espião Elans Fuchs, alemão, que ocupava em Harwell um alto posto, fugiu de lá para a União Soviética com o segredo da bomba atômica.

A pesquisa e os desenhos dos primeiros reatores de potência, do mundo, os de Calder Hall (1965), a urânio natural, foram feitos em Harwell, que aperfeiçoou depois os mesmos reatores (Magnox), e mais tarde desenvolveu os modernos reatores britânicos do tipo AGR (Advanced Gas-Cooled Reactor), de urânio enriquecido a 2%. A única finalidade dos primeiros reatores instalados em Calder Hall (4 reatores de 45 mil kws) era a produção de plutônio para fins militares, mas depois de algum tempo o Governo Britânico decidiu aproveitá-los para a produção de eletricidade como sub-produto. Existem reatores de pesquisas de todos os tipos em Harwell: moderados a grafite, moderados a água pesada, resfriados a água, resfriados a gás, a urânio natural, a urânio enriquecido. Vi em Harwell uma fábrica de dessalinização pelo método de "flash distillation". Provavelmente, o método denominado "freezing", feito através do esfriamento, da água, substituirá o primeiro no futuro, pois pode ser mais econômico. A Inglaterra construiu as nove fábricas de dessalinização existentes em Kuwait.

Bradwell

Bradwell, a segunda central nuclear pela Central Electricity Generating Board (a Eletrobrás Britânica), tem dois reatores de 150 mil kws, de potência, com um fator de carga superior a 90%. Embora não pertença à Atomic Energy Authority, Bradwell, inaugurada em 1962, destina-se tanto a produzir eletricidade como a produzir plutônio para o programa militar e para o programa futuro de reatores rápidos (fast breeder). Devido à localização geográfica da central de Bradwell, é muito possível que o primeiro reator (a primeira central elétrica britânica) do tipo rápido (fast-breeder), aproveitando plutônio e tório, seja ali construído dentro de 10 a 20 anos.

França

O outro país que visitei a seguir foi a França, cuja situação do ponto de vista nuclear, era em 1961 idêntica a do Brasil. O Centro de Grenoble, tinha aquele tempo o seu serviço 100 a 200 pessoas e hoje tem 2.500. O Comissariado de energia Atômica, que tinha então, a seu serviço, de 200 a 300 pessoas, tem hoje 20.000. Em Paris, visitei Saclay, um mundo onde trabalham 10 mil pessoas, e onde se realizam pesquisas em todos os ramos do conhecimento humano. Ali me falaram de um brasileiro que fez curso de um ano e precisava de mais um ano para completá-lo, mas do Brasil não o permitiriam. Hoje esse técnico, cujo valor me foi destacado pelo Professor Richard Hours, de Saclay, serve ao Governo do Sr. José Sarney, no Maranhão.

A França tem grande interesse por dessalinização, já havendo uma usina piloto, por processos convencionais, na Mauritânia. É possível que dentro de 4 ou 5 anos, em virtude da demanda de energia e água doce, haja necessidade de instalar um reator de dupla finalidade no Norte da França, na região industrial de Lille.

Gasta a França por ano em energia nuclear, cinco bilhões de francos, ou sejam 1 bilhão de dólares, metade para fins pacíficos e metade para fins bélicos.

Aproveita a França excepcionalmente os subprodutos da energia nuclear, como o desenvolvimento da eletrônica, dos computadores, da metalurgia. Possuindo hoje mais adiantada in-

dústria eletrônica da Europa, detém um dos processos de televisão de cor, vendido, entre outros países, à Rússia.

Israel

Deixamos a Europa, tocando em Roma e Atenas, e fomos à Israel, que há pouco mais de três meses saiu de uma guerra de seis dias, findos os quais acrescentara mais 65 mil quilômetros quadrados ao seu antigo território de 20.000 quilômetros quadrados.

— Não os conquistamos. Libertamo-nos — diz-nos um patriota israelense.

Chegamos noite alta a Tel-Aviv e já no dia seguinte, manhazinha cedo, iam ao norte do país, passando pelas ruínas de Cesaréia, onde esteve preso São Paulo; por Haifa, cuja universidade é projeto de Oscar Niemeyer, e ao lado da qual, em Acre, Napoleão perdeu a batalha da África. Chegamos a Nazaré à hora do almoço. Era sábado, e o sábado é guardado em Israel, religiosamente, condenado, de acordo com o Velho Testamento, quem não o respeite. Mas Nazaré, de população quase toda árabe, é uma exceção na compungida paisagem israelense. Tudo ali funciona normalmente aos sábados, porque para os árabes o dia de guarda é o domingo. E muitos israelenses não ortodoxos lá residem ou para lá se dirigem no sábado em busca do que não usufruem nas suas cidades. Almoçamos num restaurante árabe, onde encontramos o Ministro das Finanças de Israel, também saboreando os bons pratos típicos. E visitamos os lugares onde o Anjo anunciou a Maria o nascimento de Jesus e onde Jesus viveu por trinta anos. Visitamos as nascentes do Jordão, onde São João anunciou a vinda do Messias, batizou Jesus e fez seu apostolado. Dormimos à margem do Mar da Galiléia, que percorremos, palmilhando os caminhos sagrados por onde andou Jesus. Estivemos em Cafarnaum, onde se deu o milagre da multiplicação dos peixes e dos pães, e em outras partes marcadas pela presença e pelas palavras do Mestre, entre elas as do Sermão da Montanha.

Mergulhado no passado de dois mil anos, fomos a Belém, ao local mesmo onde nasceu Jesus, e hoje se ergue uma Igreja imensa, e a seguir estivemos na Jerusalém dos seus sofrimentos e do seu sacrifício. Unificada hoje a cidade, depois da guerra, vimos em pouco tempo, através da via dolorosa e do Golgota, a tragédia da paixão e a ressurreição, demonstrando no santo sepulcro, onde hoje se ergue a grande Basílica que reúne os templos de várias religiões.

Mas, ao mesmo tempo que mergulhei no passado, vendo em realidade aquilo que nos foi ensinado na infância pela História Sagrada e mantemos no plano da imaginação, encontramos também em contacto com o presente e o futuro — um presente de um povo dominado pela mística e que realiza-se e um futuro despojado nas afirmações da ciência e da tecnologia.

Ao visitar o Kibutz Broderhall, formado de 400 brasileiros, que prestam ainda há pouco tão tova homenagem à memória de Osvaldo Aranha, Presidente da Assembleia da ONU quando foi criado o Estado de Israel, conheci as mais novas técnicas agrícolas ali utilizadas.

Em Israel, tanto como o tempo e o dinheiro, a água tem mais alta valia. Como se sabe, 70% do território israelense é árido, seco. Com o empenho de muito economizar a água, a irrigação por aspersão vai sendo substituída pela irrigação subterrânea os canos com aberturas apenas à proximidade das raízes. Com isso, alcançam-se vários objetivos: reduzem-se os gastos de água em 30%; aumenta-se a produção em 30%

e evitam-se as pragas em volta das plantas e das árvores, que a aspersão alimentava.

Estive em Eilat, ao lado do golfo de Acaba, cujo fechamento pelo Egito deu origem à guerra de julho, e lá visitei a fábrica de dessalinização da água do mar. Visitei também o instituto Weissmann, onde se fazem importantes pesquisas científicas. Visitei os reatores e os laboratórios de Tel-Aviv, almoçando com os seus pesquisadores e cientistas cujos trabalhos tanto contribuem para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia do mundo.

Passado, presente e futuro se reúnem em Israel formando uma nação-laboratório, onde todos têm algo a aprender.

ÍNDIA

De Israel, via Teheran, fomos à Índia, Nova Delhi, a capital, e Bombay, que tem ao lado Trombay, Centro Integrado de Energia Nuclear, onde se acham instalados um reator canadense de pesquisa de 40.000 kw e uma fábrica de separação do plutônio.

Com a área de 3.270.000 km² (o Brasil tem, como sabemos, 8.512.000 e uma população de 500 milhões de habitantes, cercada por todos os lados de problemas os mais graves, a começar pelo da fome e o da habitação, o povo dormindo nas ruas e exangue, necessitando de estudo, um clarão se abriu ali, há mais de vinte anos, através de Homi Babha, personalidade de iluminado que ainda antes de Hiroshima conseguiu do industrial indiano Tata, recursos financeiros para montar, na casa de sua própria família, um laboratório de pesquisas. Sensibilizando Nerhu, estimulado pelos acontecimentos da guerra, Babha pôde lançar a Índia no mar alto do desenvolvimento científico e tecnológico, a ponto de hoje o país alinhar-se entre as nações mais avançadas em energia nuclear. Conta a Índia com um reator americano de 380.000 kw em Tarapur, quase concluído; dois canadenses com capacidade de 400.000 kw, em construção em Rajastan, e cuida de instalar mais um de 400.000 kw em Madras.

O efetivo do seu pessoal científico qualificado — isto é, titulares de grau universitário ou de diplomas superiores — é de mais de 200.000 pessoas. Esse número aumenta rapidamente, pois cada ano se formam 220.000 estudantes nos cursos de ciências (bacharelado). Dentre esses 2.000 prosseguem com estudos universitários. Finalmente, 2.500 completam o doutorado.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. ARNON DE MELO — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende — Foi informado também de que, nesses países de civilização mais adiantada, se dá tanta importância ao estudo e à exploração das vantagens e das maravilhas nucleares que os órgãos conectados com essa questão são Ministérios e, em muitos deles, o Primeiro Ministro acumula as funções propriamente ditas de Primeiro-Ministro com as de Ministro de Energia Atômica. Aqui no Brasil, uma única Comissão de Energia Nuclear, sem recursos sem pessoal técnico em número correspondente.

Quando a Índia ainda não avançava nesse setor, eu me lembro de que houve um Seminário de problemas brasileiros, patrocinado por uma empresa jornalística de São Paulo, onde se lançou a ideia da implantação de uma usina termonuclear na Guanabara, isso — parece-me — há dez anos. A Índia progrediu, saiu da faixa de reatores de pesquisa, já está com reatores de potência e não planejamos ainda uma raiz sequer da usina termonuclear que seria Região Cen-

tro - Sul. Faz muito bem Vossa Excelência em salientar o problema da Índia, porque, se a Índia já fez esse progresso, a circunstância, por si só, dá a dimensão da ignorância brasileira na matéria.

O SR. ARNON DE MELO — Senador Eurico Rezende, estou verdadeiramente empolgado com o aparte de V. Ex.; empolgado, em primeira lugar, porque vejo que V. Ex. tem conhecimento perfeito do assunto.

O Sr. Eurico Rezende — Leitura de "Seleções".

O SR. ARNON DE MELO — ... e empolgado, sobretudo, pela posição que V. Ex. toma através de suas palavras. Realmente V. Ex. é membro da nossa confraria; quer V. Ex. de fato o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil. Só peço a Deus nesta hora que não se apague essa chama em V. Ex. e que os nossos companheiros do Senado Federal empunhem a bandeira do desenvolvimento tecnológico e científico. Já da outra feita eu que cupei esta tribuna, falando do problema da energia nuclear, sugeri que a Casa criasse uma Comissão de Ciência e Tecnologia para que dessemos ao Governo a nossa contribuição nesse campo. E na Europa e nos Estados Unidos onde conversei com as maiores figuras da ciência do Brasil — temos no Exterior cientistas do mais alto padrão, e basta afirmar apenas que dez por cento das partículas atômicas do Mundo foram descobertas por eles — pedi a esses cientistas que me dessem, a mim e ao Senado, se com isso o Senado concordasse, a possibilidade de contar com o assessoramento deles para que pudéssemos colaborar, dentro das nossas atribuições, para o desenvolvimento da energia atômica e nuclear no País. Eles me indicaram cerca de vinte colegas que ficaram na nossa Pátria, que tiveram a coragem de ficar no Brasil, onde não há mercado de trabalho para os cientistas. Espero, no segundo discurso, que pronunciarei na próxima semana, aqui no Senado, formalizar a minha sugestão e contar com o seu integral apoio.

O Sr. Eurico Rezende — Vossa Excelência poderá contar com mercado de trabalho para os cientistas porque o Governo Revolucionário já criou o Ministério de Ciência e de Tecnologia. Estruturado esse órgão, o Brasil terá, inclusive, a possibilidade de ingressar no chamado Clube Atômico que V. Ex. deve ter visitado com a sua atenção, a sua inteligência, o seu talento.

O SR. ARNON DE MELO — Senador Eurico Rezende, eu não gostaria de tratar agora deste assunto, porque o Presidente Moura, Andrade já me advertiu de que o meu tempo está esgotadíssimo. Mas digo a V. Ex. que a simples criação do Ministério não promove o desenvolvimento tecnológico e científico do Brasil.

O Sr. Eurico Rezende — Nem eu disse isso; é o primeiro passo.

O SR. ARNON DE MELO — Não temos ainda o Ministério criado. O que a Reforma Administrativa admitiu foi que o Presidente da República poderia nomear um Ministro extraordinário para assuntos de ciência e tecnologia o qual se encarregaria de estruturar o Ministério cu a criação ainda deverá ser aprovada pelo Legislativo.

Não podemos entrar no clube fechado da energia atômica, Senador Eurico Rezende, porque estamos realmente quase que na estaca zero, nesta matéria. Enquanto a Índia galopa, nós estamos profundamente atrasados. É imensamente triste para um brasileiro que viu o que vai pelo mundo encontrar o Brasil nesse quase retrocesso, no que diz respeito à ciência e tecnologia.

O Sr. Eurico Rezende — Vossa Excelência vai me permitir, V. Ex. acaba de fazer o discurso do ano, nesta

Casa. Estendeu o gesto da sua colaboração e da sua lucidez com características marcantes. Não vejo no seu discurso, apenas, o talento de quem o profere, a experiência colhida na sua viagem por todo o mundo, que não foi em termos de turismo mas foi em termos de estudo, um efeito pedagógico.

Se Governo e Oposição, nas duas Casas do Congresso, ao revés de tratar de desse varejo e dessa simples agrimensura política — criação de comissões no Ministério da Educação, decretos-leis sobre segurança nacional e outros bichos e legumes — cuidassem de problemas desse porte e dessa envergadura, aí teríamos realmente o prestígio e a dignificação do Poder Legislativo. Desejo felicitar a V. Exa. pela sua iniciativa, que não se esgota no seu discurso, porque V. Exa. fará os seus pronunciamentos em seriação, mas não me posso furtar, não ao direito mas ao dever, de enaltecer esse exemplar cumprimento dos seus deveres parlamentares.

O SR. ARNON DE MELO — Muito obrigado a V. Exa., Senador Eurico Rezende.

O Sr. Josaphat Marinho — Antes de V. Exa. deixar a Tribuna, permita-me um esclarecimento?

O SR. ARNON DE MELO — Pois não.

O Sr. Josaphat Marinho — Como ontem fiz um discurso político nesta Casa, quero refutar — é a expressão — a acusação que acaba de ser feita ao Congresso, por assim dizer, porque esta é uma casa política, pelo Vice-Líder do Governo, V. Exa., Senador Arnon de Melo, está estudando, segundo as luzes que colheu e de acordo com sua inteligência, o problema da maior importância, qual o relativo à energia nuclear, e o faz bem. Mas V. Exa. só pode fazer esse discurso numa Casa do Congresso Nacional, porque graças à vida política, à atividade política, à existência do Congresso, que é um órgão político, V. Exa. aqui está como representante do povo. Não há desenvolvimento, não. E não há vida política, se não há debate, se não há diálogo, se não há bate, se não há diálogo, se não há livre manifestação do pensamento, mesmo contrariando os governos, pelos homens que se prezam de ser independentes.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Esta Presidência vai fazer uma observação, antes de dar a oportunidade de um aparte a V. Exa. Peço ao orador que conclua a sua oração, e solicito que não haja apartes, uma vez que ultrapassamos a hora do Expediente. O último aparte que V. Exa. receberá será o do nobre Senador Eurico Rezende.

O Sr. Eurico Rezende — Serei rápido como uma semifusa, se V. Exa. permitir. Enganou-se ou, pelo menos, precipitou-se o meu prezado colega pela Bahia, quando instalou no meu aparte a usina dos seus nervos e da sua irritação, porque o discurso de V. Exa., Senador Arnon de Melo, é precisamente de crítica aos governos que não agiram com cautela, que não cuidaram de cotar o País das condições técnicas e financeiras necessárias ao nosso ingresso nesse promissor surto de recrutamento dos benefícios da energia atômica. Lembro perfeitamente que, em 1953, o Governo proscribio determinou à sua Delegação na ONU que não permitisse aqui a existência de reatores de potência. Mas, foi o Governo revolucionário que, na Convenção do México, revogou aquela capitulação do Governo anterior e que, agora, em Genebra, o Governo atual, continua resistindo e resistindo bravamente. De modo que, digo

que o Parlamento se dignifica com discursos como esse que V. Exa. está pronunciando, discurso de crítica ao Governo, mas crítica construtiva, crítica séria; crítica, digamos assim, de profundidade; a crítica que tem sentido de colaboração e não a crítica apenas da palha das palavras e da salvação oposicionista!

O SR. ARNON DE MELO — Apraz-me sugerir ao Eminente Senador Josaphat Marinho, que merece meu mais profundo apreço, a leitura do livro "Le Défi Américain", de Schreiber, que acaba de ser publicado na França, em que se diz que para o milagre japonês contribuiu a atividade dos políticos.

O Sr. Josaphat Marinho — Evidente que a política não se confunde com tanta saliva que tem sido espalhada neste plenário.

O SR. EURICO REZENDE — Depende da qualidade da atividade política!

O SR. ARNON DE MELO — Porque o Japão, durante muito tempo, se conservou atrasado e só depois da liberdade, da democracia é que, realmente, explodiu em desenvolvimento. (Lendo):

China

A China Nacionalista, ou seja, a China de Formosa, adota também um admirável programa de pesquisa. Estive na sua universidade, que me surpreendeu pelo adiantamento em matéria de ciência e tecnologia.

Japão

O Japão, que foi a única nação no mundo a sofrer os efeitos da bomba atômica, que, ao fim de guerra, se encontrava exangue e grandemente atrasado em relação à América do Norte e a todos os países da Europa Ocidental, o Japão, com 109 milhões de habitantes numa área de 370.000 km², país extremamente pobre em recursos naturais, que importa cem milhões de toneladas de petróleo, 20 milhões de toneladas de carvão, 46 milhões de toneladas de ferro, 345 mil toneladas de cobre, oitenta, no entanto, a posição de potência industrial que entes vinte anos se tem desenvolvido em ritmo mais rápido ainda que os Estados Unidos. As suas indústrias químicas, de construção elétrica e eletrônica, de máquinas e motores competem com as de quase todo o mundo, e chegam a exportar para os Estados Unidos produtos mais avançados em técnica. Por que sua indústria de ferro e aço é a terceira do mundo, depois dos Estados Unidos e da Rússia? Porque está em quarto lugar no campo da força energética, antes dela os Estados Unidos, a Rússia, e a Inglaterra? Por que seu produto interno bruto é de 100 bilhões de dólares, superior ao da Alemanha Ocidental e apenas abaixo dos Estados Unidos e Rússia? Por que a economia japonesa é a que mais cresce no mundo, cerca de 10% ao ano desde 1953?

A resposta está em que o Japão decidiu adotar um programa de desenvolvimento científico, tecnológico e industrial através da formação de pessoal, utilizando especialmente os estudantes, que eram mandados aos principais centros de cultura da Europa e dos Estados Unidos, e de lá retornavam para aplicar no país os seus conhecimentos. Nenhum invento surge em qualquer parte do mundo que logo o Japão não adquira e não o estude para aperfeiçoá-lo e fabricá-lo. O Japão é um produto da tecnologia. Preparou seus físicos para o desenvolvimento da eletrônica. Preparando-os em físicos do estado sólido, alcançou logo a tecnologia do transistor.

Fugindo à dependência tecnológica, multiplicou por cinco as despesas do Estado com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, e incentivou

as emprêsas privadas a aumentarem as suas 8 vezes. Iguala a Alemanha e a França em número de japoneses dedicados à pesquisa científica 2,5 por mil habitantes. Considerando o pessoal empregado em ciências qualificadas e os engenheiros, o Japão tem proporcionalmente 2 vezes mais que a França e a Alemanha. Tão dados do excelente livro de Schreiber "Le défi Américain". 2,5% do seu produto interno bruto são destinados a pesquisa.

E a competência é exigência prioritária que a própria lei reclama dos que servem a Nação. Veja-se o artigo 8º da Lei número 185, de 19 de dezembro de 1955, que regulou a energia atômica do país.

"Os membros da Comissão de Energia Atômica serão nomeados pelo Primeiro Ministro com o consentimento de ambas as Casas do Congresso:

- Não poderão ser nomeados membros da Comissão:
- Um incompetente;
- Um semi-incompetente;
- um falido ainda não reabilitado;
- um condenado pela Corte Criminal a pena mais pesada que o confinamento.

Canadá

O Orçamento para 1967 do Conselho Nacional de Pesquisas do Canadá, que tem 20 milhões de habitantes, foi de 74 milhões de dólares. O Conselho subvencionou 45 instituições especializadas e custeia a pesquisa em universidades, de 2.500 cientistas, além de cobrir as bolsas de 1.900 estudantes.

O Canadá desenvolveu os reatores do tipo Candu, moderados a água pesada, que são considerados um dos mais perfeitos tipos de reator. A Índia e o Paquistão adquiriram reatores desse tipo ao Canadá. Em Pickering, perto de Toronto, está em construção uma central nuclear de 2 milhões de kw, composta de 4 reatores Candu de 500 mil kw cada um.

Para satisfazer a demanda de água pesada, uma nova fábrica, com a produção de 200 toneladas anuais, foi construída em Glace Bay, e uma outra, com a produção de 50 toneladas está em construção.

A maior instituição de pesquisas nucleares é Chalk River, com um pessoal de 500 especialistas.

A estimativa dos gastos da Pesquisa industrial em 1964 foi de 228 milhões de dólares, por conta das indústrias.

Foi o que vi e ouvi, Senhores Senadores, pelo mundo a fora, do que faço ligeiro resumo, quase um flash, para não fatigar Vossas Excelências. Aqui está um velho ditado: "não se conhece a floresta se se encosta o nariz no tronco da árvore". Há pouco mais de trinta dias retornei às nossas plagas. A viagem à volta do mundo me fez conhecer "de visu" terras longínquas, espalhadas por quatro continentes e de muitas das quais humildemente confesso pouco sabia eu, e a mesma distância, até onde fui, ampliando a perspectiva, me fez conhecer melhor o Brasil. Agora, retomando o contacto com as nossas coisas, pus-me a conferir pontos de vista e observações feitas ao impacto das diferentes civilizações, confrontando-as, isento e objetivo, com a realidade brasileira. Desgraçadamente, não ganhamos no confronto; estamos muito distantes de todos esses países em matéria de ciência e tecnologia, hoje, positivamente, essenciais ao desenvolvimento. E a disparidade aumenta a galope, não apenas porque, na era nuclear e espacial, se modificou a noção de tempo, um só ano contando-se por muitos, como também porque a cada instante novas descobertas mais aceleram a marcha do progresso, e de tal modo que mais nos parece ciência de ficção ou magia.

Estamos, realmente, diante de um mundo em disparada, renovando-se a cada momento e exigindo esforço de todos os países para adotar os mesmos métodos, sob pena não somente de estagnação mas de retrocesso. Sem ciência e tecnologia, por maior que seja o esforço, o que se faz é subdesenvolver-se o país.

Não é exagero dizer isso, pois desenvolvimento é um fenômeno relativo. Ao esforço de um país corresponde a cada etapa vencida ciência e tecnologia, correspondem várias etapas vencidas nos países mais adiantados. E o país estará trabalhando contra ele.

O desenvolvimento é obtido pela soma da recursos naturais e recursos humanos. Hoje em dia, recursos humanos significam principalmente conhecimento científico e aplicação tecnológica. Recurso humano não é homem de enxada na mão. A enxada, já há tanto tempo superada pelo arado, que o animal movimenta, e pelo trator, que o petróleo impulsiona, é objeto de museu e não instrumento de desenvolvimento. E não fortalece a economia do país, antes o enterra. Certo que todos os países não têm as mesmas possibilidades e elementos de progresso. Mas o importante é empenhar-se na marcha para a frente, com os recursos de que possa dispor. Só assim ele continua.

Não se trata de utopia. Ao contrário, é o realismo mais autêntico que nos indica o caminho a seguir. O exemplo de outras Nações mais ou menos desenvolvidas e os acontecimentos de todos os dias o comprovam. A tese de que somos pobres, e por isso não temos condições de desenvolver-nos é desmentida pela Índia — subdesenvolvida e paupérrima e hoje um dos países mais adiantados no campo nuclear, e pelo Japão, que extremamente pobre, sem petróleo e sem carvão, tem um produto bruto superior ao da Alemanha Ocidental. Ciência e tecnologia não são despesas mas investimentos excelentes, com fabulosos resultados positivos e lucrativos. E' incontestável a sabedoria destas palavras de Kuan-Tzu: "Se deres um peixe a um homem, ele se alimentará uma vez; se lhe ensinares a pescar, ele se alimentará por toda a vida".

Ao criticarem Nehru porque colocou a Índia no caminho do desenvolvimento científico, ele replicou com uma frase modelar: — "A Índia é um país muito pobre e subdesenvolvido para se dar ao luxo de não incentivar a pesquisa científica".

Um caminhão é mais caro do que dez carros de bois; uma usina de açúcar muito mais cara que cinquenta alemanjarras, uma máquina de datilografia mais cara do que centenas de lápis, uma lâmpada mais cara que muitas velas, o petróleo mais caro que o carvão, mas ninguém vai abandonar as conquistas da civilização pelo convencional já superado. A tecnologia não apenas destrói a rotina, melhora os padrões e aumenta a produtividade, economizando o tempo, mas reduz excepcionalmente os custos, beneficiando o homem sob todos os aspectos e assegurando o bem estar social. Os sacrifícios impostos pelo subdesenvolvimento são muito mais dolorosos do que os requeridos pelo desenvolvimento. Não fossem a ciência e a tecnologia, a quanto não se evoluiriam hoje os preços dos telefones, dos telegramas, das passagens de avião? E já se calcula nos Estados Unidos que, estabelecidas as comunicações pelos satélites, o preço de um telefonema para qualquer parte do mundo baixará a dez centavos, porque a distância não entra na composição dos custos. E para argumentar, não fosse a pesquisa, a tecnologia moderna, ainda não estaria em matéria de aeronáutica, com o mesmo

tipo de avião descoberto pelo nosso Santos Dumont?

Não nos devemos esquecer de que o retardamento de um programa de desenvolvimento científico e tecnológico significa o aprofundamento acelerado do atraso.

Alegro-me verificar, Senhores Senadores, que todos estamos de acordo na necessidade desse desenvolvimento. O Senhor Presidente da República como ilustres membros do seu Governo e líderes da oposição falam a mesma linguagem, o que demonstra a unidade nacional em torno da mesma ideia. Pode, pois, o povo brasileiro confiar em que o amanhã do Brasil está próximo e o celebrado país no futuro não tardará a encontrar o seu presente. *(Muito bem — Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.)*

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES

José Guimard
Oscar Passos
Sebastião Archer
Victorino Freire
Petronio Portela
Sizofredo Facheco
Wilson Gonçalves
Ray Carneiro
Teotônio Vilela
Arnau de Melo
Antônio Telhado
Josephat Marinho
Eurico Rosende
Aarão Steinbruch
Vasconcelos Torres
Mário Martins
Gilberto Marinho
Lino de Matos
João Abrahão
José Feliciano
Mello Braga
Célso Ramos
Antônio Carlos
Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE

(Moura Andrade) — Passa-se à Ordem do Dia

Estão presentes 54 Srs. Senadores.

Item:

Discussão, em turno único (com apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do artigo 265 do Regimento Interno) do Projeto de Lei da Câmara número 267, de 1966 (n.º 3.336-B-66 na Casa de origem), que isenta dos impostos de importação e de consumo materiais destinados à fabricação de café solúvel, a serem importados pela firma "Café Solúvel Vigor Ltda.", tendo Parecer sob n.º 667, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça, pela rejeição por inconstitucionalidade.

Em discussão o projeto quanto à constitucionalidade. *(Pausa.)*

Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Está rejeitado.

O projeto será arquivado, feita a devida comunicação à Câmara aos Deputados.

E' o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 267, DE 1966

(N.º 3.336-B-66, NA CASA DE ORIGEM)

Isenta dos impostos de importação e de consumo materiais destinados à fabricação de café solúvel, a serem importados pela firma "Café Solúvel Vigor Ltda."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' concedida isenção dos impostos de importação e de consu-

mo para os materiais constantes dos Certificados de Cobertura Cambial ns. 18-65/28595, 18-65/30268 e 18-65/30929, importados pela firma "Café Solúvel Vigor Ltda." e destinados à fabricação de café solúvel.

Art. 2.º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE

(Moura Andrade) — Item 2:

Discussão, em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n.º 57, de 1967 (n.º 50-A-67 na Casa de origem), que aprova o Decreto-lei n.º 334, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre o imposto único sobre minerais do País, alterando, em parte, a Lei n.º 4.425, de 8 de outubro de 1964 e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis sob números 905 e 906 das Comissões de Minas e Energia e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE

(Moura Andrade) — Em discussão o projeto. *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ ERMÍRIO

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o decreto-lei número 334, tem disposições que são absolutamente falhas, para o desenvolvimento do país.

O seu parágrafo único, diz o seguinte:

"Com exceção do imposto de renda e taxas remuneratórias de serviço prestado pelo Poder Público diretamente ao contribuinte do imposto de que trata este artigo, o imposto único inclui a incidência de qualquer outro tributo federal, estadual ou municipal que recaia sobre as operações comerciais realizadas com o produto "in natura", beneficiado mecanicamente ou aglomerado por briquetagem, moagem, polvilização e simetização".

Parece que aqui se cogita exclusivamente de minérios do ferro, quando a riqueza do país não é só minério de ferro. Os processos de concentração também são produtos minéricos, porém, há muitos processos igualmente importantes que aqui não estão — processos físicos e químicos, que são realmente utilizados em todo o mundo, com a lavagem, processos eletromagnéticos, hidrelétrica e muitos outros que a ciência uma dia possa prever e mostrar o que se pode fazer com novos conhecimentos.

Por esta razão, o nobre Senador Nogueira da Gama apresentou, dia 28 de novembro do ano passado, um projeto muito mais completo em que incluiu todos estes assuntos e que precisam ser modificados o mais urgente possível, porque da outra forma, aqui, só estaremos tratando de minério de ferro — não sei para que — porque não é só de ferro que vive o país. Acho que o projeto do Senador Nogueira da Gama deve ser votado o mais breve possível, neste plenário, para que possamos examinar cuidadosamente o que significa o imposto único do minério no país.

Muito obrigado. *(Muito bem — Muito bem.)*

O SR. PRESIDENTE

(Moura Andrade) — Continua a discussão.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE

(Moura Andrade) — Tem a palavra o Sr. Senador.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA

(Não foi revisado pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, agradeço, inicialmente, o apoio valioso que o nobre Senador José Ermírio acaba de oferecer ao projeto de minha iniciativa, apresentado ao Senado Federal na sessão de 28 de novembro do ano recente findo.

Ocupei a tribuna naquela sessão, justificando a proposição de minha iniciativa, e então tive ensejo de acentuar precisamente aquilo que o nobre Senador José Ermírio acaba de fazer manifestado. O decreto-lei ora submetido à discussão e votação, baixado pelo Sr. Presidente da República, de número 334, de 12 de outubro de 1967, no parágrafo único do seu artigo 1.º, altera grandemente a legislação anterior e o faz de modo inaceitável, visto como enuncia apenas uma série de processos de exploração de minérios, como sendo esses os únicos suscetíveis da incidência do imposto único previsto pela Constituição Federal.

A exclusão de outros processos, Sr. Presidente, não pode ser admitida, pois que a Constituição estabelece taxativamente o imposto único sobre os minerais do país. E outros são, e muitos, os minerais cuja exploração foi deixada à margem pelo Decreto-lei baixado pelo Governo Federal.

Esta a razão que me levou, atendendo à solicitação que recebi da Federação das Indústrias do meu Estado e de diversos órgãos de classe de Minas Gerais, a apresentar o atual projeto de lei modificando os termos em que o Governo Federal abocou esse magna problema. Meu projeto altera apenas o parágrafo único do artigo 1.º do referido Decreto-lei do Sr. Presidente da República, e o faz para incluir, taxativa e especificamente, vários outros processos de exploração de minérios, que foram omitidos no texto oficial.

Conforme acentuei o nobre Senador José Ermírio, a redação do Decreto-lei do Governo Federal apenas atende à exploração do minério de ferro, deixando de lado numerosos outros também sob a incidência do referido imposto único.

Conforme acentuei no discurso com que justifiquei minha proposição, o decreto legislativo do Sr. Presidente da República merece acolhida, sob vários aspectos, inclusive e, especialmente, no que se refere à liberação dos recursos ora existentes no Banco do Brasil e alusivos à arrecadação, anteriormente feita nos termos da lei que vigora sobre a matéria.

Essa liberação se fazia necessária pois que os Estados e Municípios estão, desde muito, sem recebimento da sua cota de participação nesse imposto arrecadado pelo Tesouro Federal.

Assim, o decreto legislativo do Governo Federal atendeu, apenas a esse aspecto do problema, e tanto assim que, na própria exposição de motivos com que encaminhou o anteprojeto ao Sr. Presidente da República, o Senhor Ministro da Fazenda deixou explícito, taxativamente, que o projeto visava, única e tão-somente, a esse aspecto de liberação dos recursos existentes no Banco do Brasil, comprometendo-se aquela Ministério a enviar, posteriormente, outra exposição de motivos pleiteando a reformulação da matéria, em termos capazes de atender ao problema do imposto único sobre minérios, de modo a serem reguladas todas as hipóteses.

Vê, portanto, V. Ex.ª, Sr. Presidente, que a minha iniciativa se justifica. Se não se proceder a uma alteração no texto do parágrafo único do art. 1.º do decreto-lei do Governo Fe-

deral, numerosas indústrias, não apenas de Minas Gerais, como as de Mato Grosso, Santa Catarina, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul, sofrerão incalculáveis prejuízos, porque ficarão expostas à tributação do Imposto de Circulação de Mercadorias, quando estão, apenas, submetidas, pela Constituição, ao imposto único sobre mercadorias.

Assim, Senhor Presidente, autor de projeto que visa, a esclarecer toda essa matéria, de modo justo e realístico, nos termos da Constituição, uso, neste momento, da palavra para declarar que, devendo o projeto de decreto legislativo do Governo ser apenas aprovado ou rejeitado, conforme preceitua a Constituição, por se tratar de delegação legislativa, votarei pela sua aprovação, certo de que o apelo que formulei, na sessão de 28 de novembro, ao Sr. Presidente da República, com líderes do Governo nesta Casa e aos meus eminentes pares, terá acolhida quando o meu projeto for submetido à discussão e votação nesta Casa, porque ele, na verdade, conforme terei oportunidade de demonstrar, mais uma vez aqui, atende aos reais interesses e às necessidades do nosso País. *(Muito bem.)*

O SR. PRESIDENTE

(Moura Andrade) — Se nenhum Sr. Senador desejar usar da palavra, encerrarei a discussão. *(Pausa.)*

Está encerrada.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Está aprovado.

O projeto vai à Comissão de Redação.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 57, DE 1967

(N.º 50-A-67, na casa de origem)

Aprova o Decreto-lei n.º 334, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre o imposto único sobre minerais do País, alterando, em parte, a Lei número 4.425, de 8 de outubro de 1964, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' aprovado o Decreto-lei n.º 334, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre o imposto único sobre minerais do País, alterando, em parte, a Lei n.º 4.425, de 8 de outubro de 1964, e dá outras providências.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE

(Moura Andrade) — Item 3.

Discussão, em turno único do Projeto de Decreto Legislativo n.º 60, de 1967 (n.º 23-B-67, na Casa de origem), que aprova o Projeto de Reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos, denominado "Protocolo de Buenos Aires", assinado em Buenos Aires, em 27 de fevereiro de 1967, tendo Pareceres, sob números 942 e 944, de 1967, das Comissões de Economia, pela aprovação e de Relações Exteriores, pela aprovação.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. *(Pausa.)*

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Vai à Comissão de Redação.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 60, DE 1967

(Nº 23-B-67, na Casa de origem)

Aprova o Protocolo de Reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos, denominado "Protocolo de Buenos Aires", assinado em Buenos Aires, em 27 de fevereiro de 1957.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' aprovado o Protocolo de Reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos, denominado "Protocolo de Buenos Aires", assinado em Buenos Aires, em 27 de fevereiro de 1957.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Auro Moura Andrade) — Item 4.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 2, de 1968 de autoria da Comissão Diretora, que estende ao funcionalismo do Quadro da Secretaria do Senado Federal, na forma da Lei nº 5.368, de 1º de dezembro de 1967, as majorações ali previstas e dá outras providências. Parecer favorável, sob o nº 1, de 1968, da Comissão de Finanças.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser usar da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Vai à Comissão Diretora, para redação final.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2 — DE 1968

Estende ao funcionalismo do Quadro da Secretaria do Senado Federal, na forma da Lei nº 5.368, de 1º de dezembro de 1967, as majorações ali previstas, e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Ficam estendidas ao funcionalismo do Quadro da Secretaria do Senado Federal, na forma da Lei nº 5.368, de 1º de dezembro de 1967, as majorações ali previstas, de 20% sobre os valores dos níveis retributivos dos cargos, funções e representação do Pessoal.

Parágrafo único. O cargo de médico tem o símbolo PL-2.

Art. 2º Nos termos da mesma Lei, é concedido aos servidores inativos, independente de prévia apostila nos respectivos títulos, reajustamento de provento no valor de 20%.

Art. 3º O salário-família é o fixado na referida Lei em NCr\$ 12,00 mensais por dependente.

Art. 4º As disposições da presente Resolução são devidas a partir de 1º de janeiro de 1968.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Presidência recebeu, hoje, do Sr. Presidente da República, Mensagens sob os ns. 39, 40 e 41, desta data, com as quais são encaminhados projetos de lei para tramitação na forma estabelecida no Art. 54, § 3º da Constituição.

Trata-se dos seguintes projetos: o de nº 3 fixa os efetivos dos Quadros de Oficiais Generais Combatentes e de Oficiais do Quadro das Armas e Material Bélico do Exército; o de número 4 acrescenta parágrafo único ao

Art. 2º do Decreto-lei nº 132, de 1º de fevereiro de 1967, e dispõe sobre as condições de ingresso no Instituto Militar de Engenharia de Oficiais da Ativa das Armas e do Quadro de Material Bélico; o de nº 5, altera a Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964 — a Lei de Promoções dos Oficiais do Exército.

Para leitura do expediente e demais providências iniciais à tramitação das matérias, previstas no Art. 1º da Resolução nº 1, do Congresso Nacional, convoco as duas Casas para sessão conjunta, a se realizar hoje, dia 25 de janeiro, às 21 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura de requerimento.

E' lido e aprovado o seguinte requerimento:

REQUERIMENTO Nº 31, DE 1968

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requero dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 2-68, que estende ao funcionalismo do Quadro da Secretaria do Senado Federal, na forma da Lei nº 5.368, de 1º de dezembro de 1967, as majorações ali previstas e dá outras providências.

Brasília, 25 de janeiro de 1968. — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Em consequência da deliberação do Plenário, passa-se à imediata discussão e votação da Redação Final oferecida ao Projeto de Resolução número 2, de 1968, que estende ao funcionalismo do Quadro da Secretaria do Senado Federal, na forma da Lei nº 5.368, de 1º de dezembro de 1967, as majorações ali previstas, e dá outras providências.

Em discussão a redação final. Se nenhum dos Senhores Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam a redação final, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

O projeto de resolução vai à promulgação.

E' a seguinte a redação final aprovada:

PARECER Nº 44, DE 1968

Redação final do Projeto de Resolução número 2, de 1968, que estende ao funcionalismo do Quadro da Secretaria do Senado Federal, na forma da Lei número 5.368, de 1º de dezembro de 1967, as majorações ali previstas, e dá outras providências.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução número 2, de 1968, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº , DE 1968

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Ficam estendidas ao funcionalismo do Quadro da Secretaria do Senado Federal, na forma da Lei número 5.368, de 1º de dezembro de 1967, as majorações ali previstas, de 20% sobre os valores dos níveis retributivos dos cargos, função e representação do Pessoal.

Parágrafo único. O cargo de médico tem o símbolo PL-2.

Art. 2º Nos termos da mesma lei, é concedido aos servidores inativos, independente de prévia apostila nos respectivos títulos, reajustamento de provento no valor de 20%.

Art. 3º O salário-família é o fixado na referida Lei em NCr\$ 12,00 mensais por dependente.

Art. 4º As disposições da presente Resolução são devidas a partir de 1º de janeiro de 1968.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão Diretora, em 25 de janeiro de 1968. — Auro Moura Andrade — Camillo Nogueira da Gama — Gilberto Marinho — Victorino Freire — Edmundo Levi — Raul Gaudin — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está marcada para às 18 horas a cerimônia de plantio das cerejeiras do Japão, enviadas, como adoção do Governo Japonês, por Sua Excelência o Presidente da Dieta, Conselheiro Yuso Shigemune, ao Presidente do Senado, para ser entregues ao Parlamento Brasileiro.

A cerimônia se realizará com a presença de Sua Excelência o Senhor Embaixador do Japão, e na oportunidade falarão um representante do Senado e um representante da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Senadores já receberam os convites, que também foram dirigidos à população e às autoridades do país, para a cerimônia, que se realizará no jardim do Palácio do Congresso Nacional, exatamente entre o Supremo Tribunal Federal, o Palácio do Planalto e o Palácio do Congresso, local previamente escolhido, com a colaboração do Sr. Oscar Niemeyer, e das autoridades incumbidas de executar o processo paisagístico de Brasília.

O ato é daqueles em que se afirmam os elos de amizade existentes entre o Brasil e o Japão. E, efetivamente, uma cerimônia brasileiro-japonesa. Será presidida pelo Presidente do Senado e terá características de sessão especial comemorativa. (Pausa.)

Está inscrito para falar o Sr. Senador Arthur Virgílio.

Solicitaria de S. Exa. a gentileza de concluir sua oração, pelo menos quinze minutos antes de 18 horas, a fim de que se levante a sessão e possam os Membros da Mesa e os Srs. Senadores receber as demais autoridades e S. Exa. o Sr. Embaixador do Japão, para que se realize a cerimônia anunciada, há pouco.

V. Exa. poderá, portanto, ocupar, por vinte minutos, a tribuna.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente a hora já vai avançada e eu não posso me estender nas considerações que desejaria fazer, como programara. Entretanto, aproveito estes minutos finais da sessão para uma espécie de interpelação a um membro desta Casa, que vem dando as mais intranquilizadoras declarações à imprensa. E' homem do Governo, homem que pertence à ARENA, é um Senador que diz, aos jornais, coisas que deformam completamente aquilo que nós entendemos como sentido democrático, como sentido legal, como respeito à ordem política, como garantia da livre manifestação do pensamento e do livre exercício da atividade política.

Não examino o cidadão, que é meu amigo pessoal, não aprecio o indivíduo em si, porque lhe tenho, inclusive, afeição e estima. Mas examino o político, o homem do Governo o homem da ARENA, que diz falar em nome de uma chamada linha dura, que ninguém definiu e que ninguém sabe o que é.

Trata-se do Senador Dinarte Mariz. O que ele declara, hoje, em "O Globo", por exemplo, representa um milionésimo daquilo que a ex-UDN, que atualmente está no poder, condenava

nas palavras do Sr. Leonel Brizola. E esse confronto é preciso que se faça. Quando Brizola classificava a Câmara e o Senado de clubes, o Senador Eurico Rezende erguia-se aqui, como que numa fúria santa, em defesa da democracia e da liberdade, que de a ameaçada. Mas, quando o Senador Dinarte Mariz diz o que disse hoje ao "O Globo", quando prega a verdadeira subversão da ordem legal, quando admite a possibilidade de esse Governo que impôs a Constituição, mas, a que parece, não quer respeitar a Constituição, editar novos atos institucionais, não se ouve condenação as santas vozes furiosas em defesa da liberdade e da democracia não se fazem ouvir. E o que nós estamos vivendo hoje, Sr. Presidente, é subversão oficializada, é a subversão por parte do próprio Governo, é a subversão admitida em declarações como essa, que são como que um atentado à ordem legal e ao direito de existência da discórdia ao Governo Federal.

Sr. Presidente, eu tenho a impressão de que a Nação já se saturou como todos nós já nos saturamos, com essa farça. Se querem a ditadura, que a implementem logo; se querem levar o País à condição dessas republiquetas bananais, que vivem de golpes, para os golpes e sobre golpes, que o façam, mas terminem com essa impostura de impor uma Constituição votada por este Congresso a toque de caixa, uma Constituição facista ditatorial, mais facista e ditatorial que a Constituição de 37. Impuseram-nos isso e o estamos aceitando. Estamos vivendo o regime dentro desta Constituição, mas, se querem ir além disso, que o declarem logo. Acabem com essas encenações políticas, de homens que querem o poder, e para nele se manterem são capazes de tudo. Homens que não respeitam sequer a Constituição que votaram, e querem violentar a com esse objetivo precipuo, que é assegurar o poder...

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — ... assegurar o mando ao arripio da vontade popular; que é chegar a posições políticas sem a consagração do povo, nesta grande casa que estamos vindo desde 1964.

Concedo o aparte ao nobre Senador Eurico Rezende, com prazer.

O Sr. Eurico Rezende — Fui convidado, pelo eminente Presidente Auro Moura Andrade para assistir à paisagem e à suavidade da plantação de cerejeiras, ao lado do anexo do Senado Federal. E vejo, num contraste esentônico, as assacadihas de V. Exa. que, a princípio, eram apenas dirigidas contra o Senador Dinarte Mariz, agora voltaram-se para o Governo que, diz, está desrespeitando a Constituição. O Sr. Senador Dinarte Mariz pensa como quer e diz como quer. Mas V. Exa. dizer e afirmar que o Governo está violentando a Constituição, não é exato! E tanto não é exato que V. Exa. está fazendo um discurso violento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — E até quando? Até quando?

O Sr. Eurico Rezende — Fará sempre, para o nosso encantamento e sem causar qualquer desassossego no Governo, posso garantir a V. Exa., porque a ordem democrática está mantida e será mantida, apesar das provocações da Frente Ampla.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Um discurso de Oposição, de alguém que não concorda com a ordem que aí está implantada, é subversão. Disse o Senador Dinarte Mariz, e V. Exa. está repetindo...

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. está colocando a opinião do Senador Dinarte Mariz juntamente com a do Governo, e, no entanto, são coisas diferentes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — E que os tempos mudaram e os homens também, nas suas posições.

O Sr. Eurico Rezende — Não, Excelência.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Aquêles que falavam em liberdade, aquêles que mais exigiam o exercício dessa liberdade...

O Sr. Eurico Rezende — Mas, se há até acampamentos subversivos nas ruas e praças públicas do país!... Este Governo devia ser acusado mas é de tolerância e não de prática antidemocrática. V. Exa. acuse o Governo de tolerante e eu concordarei com V. Exa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Quando V. Exa. era da UDN e o Sr. Carlos Lacerda fazia violentos discursos, V. Exa. o aplaudia. V. Exa. várias vezes debateu aqui comigo defendendo as posições adotadas pelo Sr. Carlos Lacerda. Entretanto, como o Sr. Carlos Lacerda combate a ordem implantada no país, isto já é considerado subversão.

O Sr. Eurico Rezende — O Sr. Carlos Lacerda...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Foi o candidato de V. Exa. à Presidência da República.

O Sr. Eurico Rezende — ... combateu a maldição do governo proscrito. Um governo que vinha se decompondo, não digo paulatinamente, mas celeremente, que caiu sem que ninguém o derrubasse. E' engano dizer-se que as Forças Armadas derrubaram o Governo do Sr. João Goulart.

Ele caiu assim, a um ventinho; caiu como se diz na gíria, de podre. O que as Forças Armadas fizeram foi manter a vigilância. Mas o governo caiu por si só, caiu autôfagamente. O Sr. Carlos Lacerda, então, estava no bom combate; agora, o Sr. Carlos Lacerda está com os frades maiores da situação que ele sempre combateu. De modo que seria o caso de V. Exa. invocar a célebre frase poética — e faço isso com a atenção voltada para o eminente Senador Alvaro Maia: "Mudaria o Natal ou mudei eu?"

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Senador Eurico Rezende, V. Exa. é sempre implacável no combate ao Governo passado.

De fato, o Governo caiu; caiu sem uma resistência, sem uma reação. Já me referi a isso recentemente: o Sr. João Goulart não quis se derramar sangue brasileiro numa luta inglória, fratricida; por que se o Sr. João Goulart se por duas vezes impediu este País se engolfasse em sangue, tivesse dado ordens ao General Ladário Telles, militar da melhor estirpe, da melhor formação, este teria reagido, não digo para vencer mas, pelo menos teria reagido, teria cumprido as ordens do Presidente da República.

De fato o Governo caiu. Acusa-se aquele Governo de ter estado fazendo subversão, mas nunca, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nunca houve tanta subversão como na atual administração.

O Sr. Eurico Rezende — Onde?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Nunca! Nunca houve tanta indisciplina; nunca houve tanta violação de hierarquia, como agora, quando vemos um Capitão entender de passar um telegrama contra uma autoridade sem conhecimento do seu chefe; em que um General entende de ocupar uma região qualquer e a ocupa; em que o país está como que dividido em capitânias hereditárias, tendo donatários comandando as capitânias; em que um General Façanha, e façanhudo por formação, chefe do Serviço de Censura na Guanabara, não apenas exorbita de suas funções, detendo o avanço da Cultura, das Artes do Cinema e do Teatro, mas chega até ao

cumulo de insultar senhoras, numa linguagem a mais chã, a mais reles, estranhas a um cidadão que chegou ao alto posto de General do Exército; que insultou — repito — Tônia Carrero, que insultou Odete Lara, artistas que todos admiramos, aplicando a essas senhoras os epítetos mais rebarbativos e mais ofensivos.

O Sr. Eurico Rezende — São essas as coisas que V. Exa. tem para caracterizar a subversão do Governo? A sua façanha foi muito curta.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Dê-me tempo para terminar, Sr. Senador, porque precisamos encerrar nossas considerações às 17 horas e 45 minutos.

O Sr. Victorino Freire — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — For não.

O Sr. Victorino Freire — Eu não conheço o General Façanha, a quem V. Exa. se refere. Mas desejo esclarecer que o Sr. Campelo que conheço como homem de primeira ordem, filho do meu Estado, divulgou nota oficial esclarecendo que o General Façanha não usou daquelas expressões. E' o que me cumpre esclarecer a V. Exa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — V. Exa. sabe que não sou sectário. A impressão que tenho do Coronel Campelo é a melhor possível...

O Sr. Victorino Freire — Eu o conheço desde novembro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — ... como militar e como administrador da Polícia Federal.

Tenho, por exemplo, a melhor impressão do General Albuquerque Lima, Ministro do Interior. Considero-o o melhor Ministro do atual Governo.

Vê V. Exa. que não sou sectário.

O Sr. Victorino Freire — Eu sei.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Não julgo nem acuso injustamente. Julgo e acuso quando entendo que há erros para julgar e acusar. Por exemplo, no comportamento do General Façanha, chefe da Censura no Estado da Guanabara, que sai assim a insultar senhoras porque acham que a censura está prejudicando o avanço da arte e do teatro; no comportamento de muitos militares que interferem na Baixada Fluminense, para depor Prefeitos, sem que haja a menor contenção da parte dos chefes desses oficiais; como vejo interferência direta de militares em todos os setores da vida nacional, quando não admitem que se interfira, o que é certo, na vida militar.

A verdade, Sr. Presidente, é que terá que haver uma definição porque isto aqui não é a Bolívia de Barrientos, isto aqui não é a Argentina de Onganía; isto aqui não é a República Dominicana daquele ditador que terminou trucidado e colocado na mala de um carro. Isto aqui não é o Haiti de "Papa Doc". Esta é uma grande Nação de 85 milhões de habitantes, que está para ocupar uma posição de destaque no mundo e que, queiram ou não, terão de respeitá-la ao seu futuro à sua vocação democrática. (Soa a campanha)

Vou concluir Sr. Presidente.

Queiram ou não, jamais conseguirão dominar esta Nação pela força pelo ódio e pela violência, como não a estão dominando e como não a irão certamente dominar.

Alguns políticos tomaram de assalto as posições de mando da Nação, amparados pelas baionetas, pela força, amparados no golpe...

O Sr. Eurico Rezende — Permite-me V. Exa. um aparte?

(Soa a campanha)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — ... mas não pensem que se manterão assim, porque esta Nação grande, esta Nação de futuro, esperançosa e grandiosa, há de se afirmar pela vontade de seu povo, que não é carneiro, que não é povo de qualquer republiquetã vendadora e produtora de banana, é Nação que se tem afirmado, ao longo da História, na sua nitida e perfeita vocação democrática, na sua lúcida e perfeita vocação política.

O Sr. Eurico Rezende — Não apoiado!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Seja V. Exa. rápido, porque prometi ao Sr. Presidente que a um quarto para as seis deixaria a tribuna.

O Sr. Eurico Rezende — O nobre Presidente já me insinuou no sentido de que não aparteie, porque vamos agora para a suavidade das cerejeiras, a fim de que elas funcionem como refrigerio para seus nervos. Digo apenas não apoiado ao seu discurso, em gênero, número e grau.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Então V. Exa., que é do Governo, respeite a nós outros da Oposição; e não venha com a linguagem do Senador Dinarte Mariz que acha que discordar é ser subversivo; enquanto não fecharem esta Casa, não baixarem outro ato e não nos silenciarem, a nossa voz será esta para desconforto daqueles que dizem que o Brasil vive no paraíso da liberdade e da democracia: para desgosto daqueles que querem a liberdade, negando-a aos outros; para aqueles que entendem justa uma democracia unilateral com direitos restritos; uma democracia indefinida, uma democracia orgânica de Salazar, uma democracia popular das ditaduras comunistas, ou qualquer outra democracia sem uma definição e que representa tudo, menos aquilo que não admite conceituação senão aquela que expressa um Governo, que se ampare na vontade e na decisão do seu povo.

A democracia que estamos vivendo, Sr. Presidente, a que o Senador Dinarte Mariz chama de democracia forte é aquela, que está muito perto de ser chamada de ditadura, de falta de liberdade.

Em verdade, aqueles que classificam democracia dessa forma, o que querem é que não haja democracia; o que querem, sobretudo, é o poder nas mãos, à revelia, ao arripio da vontade do povo. (Muito bem. Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Presidência agradece aos Srs. Senadores a colaboração e, particularmente, ao Senador Arthur Virgílio por se haver, realmente, contido dentro do limite de tempo exigido para o seu pronunciamento, a fim de possibilitar seja realizada a cerimônia que já foi anunciada.

Convindo os Srs. Senadores para se dirigirem ao local.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão, anunciando para amanhã a seguinte

ORDEN DO DIA

SESSÃO EM 26 DE JANEIRO DE 1968

(Sexta-feira)

1

REDAÇÃO FINAL

Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 1967 — Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Relação em seu parecer nº 7, de 1968) do Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 1967 (nº

27-A-67, na Casa de origem), que denega provimento a recurso do Tribunal de Contas, para o fim de tornar definitivo o ato praticado em 18 de dezembro de 1966, relativamente à despesa de NCr\$ 36.027,32 (trinta e seis mil e vinte e sete cruzeiros novos e trinta e dois centavos), para pagamento à Valmet do Brasil S.A., — Indústria e Comércio de Tratamentos.

2

Projeto de Resolução nº 3, de 1968 — Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3, de 1968, de autoria da Comissão Diretora, que aposenta, por invalidez, Benício Fernandes, Marceneiro, Símbolo PL-11, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

3

Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1967 — Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1967, de autoria do Sr. Senador Arthur Virgílio, que dispensa das escalas de serviço, nos dias de prova ou exame, e de frequência às aulas o estudante convocado para o Serviço Militar. Projeto aprovado em primeiro turno, nos termos do substituto da Comissão de Segurança Nacional, na sessão de 18 de janeiro de 1968, tendo PARECER, sob nº 6, de 1968, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido.

CONGRESSO NACIONAL

Calendário dos projetos em tramitação no Congresso Nacional que deverão receber emendas perante a Comissão Mista:

PL-1-68 (CN) — Atribui recursos para melhoria das condições de segurança do sistema rodoviário.

Dias 22, 23, 24, 25 e 26 de janeiro de 1968.

PL-2-68 (CN) — Acrescenta itens ao art. 165 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Dias: 24, 25, 26, 27 e 29 de janeiro de 1968.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 45 minutos).

TRECHO DA ATA DA 2ª SESSÃO, EM 18 DE JANEIRO DE 1968, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL — (SEÇÃO II), DE 19.1.68, A PÁGINA Nº 28, 1ª COLUNA.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a mesa projeto de Resolução que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1968

Estende ao funcionalismo do Quadro da Secretaria do Senado Federal, na forma da Lei nº 5.368, de 1 de dezembro de 1967, as majorações ali previstas, e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Ficam estendidas, ao funcionalismo do Quadro da Secretaria do Senado Federal, na forma da Lei número 5.368 de 1 de dezembro de 1967, as majorações ali previstas, de 20% sobre os valores dos níveis retributivos dos cargos, funções e apresentação do Pessoal.

Parágrafo único. O cargo de Médico tem o símbolo PL-2.

Art. 9º Nos termos da mesma Lei, é concedido aos servidores inativos, independente de prévia apostila nos respectivos títulos, reajustamento de provento no valor de 20%.

Art. 3º O salário-família é o fixado na referida Lei em NCr\$ 12,00 mensais por dependente.

Art. 4º As disposições da presente Resolução são devidas a partir de 1 de janeiro de 1968.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Justificação

O pessoal do Poder Executivo Federal, civil e militar, da administração centralizada e autárquica, teve os seus vencimentos reajustados em 20%, por força da Lei número 5.368, de 1 de dezembro de 1967, com efeitos financeiros válidos a partir de 1 de janeiro de 1968.

Ainda pela citada lei, foram majorados em 20%, os proventos dos inativos, passando a NCr\$ 12,00 (doze cruzeiros novos) mensais, por dependente, o valor do salário-mínimo.

O presente projeto, obediente à tradição, estende aos servidores do Se-

nado, nas mesmas condições do pessoal do Executivo, e com a mesma vigência, o aumento estabelecido pela referida Lei número 5.368, de 1967, uma vez que se trata, na espécie, de majoração salarial concedida em razão de aumento do custo de vida.

Essas, as razões que informam a iniciativa desta Comissão Diretora, ao submeter ao Senado o presente projeto de resolução.

Sala das Sessões, 17 de janeiro de 1968. — Auro Moura Andrade. — Camilo Nogueira da Gama. — Gilberto Marinho. — Duarte Mariz. — Victorino Freire. — Catete Pinheiro. — Guido Mondim. — Sebastião Archer. — Raul Giuberti.

A Comissão de Finanças.

TRECHO DA ATA DA 3ª SESSÃO, EM 19 DE JANEIRO DE 1968, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES NO DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL — (SEÇÃO II) — DE 20.1.68, A PAGINA Nº 49, — 2ª COLUNA.

PARECER

Nº 1, DE 1968

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Resolução número 2, de 1968, que estende ao funcionalismo do Quadro da Secretaria do Senado Federal, na forma da Lei número 5.368, de 1 de dezembro de 1967, as majorações ali previstas, e dá outras providências.

Relator: Senador Clodomir Millet

O presente Projeto de Resolução, da Comissão Diretora, reajusta, em 20%, os valores dos níveis retributivos do pessoal do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Idêntica majoração é concedida aos inativos, independentemente de prévia apostila nos respectivos títulos.

O salário-família é fixado em NCr\$ 12,00 (doze cruzeiros novos), mensais, por dependente. As vantagens financeiras resultantes dos reajustamentos são garantidas a partir de 1 de janeiro de 1968.

A Comissão Diretora justifica a medida informando que se trata de reajustamento de valor igual ao concedido ao pessoal civil e militar do Poder Executivo, pela Lei número 5.368, de 1 de dezembro de 1967.

De fato, o citado diploma legal assegurou aumento retributivo ao texto de 20% sobre os vencimentos do pessoal da União, a partir de 1 de janeiro de 1968.

Assim, do ponto de vista dado a esta Comissão examinar, nada há que contra indique o acolhimento do projeto.

Sala das Comissões, em 18 de janeiro de 1968. — Argemiro de Faria, Relator, Presidente. — Clodomir Millet, Relator. — Manoel Villaga. — José Guimard. — Teotônio Vilela. — Leandro Maciel. — Carvalho Pinto. — Oscar Passos. — Fernando Corrêa. — Mello Braga.

ATOS DO DIRETOR-GERAL

PORTARIA Nº 7 DE 24 DE JANEIRO DE 1968

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Ayton Evangelista Rocha, Continuo PL-12, da Portaria e designá-lo para ter exercício na Diretoria do Expediente. Secretário do Senado Federal, 24 de janeiro de 1968. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

COMISSÃO DE FINANÇAS

43ª REUNIÃO, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 1967

As 10 horas do dia 30 de novembro de 1967, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Argemiro de Figueiredo, presentes os Srs. Pessoa de Queiroz, Fernando Corrêa, Carvalho Pinto, Clodomir Millet José Leite, Oscar Passos, Celso Ramos e Carlos Lindenberg, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer os Srs. João Cleofas, Mem de Sá, Leandro Maciel, Manoel Villaga, Adolpho Franco e Sigefredo Pacheco.

É dispensada, a leitura da ata da reunião anterior que é, em seguida, aprovada.

Inicialmente, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Pessoa de Queiroz que emite parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 1967, que autoriza o Poder Executivo a proceder à alteração da Lei Orçamentária nº 5.189, de 8 de dezembro de 1966, na parte da dotação pertinente ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, sem aumento de despesa.

Em discussão é votação, é o parecer aprovado, por unanimidade, pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

1ª REUNIÃO, DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 18 DE JANEIRO DE 1968.

As dezoito horas do dia 18 de janeiro de 1968, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Argemiro de Figueiredo, presentes os Srs. Oscar Passos, Leandro Maciel, Fernando Corrêa, Carvalho Pinto, Manoel Villaga, Clodomir Millet, Mello Braga, Teotônio Vilela e José Guimard, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Srs. João Cleofas, Mem de Sá, José Leite, Adolpho Franco, Sigefredo Pacheco, Paulo Sarasate e Pessoa de Queiroz.

Inicialmente, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Oscar Passos que emite os seguintes pareceres:

Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 1967, que altera o art. 1º da Lei nº 3.378, de 2 de abril de 1958, que eleva para

Cr\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros) a ajuda financeira concedida às Missões Salesianas do Amazonas — Prelazia do Rio Negro e dá outras providências; e

favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 1967, que inclui, nas entidades consignatárias a que se refere o art. 171 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, o Clube de Oficiais da Reserva e Reformados da Marinha e a Associação de Taifeiros da Armada e Clube Beneficente dos Sargentos da Marinha.

Os pareceres são aprovados pela Comissão.

Finalmente, usa da palavra o Senhor Clodomir Millet que oferece parecer favorável, aprovado pela Comissão, ao projeto de Resolução nº 2, de 1968, que reajusta os níveis retributivos do pessoal dos Quadros da Secretaria do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

ATA DA 1ª REUNIÃO, CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 24 DE JANEIRO DE 1968

Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e sessenta e oito, às dezesseis horas e trinta minutos, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Senador Arnon de Melo, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, presentes os Senhores Senadores Adalberto Sena, Carlos Lindenberg e José Guimard, reúne-se a Comissão de Serviço Público Civil.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Senhores Senadores Vasconcelos Torres, Paulo Torres e Lino de Mattos.

Abrindo os trabalhos, o Senhor Presidente, concede a palavra ao Senhor Senador Adalberto Sena para, na qualidade de Relator, proferir parecer ao Projeto de Lei nº 125, de 1967, que "concede aos servidores públicos da União e aos das entidades autárquicas ou paraestatais federais, que lidam com Raios-X ou substân-

cias radioativas, a aposentadoria facultativa aos 25 anos de serviço e a obrigatória aos 65 anos de idade".

Com a palavra, o Senhor Senador Adalberto Sena, pronuncia-se pela aprovação do projeto.

A Comissão, por unanimidade, aprova o parecer.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião e, para constar, lavrei eu, J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

1ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 24 DE JANEIRO DE 1968

As 15 horas do dia 24 de janeiro de 1968, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Senador Antônio Carlos, Vice-Presidente no exercício da presidência, presentes os Senhores Senadores Aloysio de Carvalho, Bezerra Neto, Alvaro Maia, Menezes Pimentel, Carlos Lindenberg, Ru. Palmeira e Antônio Balbino, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Milton Campos, Eurico Resende, Wilson Gonçalves, Petrólio Portela, e Josaphat Marinho.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior e, em seguida, aprovada.

Com a palavra, o Senhor Senador Bezerra Neto relata os seguintes projetos: pela constitucionalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 127-67 — Dispõe sobre os "cofres de cargas" e altera o art. 9º do Decreto-lei número 83, de 26-12-66, que dispõe sobre a cobrança de taxas portuárias, bem como da emenda ao mesmo apresentada pela Comissão de Finanças; pela constitucionalidade do substitutivo da Comissão de Educação e Cultura ao Projeto de Lei da Câmara nº 15-67 — Disciplina a cobrança de anuidades escolares e dá outras providências; pela constitucionalidade do Projeto de Lei do Senado número 80-67 — Institut reajustamento de emergência, mantendo a sistemática de revisão salarial vigente; pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei

do Senado nº 58-67 — Dispõe sobre incentivos fiscais; pela aprovação da emenda substitutiva apresentada pela Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 33-65 — Autoriza a consignação em folha de pagamento a favor da Sociedade Financeira dos Servidores Públicos Federal; favorável, com Projeto de Resolução ao Ofício nº 22-67-P-MC do Presidente do Supremo Tribunal Federal, pela remessa ao Senhor Presidente do Senado do Requerimento nº 590-67 — do Senador Vasconcelos Torres solicitando ao Poder Executivo — Banco Central — informações sobre convênio firmado com bancos particulares destinados a investimentos rurais no Estado do Rio de Janeiro; sobrestar o andamento do Projeto de Lei do Senado nº 67-68 — Dispõe sobre direitos autorais e dá outras providências, que deverá ser examinado juntamente com o anteprojeto a ser encaminhado ao Congresso pelo Poder Executivo.

Submetidos os pareceres à discussão e votação, são aprovados por unanimidade. Passando a presidência ao Senhor Senador Alvaro Maia, o Senador Antônio Carlos lê seu parecer ao substitutivo da Comissão de Economia ao Projeto de Lei da Câmara nº 106-66 — Dispõe sobre o consumo de carvão metalúrgico nacional nas empresas siderúrgicas à coque, concluindo pela sua constitucionalidade. O parecer é aprovado unanimemente.

Reassumindo a presidência, o Senhor Senador Antônio Carlos concede a palavra ao Senador Aloysio de Carvalho que apresenta os seguintes pareceres: favorável, com Projeto de Resolução, ao Ofício nº 18-P-MC-67 do Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal e pela aprovação do Requerimento nº 1.122-67 do Senador Aarão Steinhilber solicitando transcrição nos Anais do Senado, do discurso inaugural, como Presidente do Institut de Droit International da 53ª Sessão, em Nice, em 7-9-67, proferido pelo Professor Haroldo Valladão e publicado no "Jornal do Brasil", de 26 de novembro de 1967.

Submetidos à discussão e votação são aprovados por unanimidade.

A seguir, o Senhor Senador Carlos Lindenberg relata os seguintes projetos: pela aprovação, nos termos do substitutivo, do Projeto de Lei do Senado nº 23-67 — Dispõe sobre a publicação da relação nominal dos

punidos com base nos Atos Institucionais e dos motivos das punições e das outras providências; favorável aos Requerimentos nºs 949-67 do Senador Aurélio Vianna, solicitando a transcrição nos Anais do Senado, do artigo publicado em "Última Hora", edição de 26-10-67, sob o título "Carta aos Moços de Minha Terra", de autoria do Pe. Hélder Câmara e número 1.069-67 — do Senador Vasconcelos Torres, solicitando transcrição nos Anais do Senado, do editorial publicado no "Correio da Manhã", do dia 10 de novembro de 1967, intitulado "Diplomacia & Atomo", pedindo a audiência da Comissão de Relações Exteriores e do Requerimento de nº 1.126-67 — do Senador Aurélio Vianna, solicitando transcrição nos Anais do Senado, do editorial do "Correio da Manhã", subordinado ao título "Desafio Amazônico", publicada na edição de 25-11-67, solicitando a audiência das Comissões de Agricultura e Segurança Nacional; pela constitucionalidade do Projeto de Lei do Senado nº 75-67 — Dispõe sobre os trabalhos de vigilância em navios e dá outras providências e do Projeto de Resolução da Comissão de Finanças apresentado ao Ofício número S-5-67 — do Prefeito Municipal do Camaquã, solicitando autorização para assinatura de contrato com a CHE Mueller GmbH-Hamburgo (Alemanha Ocidental), referente à aquisição de equipamentos hospitalares, no montante de DM 115.541.

Submetidos os pareceres à discussão e votação são aprovados por unanimidade.

O Senhor Senador Rui Palmeira relata favoravelmente o Requerimento nº 1.123-67 — do Senador Paulo Torres, solicitando a transcrição nos Anais do Senado, da Ordem do Dia baixada hoje (27-11-67), pelo Senhor Ministro do Exército, sobre os lutosos acontecimentos de 27-11-55, que é aprovado unanimemente.

Passando a presidência ao Senhor Senador Menezes Pimentel, o Senhor Senador Antônio Carlos lê seu parecer pela constitucionalidade do Projeto de Lei do Senado nº 72-67 — Renova por cinco anos, o prazo legal para fruição, pelos herdeiros, dos direitos autorais das obras do Maestro Antônio Carlos Gomes e pela constitucionalidade, nos termos do substitutivo, do Projeto de Lei da Câmara nº 169-66 — Cria o Fundo de Ensino Marítimo. Os pareceres são aprovados por unanimidade.

Reassumindo a presidência, o Senhor Senador Antônio Carlos encerra a sessão, visto estar esgotada a ordem do dia, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 1, de 1968, que "Atribui recursos para melhoria das condições de Segurança do Sistema Rodoviário"

AVISO

1 — A Comissão receberá emendas nos dias 22 (vinte e dois), 23 (vinte e

três), 24 (vinte e quatro), 25 (vinte e cinco) e 26 (vinte e seis) de janeiro de 1968;

2 — As emendas deverão ser encaminhadas ao 11º andar do Anexo do Senado Federal, nos horários das 8:00 (oito) às 19:00 (dezenove) horas e, durante a noite, quando houver sessão em qualquer das duas casas do Congresso Nacional;

3 — Término do prazo para apresentação de emendas na Comissão: Dia 26 às 19:00 horas;

4 — As emendas só serão recebidas quando o original vier acompanhado de três cópias;

5 — Ao término do prazo de recebimento de emendas, será aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas constante do parágrafo único do artigo 3º das normas, para recebimento de recursos;

6 — Durante o decorrer do citado período, haverá, na Secretaria da Comissão, plantão ininterrupto para recebê-los; e

7 — A apresentação do parecer do relator perante a comissão dar-se-á no dia 1º (Primeiro) de fevereiro, às 21:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Congresso Nacional, 19 de janeiro de 1968. — Senador Ruy Carneiro, Presidente.

Local de funcionamento ininterrupto da Secretaria da Comissão:

Diretoria das Comissões, Seção de Comissões Mistas, 11º andar do Anexo do Senado.

Telefone: 2-4533, Ramais 244 e 247. Secretária: Maria Helena Bueno Brandão.

Composição

Presidente: Senador Ruy Carneiro
Vice-Presidente: Senador José Leite
Relator: Deputado Elias Carmo

Senadores:

ARENA

1. José Leite
2. Domício Gondim
3. Carlos Lindenberg
4. Manoel Vilça
5. José Feliciano
6. Atílio Fontana
7. Raul Giuberti

Deputados:

1. Ademar Ghizl
2. Elias Carmo
3. José Lindoso
4. Emílio Gomes
5. Dayl Almeida
6. Cicero Dantas
7. Nunes Leal

MDI

Senadores:

1. Arthur Virgílio
2. Ruy Carneiro
3. Aarão Steinbruch
4. João Abrahão

Deputados:

1. João Lira
2. Mário Gurgel
3. Zaire Nunes
4. José Colagrossi

CALENDÁRIO

Dia 18-01 — É lido o projeto, em Sessão Conjunta;

Dia 19-01 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;

Dias 22, 23, 24, 25 e 26 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 1-02 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 21:00 horas, na Sala de reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 6-02 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 7-02 — Publicação do parecer; e

Dia 13-02 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21:30 horas.

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão

Diretoria das Comissões — Seção de Comissões Mistas — 11º andar — Anexo — Senado Federal.

Telefone: 2-4533 — Ramais 244 e 247

Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 2, de 1968, que "Acrescenta itens ao artigo 165 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967"

AVISO

1 — A Comissão receberá emendas nos dias 24 (vinte e quatro), 25 (vinte e cinco), 26 (vinte e seis), 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) do corrente mês;

2 — As emendas deverão ser encaminhadas ao 11º andar do Anexo do Senado Federal, nos horários das 8:00 (oito) às 19:00 (dezenove) horas e, durante a noite, quando houver sessão em qualquer das duas casas do Congresso Nacional;

3 — Término do prazo para apresentação de emendas na Comissão: dia 29, às 19:00 horas;

4 — As emendas só serão recebidas quando o original vier acompanhado de três cópias;

5 — Ao término do prazo de recebimento de emendas, será aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas constantes do parágrafo único do artigo 3º das normas, para recebimento de recursos;

6 — Durante o decorrer do citado período, haverá, na Secretaria da Comissão, plantão ininterrupto para recebê-los; e

7 — A apresentação do parecer do Relator perante a Comissão dar-se-á no dia 6 (seis) de fevereiro às 16:00 horas, na sala de reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Congresso Nacional, em 23 de janeiro de 1968. — Senador Fernando Corrêa, Presidente.

Local de funcionamento ininterrupto da Secretaria da Comissão:

Diretoria das Comissões, Seção de Comissões Mistas, 11º andar do Anexo

do Senado. — Telefone: 2-4533, Ramal 244 — Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

Composição:

Presidente: Senador Fernando Corrêa.

Vice-Presidente: Senador Josaphat Marinho.

Relator: Deputado José Carlos Teixeira.

Senadores:

ARENA

1. Aloysio de Carvalho
2. Carlos Lindenberg
3. Vasconcelos Torres
4. Mello Braga
5. Mem de Sa
7. Júlio Leite
6. Fernando Corrêa

MDB

1. Mário Martins
2. Adalberto Sena
3. Josaphat Marinho
4. Pedro Ludovico

Deputados:

ARENA

1. Batista Miranda
2. Alberto Hoffmann
3. Paulo Ferraz
4. Odolfo Domingues
5. Paulo Maciel
6. Osmar Dutra
7. Wilson Braga

MDI

1. Djalma Falcão
2. Lygia Doutel Andrade
3. Afonso Celso
4. José Carlos Teixeira

Calendário:

Dia 18-1 — É lido o projeto, em Sessão Conjunta;

Dia 19-1 — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;

Dias 24, 25, 26, 27 e 29 — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

Dia 6-2 — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16:00 horas, na Sala das Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

Dia 6-2 — Apresentação do parecer, pela Comissão;

Dia 7-2 — Publicação do parecer; e

Dia 14-2 — Discussão do projeto, em Sessão Conjunta, às 21:30 horas.

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Diretoria das Comissões — Seção de Comissões Mistas — 11º andar — Anexo — Senado Federal — Telefone: 2-4533 — Ramal 244.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL
RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO PARA MOTORISTA

Inscrição	NOME	Português	P R O V A S						Resultado	Classif.
			CÓDIGO NACIONAL DE TRANSITO E O AUTO- MOVEL E SUAS PARTES PRINCIPAIS			PSICOTÉCNICO				
			Escrita	Prática	Media	Inteli- gência	Perso- nalidade	Aptidão visual		
321	José Francisco de Souza Dutra	60	91	97	95	A	A	Apto, depend. de revisão médica	95	1º
555	Elcio José Jamques	100	93	95	94,5	A	A	"	94,3	2º
414	Waldyr de Araújo Silva	70	83	97	93,3	A	A	"	93,3	3º
315	Mércio Cecílio	60	79	97	91	A	A	"	91	4º
362	Haroldo Teixeira	80	86	93	89,6	A	A	"	90,6	5º
410	Wanderley Antonio de Siqueira	90	76	97	90	A	A	"	90	6º
230	José Adauto Ferissé	90	86	92	90	A	A	"	90	7º
492	Eduardo Manchrienviez	80	88	91	89,3	A	A	"	89,3	8º
443	Oédio Silveira de Souza	70	79	94	89	A	A	"	89	9º
45	Mauro Bernardes Miguel	60	76	95	88,6	A	A	"	88,6	10º
599	Amaury Fafeira	70	93	86	88,3	A	A	"	88,3	11º
50	Antônio José de Souza	70	70	96	87,6	A	A	"	87,6	12º
317	Waldemar Gomes Teixeira	80	93	84	87	A	A	"	87	13º
211	Paulo Bagetti	70	93	84	87	A	A	"	87	14º
467	Wilton Gonçalves Ramos	80	76	92	86,6	A	A	"	86,6	15º
215	Manoel Luiz da Silva	60	76	92	86,6	A	A	"	86,6	16º
192	Valdemiro José Lucindo	60	69	93	86,3	A	A	"	86,3	17º

Sexta-feira 26

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção II)

Janeiro de 1968 147

Inscrição	NOME	Português	P R O V A S						Resultado	Classif.
			CÓDIGO NACIONAL DE TRANSITO E O AUTO- MÓVEL E SUAS PARTES PRINCIPAIS			PSICOTECNICO				
			Escrita	Prática	Mista	Intelli- gência	Perso- nidade	Aptidão visual		
577	Antônio de Oliveira Bastos	70	62	98	86	A	A	Apto, depend. de revisão médica	86	18º
531	Florentino Pereira de Souza	70	66	96	86	A	A	"	86	19º
207	Laurenildo dos Passos	70	90	84	86	A	A	"	86	20º
203	Joviniano Fiel dos Santos	70	66	94	84,6	A	A	"	84,6	21º
463	Aldo da Costa Monteiro	90	86	84	84,6	A	A	"	84,6	22º
30	José Alves Ribeiro	80	85	82	84	A	A	"	84	23º
237	Helvécio Fernandes	80	86	72	83,3	A	A	"	83,3	24º
342	Altamiro Valdez Siqueira	80	83	82	82,3	A	A	"	82,3	25º
346	Ulisses Schell	70	79	82	81	A	A	"	81	26º
525	Jose Conceição de Souza Lima	80	66	86	79,3	A	A	"	79,3	27º
413	Severino Alves de Araújo	80	73	82	79	A	A	"	79	28º
160	José Cardoso Dantas	70	72	82	78,6	A	A	"	78,6	29º
124	José Batista de Oliveira	70	76	79	78	A	A	"	78	30º
89	Jose Milton André	80	87	73	77,6	A	A	"	77,6	31º
582	Alexandre Vieira Filho	80	83	74	77	A	A	"	77	32º
228	José de Oliveira Régio	80	77	77	76,6	A	A	"	76,6	33º
38	João Rodrigues de Souza	70	76	76	76	A	A	"	76	34º
428	Antônio Rodrigues de Sant' ana	80	76	70	76	A	A	"	76	35º

Inscrição	NOME	Português	P R O V A S						Resultado	Classif.
			CÓDIGO NACIONAL DE TRANSITO E O AUTO-MÓVEL E SUAS PARTES PRINCIPAIS			PSICOTECNICO				
			Escrita	Prática	Média	Intell- gência	Perso- nalidade	Aptidão visual		
67	Laércio Bastos Damasceno	90	79	74	75,6	A	A	Apto, depend. de revisão médica	75,6	36º
51	Joaquim de Oliveira Caryvalho	60	90	68	75,3	A	A	"	75,3	37º
482	José Sales do Couto	60	94	65	74,3	A	A	"	74,6	38º
324	Walter Antonio Freire de Oliveira	80	77	73	74,3	A	A	"	74,3	39º
296	Haydn Prates Saraiva	60	73	74	73,5	A	A	"	73,6	40º
279	Zadir Ribeiro	80	79	71	73,3	A	A	"	73,6	41º
250	Alberto Barra Martins	70	79	71	73,6	A	A	"	73,6	42º
343	Nilton Severino Bacelo	70	93	64	73,6	A	A	"	73,6	43º
181	Jose da Silva Garrote	80	86	67	73,3	A	A	"	73,3	44º
262	Evanildo Rodrigues da Silva	60	70	73	72	A	A	"	72	45º
127	Nelson Augusto Pires	60	60	68	72	A	A	"	72	46º
593	Egito Passêto	70	73	71	71,6	A	A	"	71,6	47º
273	Antônio Oyo Filho	60	83	66	71,6	A	A	"	71,6	48º
298	Antônio Moreira	80	76	69	71,3	A	A	"	71,3	49º
223	Humberto Américo	60	76	69	71,3	A	A	"	71,3	50º
389	Ezequiel Burgos Filho	70	86	64	71,3	A	A	"	71,3	51º
293	Adão da Costa Nunes	70	69	72	71	A	A	"	71	52º
352	Francisco Xavier da Cruz Nunes	70	93	60	71	A	A	"	71	53º

Inscrição	NOME	Português	P R O V A S						Resultado	Classif.
			CÓDIGO NACIONAL DE TRANSITO E O AUTO-MÓVEL E SUAS PARTES PRINCIPAIS			PSICOTÉCNICO				
			Escrita	Prática	Média	Inteli- gência	Perso- nalidade	Aptidão visual		
248	Mário Anacleto	60	70	71	70,5	A	A	Apto, depend. de revisão médica	70,6	54º
320	Jayme Coelho	80	83	64	70,5	A	A	"	70,3	55º
372	Joaquim Araújo Cardoso	60	86	62	70	A	A	"	70	56º
41	José de Souza Tavares	70	79	65	69,6	A	A	"	69,6	57º
546	Raimundo Nonato de Carvalho	60	66	71	69,3	A	A	"	69,3	58º
356	Marcelo Romano Fernandes de Sant'anna	80	76	66	69,3	A	A	"	69,3	59º
254	João Batista da Silva	70	86	61	69,3	A	A	"	69,3	60º
164	Celestino Pereira dos Santos	80	83	62	69	A	A	"	69	61º
444	José Pacheco Pinho	70	73	65	69,5	A	A	"	69,6	62º
489	Djamilton Marques de Melo	70	77	64	69,3	A	A	"	69,3	63º
561	João Alves Pinto	60	76	64	68	A	A	"	68	64º
336	Japhe Tinoco dos Santos	70	69	67	67,5	A	A	"	67,6	65º
340	Edson Melo	60	73	65	67,5	A	A	"	67,6	66º
529	Roberto Alves Peixoto	60	72	65	67,3	A	A	"	67,3	67º
528	Divino Nascimento	70	80	61	67,3	A	A	"	67,3	68º
408	Carlos de Araújo	70	69	66	67	A	A	"	67	69º
153	João Roberto Reve	80	69	62	64,5	A	A	"	64,3	70º
166	Francisco Elias de Araújo	60	69	62	64,3	A	A	"	64,3	71º

MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)	3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)
1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)	4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA — PA)
2º Vice-Presidente — Gilberto Maranhão — (ARENA — GB)	1º Suplente — Attilio Fontana — (ARENA — SC)
1º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)	2º Suplente — Guido Mondim — (ARENA — RS)
2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)	3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)
	4º Suplente — Raul Gluberti — (ARENA — ES)

Liderança

DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS).

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA — ES)

DA ARENA

DO MDB

Líder — Filinto Müller — (MT) Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)

Bezerra Neto — (MT)

Antônio Carlos — (SC)

Adalberto Senna — (ACRE)

Rui Palmeira — (PB)

Lino de Mattos — (SP)

Manoel Villaga — (RN)

Vasconcelos Torres — (RJ)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

José Feliciano
Ney Braga
João Cleofas
Teotônio Vilela
Júlio Leite

Attilio Fontana
Leandro Maciel
Benedicto Valladares
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco

MDB

Aurélio Vianna
Pedro Ludovico

Jose Ermírio
Mário Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Antonio Carlos

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Milton Campos
Antonio Carlos
Aloysio de Carvalho
Eurico Rezende
Wilson Gonçalves
Petrônio Portela
Carlos Lindenberg
Rui Palmeira

Vasconcelos Torres
Daniel Krieger
Benedicto Valladares
Alvaro Maia
Lobão da Silveira
Jose Feliciano
Menezes Pimentel
Leandro Maciel

MDB

Aarão Steinbruch
Aurélio Vianna
Mário Martins

Antonio Balbino
Bezerra Neto
Josaphat Marinho

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.
Reuniões: quartas-feiras às 10 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

José Feliciano
Lobão da Silveira
Petrônio Portela
Eurico Rezende
Attilio Fontana

Benedicto Valladares
Adolpho Franco
Arnon de Melo
José Leite
Mello Braga

MDB

Adalberto Senna
Lino de Mattos

João Abrahão
Aurélio Vianna

Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mario Martin

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Carvalho Pinto
Carlos Lindenberg
Júlio Leite
Teotônio Vilela
Domicio Gondim
Leandro Maciel

Jose Leite
João Cleofas
Duarte Filho
Sigefredo Pacheco
Filinto Müller
Paulo Torres

MDB

Mario Martins
Pedro Ludovico
Lino de Mattos

Jose Ermírio
Josaphat Marinho
João Abrahão

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15,30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Menezes Pimentel
Mem de Sá
Alvaro Maia
Duarte Filho
Aloysio de Carvalho

Benedicto Valladares
Antonio Carlos
Sigefredo Pacheco
Teotônio Vilela
Petrônio Portela

MDB

Adalberto Senna
Lino de Mattos

Antonio Balbino
Josaphat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa
Reuniões: Quartas-feiras, às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

João Cleofas
Mem de Sá
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco
Paulo Sarasate
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa

Antonio Carlos
Jose Guimard
Daniel Krieger
Petrônio Portela
Attilio Fontana
Júlio Leite
Mello Braga
Carlos Lindenberg
Celso Ramos
Teotônio Vilela
Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo
Bezerra Neto
Oscar Passos
Arthur Virgílio

Josaphat Marinho
Jose Ermírio
Lino de Mattos
Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo
Reuniões: Quartas-feiras, às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Ney Braga
Attilio Fontana
Adolpho Franco
Domicio Gondim
João Cleofas

Júlio Leite
José Cândido
Rui Palmeira
Arnon de Melo
Leandro Maciel

MDB

Antonio Balbino
Jose Ermírio

Pessoa de Queiroz
Pedro Ludovico

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6.
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

A R E N A

TITULARES

Petronio Portela
Domicio Gondim
Alvaro Maia
José Cândido
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

José Guimard
José Leite
Lobão da Silveira
Manoel Villaga
Celso Ramos
Duarte Filho

M D B

Aarão Steinbruch
Rui Carneiro
Arthur Virgílio

Bezerra Netto
Mário Martins
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domicio Gondim

A R E N A

TITULARES

Domicio Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guimard
Vasconcellos Torres
Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho
José Ermírio

Aarão Steinbruch
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE POLIGONO DAS SECAS

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A

TITULARES

Rui Palmeira
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Júlio Leite
Duarte Filho

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Domicio Gondim
Leandro Maciel
Petronio Portela

M D B

Rui Carneiro
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feira, às dezessete horas

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(8 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A

TITULARES

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende

SUPLENTE

José Feliciano
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Rui Palmeira
Petronio Portela
Clodomir Millet

M D B

José Ermírio
Lino de Mattos
Josaphat Marinho

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Aarão Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Villela

A R E N A

TITULARES

Teotônio Villela
Antonio Carlos
José Feliciano
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Felinto Muller
Mem de Sá
José Leite
José Guimard
Bezerra Neto

M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedito Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A

Benedito Valladares
Felinto Muller
Aloysio de Carvalho
Antonio Carlos
José Cândido
Arnon de Melo
Mem de Sá
Rui Palmeira

Alvaro Maia
Fernando Corrêa
Celso Ramos
Wilson Gonçalves
José Guimard
José Leite
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz
Aarão Steinbruch
Mário Martins

Pedro Ludovico
Aurélio Vianna
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

(6 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

A R E N A

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Clodomir Millet
Ney Braga
José Cândido

M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A

TITULARES

Paulo Torres
José Guimard
Sigefredo Pacheco
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Atílio Fontana
Adolpho Franco
Manoel Villaga
Mello Braga
Júlio Leite

M D B

Oscar Passos
Mário Martins

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Secretaria: Carmelita de Souza